



DESAFIOS E CAMINHOS DA TEORIA E DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA 2012

Estevão C. de Rezende Martins
Helena Mollo
(Organizadores)

Volume 1
Coleção Concurso SBTHH



Desafios e caminhos da teoria e
da história da historiografia
2012

Estevão C. de Rezende Martins
Helena Mollo
(Organizadores)

Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia 2012

Coleção Concurso SBTHH



Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Editoração e projeto gráfico
João Carlos Furlani

Capa
Flávia Varella

Imagem da capa
Vetor Triangle Pattern (<http://dryicons.com/free-graphics/preview/triangle-pattern>)

Diretoria
Presidente:
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)
Vice-Presidente:
Valdeir Lopes de Araujo (UFOP)
Secretária Geral:
Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Secretário Adjunto:
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Tesoureira:
Flávia Florentino Varella (UFSC)

Conselho Fiscal
Arthur Oliveira Alfaix Assis (UnB)
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)
Sérgio da Mata (UFOP)

Diretora de Publicações
Helena Miranda Mollo (UFOP)

Conselho Científico e Editorial de Publicações
Presidente:
Temístocles Cezar (UFRGS)
Membros:
Calos Fico (UFRJ)
Cássio Fernandes (UNIFESP)
Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRRN)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)
João Paulo G. Pimenta (USP)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio)
Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)
Marcia Barbosa Mansor D'Alessio (UNIFESP)
Marcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

FICHA CATALOGRÁFICA

Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia: 2012 / Organizadores: Estevão C. de Rezende Martins, Helena Mollo – Mariana: SBTHH, 2015.
202 p.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-69703-00-6

1. História da historiografia. 2. Teoria da história. I. Martins, Estevão C. de Rezende. II. Mollo, Helena. III. SBTHH

CDD – 900



SUMÁRIO

Apresentação
Estevão C. de Rezende Martins
Helena Mollo 6

História da historiografia geral

Historiografia em rede: história, internet e novas mídias
Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI
Anita Lucchesi 9

Teoria

História desafiada: inefabilidade, criação, silêncio
Ivan Bilheiro Dias Silva 54

História da historiografia brasileira

Do inferno ao paraíso: representações historiográficas sobre
Manoel Beckman
Mailson Gusmão Melo 100

A experiência do passado: a escrita da história como
discurso da civilização
Rodrigo Machado da Silva 153

Apresentação

Estevão C. de Rezende Martins
Helena Mollo

A coleção Concurso SBTHH lança o livro *Desafios e caminhos da teoria e história da historiografia – 2012*, que é motivo de grande alegria para todos nós. A coleção será constituída pelos trabalhos vencedores dos concursos que a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia vem promovendo desde 2012, desafiando e estimulando a comunidade dos historiadores no campo da Teoria e História da Historiografia. Este volume é o primeiro desta série e é dedicado ao concurso de monografias defendidas entre os anos de 2010 e 2012.

Esse concurso foi iniciado em 2012. Uma ação que se mostra extremamente bem sucedida. O objetivo inicial era perceber como a área de teoria e história da historiografia se concretizava como campo, e quais as suas possibilidades de expansão, a serem identificadas a partir dos temas propostos pelos então concludentes da graduação em História. Era um momento interessante, pois tínhamos cinco edições anuais realizadas do Seminário Brasileiro de História da Historiografia e, de acordo com o expressivo número de alunos, poderíamos ter um indicativo da capilaridade do evento, dos temas, dos convidados, das sessões de comunicação, dos simpósios temáticos em suas formações e escolhas para o desenvolvimento de seus trabalhos de conclusão de curso.

As bancas inaugurais foram compostas por professores das mais diversas universidades do País, que acolheram o convite com entusiasmo. Agradecemos imensamente às professoras e aos professores que participaram dessa etapa: André de Melo Araujo,

Claudia Wasserman, Felipe Charbel, Juliana Bastos Marques, Karina Anhezini, Marlon Salomon, Miguel Palmeira, Tomás Sansón Corbo e Valdei Lopes de Araujo.

Dividimos em três categorias os trabalhos que chegaram ao concurso: teoria, história da historiografia geral e história da historiografia brasileira. O resultado foi de incrível riqueza, e revelou temas bastante variados. Foram dois trabalhos premiados na área de História da Historiografia Brasileira: Rodrigo Machado da Silva - "A experiência do passado: a escrita da História como discurso da civilização", e Mailson Gusmão Melo - "Do inferno ao paraíso: representações historiográficas sobre Manoel Beckman". Em História da Historiografia Geral: Anita Lucchesi foi premiada com a monografia "Historiografia em rede: história, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI". Em Teoria: Ivan Bilheiro Dias Silva, "História desafiada: inefabilidade, criação, silêncio".

Além das monografias vencedoras deste primeiro concurso da SBTHH, a comissão julgadora na área de Teoria concedeu uma menção honrosa a Celia Daniele Moreira pela monografia "O amor em *O Colar da Pomba* de Ibn Hazm: uma releitura de Platão e Aristóteles".

A SBTHH orgulha-se da coleção que tem início com trabalhos de graduação e tem esperança que ainda muitos discentes encerrem esse momento de sua formação voltados para o debate da área de Teoria e História da Historiografia.

Boa leitura a todos.



História da historiografia geral



Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI

Anita Lucchesi

Desde que foi criada, há poucos anos, a internet tem mudado o modo como trabalhamos, vivemos, nos divertimos e aprendemos. Nos últimos anos, interferiu, em especial, na maneira como as pessoas se relacionam (CASTELS, 2003; BRIGGS; BURKE, 2006; CHARTIER, 2009). Tais transformações tornam desejável a discussão sobre como essas mudanças repercutem na organização espacial e temporal e como os estudiosos das Ciências Sociais podem, ou deveriam, se mover ao interno das redesenhadas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que emergem no cenário de saturação das mídias, que constitui a era digital. A internet, com bancos de dados, *softwares*, arquivos e bibliotecas *online*, abre uma miríade de questionamentos para os historiadores deste século, uma vez que possibilita novas formas de representação do passado e de memória na rede (VITALI, 2005).

De acordo com o estudioso da relação entre a história e a internet, Serge Noiret, nós historiadores já nos servimos desse instrumento para realizar pesquisas em diferentes escalas, porém ainda não exploramos todas as possibilidades e os recursos que ele nos abre – por exemplo, constatamos que o produto de nossa pesquisa ainda é divulgado do modo tradicional. Além disso, cabe destacar que, quando tratada por historiadores, a *web* tem aparecido basicamente como um lócus para exibição ou troca de materiais, textos, ensaios, fotografias, ou seja,

entre nossos pares, é um tema ao qual se tem dedicado um espaço de reflexão muito reduzido.

Quando tratam da rede, os historiadores costumam retomar as análises do filósofo Pierre Lévy (1996, 2010) sobre esse quadro, a partir da noção de "virtualização" do corpo, do texto, da economia, da inteligência e das diversas "metáforas do hipertexto" no universo da comunicação. Apesar de manterem os computadores perto de si há tempo, criando inclusive associações dedicadas aos estudos de história e informática, os historiadores ainda estão distantes da internet como objeto de estudo. O próprio uso de Lévy ressalta a rarefação de trabalhos de historiadores interessados pelo assunto. Nesse sentido, a realização desta pesquisa se faz necessária, na medida em que entende ser relevante o esforço crítico em relação à historiografia inscrita nos marcos desta era digital e em relação aos novos problemas que os historiadores do século XXI têm de enfrentar.

O historiador italiano Dario Ragazzini, organizador de um volume cujo título é bastante expressivo – *La Storiografia Digitale* –, alertava já em 2004:

Acontece que a atividade cotidiana – alta ou baixa, excepcional ou extraordinária – deixa traços do tipo informático, que serão os documentos e as fontes da história futura do nosso presente. Como a historiografia de uma cultura alfabética é diferente daquela oral, assim também a historiografia de uma cultura digital será – e já o é – diferente daquela de uma cultura alfabética (RAGAZZINI, 2004: VII).

Diferentemente de Ragazzini, o historiador francês Denis Rolland não considera que tenhamos alcançado uma escrita da história diferente junto à cultura digital, entretanto entende a internet como uma nova fonte para a História, inscrita no tempo presente, que demanda detidos e cautelosos exames críticos. Segundo Rolland, na internet, a história assume frequentemente a forma de narrativas, e essa história de "costuras invisíveis", cujo nível de credibilidade

científica é quase sempre desconhecido, pode acabar levando a um mal-estar da história por ser muitas vezes repleta de dissimulações ou amnésias-construtivas (ROLLAND, 2004: 2).

Rolland nos alerta também para outro problema: o espírito crítico dos leitores. Para o autor, a maioria dos leitores não está preparada para uma leitura realizada radicalmente em diversos níveis, como se faz na internet. Um dos agravantes dessa situação é que, geralmente, na internet, a única forma de avaliação do conteúdo que se tem é a frequência e o número de visitas de certos *sites*, o que pode acabar, em muitos casos, levando leitores desavisados a confiarem nas primeiras informações encontradas, sem observar com a atenção necessária os elementos que poderiam atestar a maior ou menor fidedignidade de um texto. Esse critério, um dos determinantes para que um endereço obtenha melhor classificação no *ranking* dos principais motores de pesquisa da internet, como o *Google*, faz com que as referências ganhem maior evidência ao estarem no topo da página de resultados de uma busca, independentemente de seu caráter científico, rigor metodológico ou reconhecimento acadêmico. A respeito dos textos referentes à nossa disciplina na internet, o estudioso observa:

o escrito "virtual", raramente assinado, oferece, amiúde, para os consumidores, sem que o internauta o saiba, uma *história sem historiador*. Ao contrário da produção impressa, para a qual se dispõe de instrumentos de discriminação (bibliografias, resenhas críticas, reputação científica...), para a "rede" não existem hoje senão muito poucos meios para avaliar a qualidade do que nela se oferece, e as "sitegrafias" não são numerosas, nem muito confiáveis. Há, além disso, um agravante: a virtualidade da informação conduz facilmente a uma *falta de distanciamento*, em função de uma relação mais distanciada com as fontes mais diversificadas, a informação que chega às telas é julgada e utilizada *a priori* por estudantes e jovens pesquisadores com *menos filtros críticos* ainda do que a informação impressa. De certo modo, a magia da acessibilidade de dados distantes, somada à juventude do meio de informação, prejudica em parte o olhar potencialmente crítico (ROLLAND, 2004: 2, grifo nosso).

As questões levantadas no excerto acima nos *linkam* diretamente a outro item em negrito na página dos problemas da representação do passado na internet: o amadorismo ou diletantismo nos textos de caráter histórico que caem na rede todos os dias. Decerto que essa não é uma peculiaridade do ambiente público da internet – textos diletantes ganhando mais destaque que textos de acadêmicos com alto grau de aprovação entre seus pares não são exclusividade da chamada Era da Informação. As técnicas de propaganda, as estratégias de lançamentos editoriais e as linguagens empregadas, por vezes mais palatáveis ao gosto do leitor leigo que a *academicista*, somadas a altos investimentos em *design* e a outros atrativos estéticos, têm amiúde posto em maior relevo, no mercado editorial brasileiro, publicações de caráter histórico que não são, a rigor, produzidas por historiadores. Tal fato divide opiniões dentro da classe e, ao mesmo tempo, desperta atenção, pois aponta para a existência de um público interessado no conhecimento histórico, com quem talvez precisemos aprender a conversar, sem, contudo, perder de vista a necessidade de mantermos o rigor e o decoro que o nosso ofício demanda.

O conjunto de questionamentos e problemas inerentes à questão do amadorismo de textos históricos na internet nos é bastante útil, como exemplo, na medida em que precisamos esclarecer que muito do que trataremos não diz respeito a problemas inéditos *stricto sensu*. Salvo especificidades técnicas impostas pela natureza de nosso objeto (digital), abordaremos transformações e agravamentos de questões já colocadas anteriormente por historiadores de gerações antes da nossa. De certa forma, o que apresentaremos nesta monografia é uma atualização, perante o advento da internet, de alguns velhos problemas conhecidos e debatidos pela historiografia em outros contextos. Contudo, o mais importante neste estudo é justamente a apreciação dessas questões levando em consideração as particularidades com que as operações de registro – produtoras de memória –, escrita, leitura e compartilhamento de todas essas

informações em *bits* possuem neste contexto da era digital, de constantes e imprevisíveis transformações.

Quando falamos da imprevisibilidade das mudanças e da velocidade com que ocorrem nesse meio digital, devemos também informar ao leitor que fazer um mapeamento, qualquer que seja, de assuntos relacionados à internet ou buscar informações na internet nos dias correntes é – para usar a expressão do criador de *softwares* norte-americano Mitchell Kapor – como tentar beber água de um hidrante. Há uma arrebatadora oferta de informações quando se está conectado à rede pululando na tela todo o tempo: são milhares de novas entradas em *sites*, nas atualizações de amigos (e desconhecidos) nas redes sociais, pelos *newsletters*, que nos chegam por correio eletrônico, ou pelos *Feeds RSS* assinados. Desse modo, torna-se realmente um caminho sem volta tentar escalar tal montanha de dados – a torrente de informações é geral e só vem engrossando desde a prensa de Johan Gutenberg. Por isso nosso foco é destacar que a disponibilização de metainformações sobre novidades e incrementos tecnológicos que dizem respeito à própria internet, como o nascimento de redes sociais, novos aplicativos, *softwares* etc, apresenta-se também em crescimento constante, de forma que, instintiva e racionalmente, somos levados a concordar com Harald Weinrich, quando declara:

[...] é evidente que todos aqueles que não se livram em tempo do ethos ingênuo da documentação completa, ainda que seja por um toque de leviandade, serão esmagados pela massa de informações disponíveis, de modo que eles próprios não poderão mais participar do processo de pesquisa.

O que se pode fazer? Antes de mais nada, o que ainda não ocorre ou muito pouco, a cada iniciação na atividade científica, portanto na vida universitária, além das incessantes técnicas de obtenção de informações também se devia ensinar a sutil arte da rejeição de informações. Pois hoje em dia a ciência já não é mais praticável sem um claro componente de esquecimento (WEINRICH, 2001: 292).

Ora, não é de hoje que o historiador lida com a angustiante necessidade de selecionar documentos, fontes, personagens, períodos, categorias. Como Michel de Certeau afirma, a seleção é o gesto pelo qual tudo começa na história. O recorte e o tal componente de esquecimento foi, mesmo quando inconsciente, sempre necessário, possibilitador. Mas como todo recorte parece sempre deixar no ar certo sentimento de amputação, o historiador é sempre constrangido a aprender a conviver com as dores fantasmas do que teve de ser, forçosamente, deixado de lado. Alguns transformam a angústia e o desconforto de viver com isto em uma sorte de estímulos para se danarem a perfurar novas montanhas de dados e informações e quiçá sair de lá com alguma história.

Detendo-se em algumas produções chave sobre o tema, na primeira década do século XXI, nosso recorte consiste em si mesmo um problema, semelhante ao que disse Luciano Figueiredo em um pioneiro trabalho relacionado ao tema no Brasil – *História e Informática: o uso do computador* (1997) –, em que aponta o potencial da informática em pesquisas historiográficas: "O amanhã – nessa velocíssima vertigem que a ciência informática (e o mercado) introduziu – tornará este texto obsoleto" (1997: 439).

Dessa forma, na passagem de uma cultura de escassez para uma cultura de abundância, como aponta Antonio Fernando de Araujo Sá – numa clara referência aos textos dos "fundadores" da *Digital History* norte-americana, Roy Rosenzweig e Daniel Cohen – acerca desse admirável mundo novo da *cibercultura* (SÁ, 2008; FLÓREZ, 2011), torna-se urgente o debate não apenas sobre as técnicas de conservação digital dos arquivos em longo prazo, mas também quanto ao outro lado da moeda, a seleção: afinal, o que conservar? (WEIRINCH, 2001; NOIRET, 2004; DANTAS, 2005).

As perguntas são muitas e para respondê-las será necessário embarcar numa viagem minimamente transdisciplinar, tendo em vista o ainda pequeno raio do debate em nossa área de estudo. Assim,

abrindo um pouco o enquadramento de nossa lente, somos levados a admitir, com John B. Thompson (1998), que a utilização das redes de comunicação e informação criou novas formas de ação e interação na sociedade, ao mesmo tempo em que transformou os diversos tipos de relação entre indivíduos, como também a relação mais íntima do ser consigo mesmo. Além das relações sociais, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) também alteram radicalmente a organização espaço-temporal da vida social, o que toca diretamente nas matérias com que lida o historiador. Sabemos que hoje não é necessário estar cara a cara com outra pessoa para uma interação instantânea, mesmo que seja para o exercício do poder por uma das partes – ilustram bem esse caso as empresas que funcionam em rede (LÉVY, 1996). Além disso, uma torrente de relações quotidianas é atualmente mediada por dispositivos e redes eletrônicas que liberam os indivíduos da exigência de compartilharem um mesmo ambiente – o que Lévy (1996) chama de economia da desterritorialização ou da virtualização. Somando-se aos investimentos dos setores da informática e da comunicação digital aqueles do turismo, acrescenta o autor, "a humanidade jamais dedicou tantos recursos a não estar presente [...]" (LÉVY, 1996: 51).

O tema, como constatamos, é demasiado novo e vivo para o enclausurarmos nos limites de algumas considerações sumárias. Aliás, um dos grandes desafios de se pensar sobre essa temática está exatamente em sua forma "gerúndica" – há sempre alguma coisa acontecendo nesta história –, mas, para podermos produzir um texto histórico, devemos aprender a interrogá-la mesmo no "calor dos acontecimentos". O objeto de nossa análise está, portanto, no presente: interfere nele e é interferido por ele.

Segundo o sociólogo polonês Sygmunt Bauman, vivemos um tempo de ineditismo extraordinário para as atividades da vida em sociedade, sobretudo no que diz respeito ao indivíduo, cada vez mais esvaziado de *alteritas*. Estes seriam *Tempos Líquidos* (BAUMAN, 2007),

período caracterizado pela transição da fase sólida da modernidade para sua fase líquida, esta última marcada pela dissolução de regras e de toda sorte de objetividade nas relações sociais. Para o senso comum, um período de grande relativismo e instabilidade; para outros autores, um período coincidente ao surgimento e desenvolvimento da Terceira Revolução Industrial, cujos desdobramentos terminam por nos catapultar para esta "cultura digital" (RAGAZZINI, 2004). Tempo em que reuniões e encontros virtuais para tratar de política ocorrem na internet, em movimentos identificados como "ciberativismo político"; tempo em que revoluções se organizam via *web*, como os protestos contra os regimes autoritários do Oriente Médio,¹ movimento denominado de Primavera Árabe que acompanhamos ao longo de 2011; época em que você pode carregar pelo menos 1.400 livros para ler quando quiser e aonde for, basta utilizar um modelo de *e-book reader* como o *kindle* da *Amazon.com*.

Com todas essas importantes informações em mente e tendo esclarecido os limites deste trabalho, impostos seja pela particularidade do tema, seja pelo modelo de monografia que nossa universidade adota, prosseguimos.

Na teia: problemas, itinerários e possibilidades

Quando falamos em "historiografia digital", o que pretendemos não é um aperfeiçoamento da história quantitativa. Aliás, falar de história e internet não é, necessariamente, falar de um desenvolvimento

¹ Em junho de 2011, dentre as ações de protestos dos jovens israelenses estava uma ação de cerca de 60 mil usuários do *Facebook*, que organizaram um boicote contra o aumento de 70% no preço do queijo *cottage*. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 14 de agosto, "o produto (queijo *cottage*) presente no café da manhã da maioria dos israelenses e o protesto virtual chegaram a ser motivo de piada. Mas a pressão deu resultado e as empresas baixaram os valores da iguaria em 30%" (VAZ, 2011).

da história serial ajudada por computadores. Não é da relação da história com uma grande calculadora, que a ajuda a somar e arquivar dados, ou com uma sofisticada máquina de escrever eletrônica, de que estamos falando. Apontamos, sim, para as particularidades da relação entre a história e a internet, as quais, certamente, tem a ver com computadores e com o desenvolvimento da informática. Porém, hoje sabemos, não é preciso de um computador por excelência para acessar a internet, pode-se fazê-lo através de celulares, *androids*, leitores de livros eletrônicos, *tablets* etc. O que nos interessa aqui diz respeito àqueles questionamentos que no ambiente *online*, no interior da rede mundial de computadores, possam trazer novos problemas para os historiadores. Por conseguinte, o que indicaremos a seguir não depende apenas da disponibilidade de um computador – *hardware* e *software* – mas, imprescindivelmente, de conexão.

Pensar "historiografia digital" é refletir sobre os usos das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) por historiadores do século XXI. Consideramos relevante a discussão à medida que essas chamadas novas tecnologias alteram as noções de temporalidade e espacialidade, estabelecem novas formas de relacionamentos sociais e criam diferentes tipos de registros da atividade humana. É no contexto dessas e de outras transformações que a noção de uma "cultura digital" torna-se objeto de investigação histórica no que diz respeito às indagações do tempo presente e se coloca como um problema a ser pensado à luz da história da história (RAGAZZINI, 2004).

Nesse movimento, alguns historiadores têm se dedicado a produzir sentido para o que batizaram de *Digital History*, nos Estados Unidos, e *Storiografia Digitale*, na Itália. Seus esforços consistem em interpretar o mundo digital superinformado e pensar o fazer historiográfico nos marcos da linguagem hipertextual – característica da internet que, por muito tempo, esteve fora da alçada das Ciências Humanas – da computação semântica, dos algoritmos e dos *softwares* (COHEN; ROSENZWEIG, 2005; NOIRET, 2005).

O grupo de historiadores dos Estados Unidos, mais precisamente aqueles ligados institucionalmente ao centro de pesquisa da *George Mason University* (GMU) na Virgínia, cujo nome sugestivo é *Center for History and New Media* (CHNM),² foi liderado por Roy Rosenzweig, historiador norte-americano que encabeçou os primeiros projetos do CHNM, fundado em 1944 por ele mesmo. Vale ressaltar que o centro aglutinou um grande grupo de historiadores ocupados em tentar sistematizar formas de interpretações do passado que se valessem de fontes e ferramentas digitais compartilhados no *World Wide Web*. A expressão dessa tentativa encontra-se disponível no *site* do CHNM sob a forma de um manual para realização de pesquisas históricas *online*, o volume *Digital history: a guide to gathering, preserving and presenting the past on the web*, escrito por Rosenzweig e Daniel Cohen (2005), ambos professores do Departamento de História da GMU, sendo este último muito interessado no cruzamento da disciplina histórica com a informática e seus derivados.

Os historiadores do CHNM não estavam sozinhos ao refletir sobre a emergência de uma nova forma de realizar pesquisa história. Essa discussão também ganhou espaço, poucos anos depois, no debate historiográfico de além-mar. Nos primeiros anos deste século, o historiador italiano especialista em história moderna, Rolando Minuti, havia publicado um livro em francês, que também ganhou tradução italiana, sobre as incertezas que a relação entre história e internet trazia para o ofício do historiador. Minuti sublinha que, apesar dos benefícios que a rede telemática e a internet podem trazer aos historiadores – como a facilidade ao acesso das fontes digitalizadas e a velocidade da troca de informações com uma comunidade acadêmica virtual –, essas inovações trazem algumas incertezas que carecem de reflexão, como a instabilidade dos textos na internet, a questão dos *links* corrompidos, a conservação do digital, o amadorismo.

² Centro de Pesquisa Sobre História e Novas Mídias. Disponível em: <http://chnm.gmu.edu/>. Acesso em: 20 dez. 2010.

Em 2004 foram publicados na Itália dois livros que se tornaram referência para pensar a assim chamada historiografia digital na academia italiana. Um deles, sob o audacioso título *La Storiografia Digitale*, foi curado pelo historiador Dario Ragazzini, com participação de outros três historiadores e do arquivista Stefano Vitali e apresenta uma nova situação de compartilhamento cognitivo através da internet, novas formas de registro de memória, não somente textos e imagens digitalizados, mas também fóruns, *blogs*, *chats* e outros documentos disponíveis em *sites* institucionais, identificando o surgimento de materiais *born digital* (ERWAY, 2012: 1–4). No mesmo ano, Vitali publicou *Passato digitale: le fonti dello storico nell'era del computer*, assinalando ainda alguns problemas do consumo da história na internet e sendo minucioso na análise de aspectos técnicos e nas tensões em que está envolvida a memória no ambiente *web*. Em certa medida, esses pesquisadores recuperam e ampliam o debate similar acerca da informática aplicada às Ciências Humanas, mas enfatizam justamente o advento da internet como tecnologia aplicada à realização de trabalhos historiográficos.³

No ano seguinte, ainda à frente do Arquivo de Estado de Florença, Vitali escreveu outro artigo, em que dizia haver na rede um “caleidoscópio multiforme de representações do passado” (2005: 1). Um dos primeiros problemas que o autor identificou foi uma hipertrofia de memória na rede. Tal fenômeno poderia ser exemplificado de diversas formas, pela ação de particulares ou instituições. Os *blogs*, por exemplo, concedem a “qualquer um” o poder de fala no novo meio, e, destaca o autor, produziram-se milhares de textos que se pretendem historiográficos,

³ A respeito da tecnologia voltada para a realização de trabalhos historiográficos, cabe destacar o grande investimento do CHNM no desenvolvimento de ferramentas para o “historiador digital”, como costumam chamar. Dentre elas, ganha relevo o software Zotero (disponível em: <http://www.zotero.org/>), que permite coletar, gerenciar e citar fontes de pesquisas obtidas na internet, além de habilitar os usuários para compartilhar suas referências com outros internautas. Originalmente lançado como uma extensão do navegador Firefox, atualmente já apresenta versão beta para Safari e Google Chrome, além de disponibilizar *apps mobiles*.

mas são dominados por um senso comum muitas vezes impregnado da visão do passado que é veiculada nos *mass media*, fantástica e mitológica – romantizada. Corre-se o risco, adverte Vitali, “de afogar as iniciativas científicas em potencial em um mar de sites diletantes”. Mas também há casos em que a iniciativa parte de *sites* institucionais, dentre os quais o estudioso pesca como exemplo o *Library of Life*,⁴ promovido por um instituto com a autoridade da Cruz Vermelha Internacional, o qual encoraja as pessoas a “compartilhar suas memórias e a mantê-las vivas para sempre online”, construindo, dessa maneira, um enorme arquivo de histórias de vida. Para citar ao menos um exemplo de *site* que trabalha em moldes parecidos, apontamos o curioso caso do *Linkory*,⁵ surgido em 2007 com a promessa de reunir – *linkar* – memórias na rede de maneira divertida e, com isso, criar História. Vejamos a chamada que aparecia na primeira página da rede social:

Figura 1 – Screenshot (foto/print) do topo da *home* de *Linkory.com*



Fonte: Disponível em: <http://www.linkory.com>. Acesso em: 14 ago. 2008.

⁴ Library of Life. Share Memories Forever. Disponível em: <http://www.libraryoflife.org/>.

⁵ Segundo o *Internet Archive*, o *Linkory* esteve disponível no endereço <http://www.linkory.com/> pelo menos até 02 de fevereiro de 2011. Hoje o *site* encontra-se desativado, e o endereço *linka* um conteúdo que não corresponde ao real *Linkory*. Último acesso em: 10 dez. 2011.

Linkory promete que os próprios usuários criarão um pouco da História, uma sorte da História vista pelos olhos de cidadãos comuns. Em *Linkory* se reúnem pessoas conhecidas e desconhecidas, em torno de eventos e acontecimentos (públicos ou privados) dos quais participaram ou gostariam de ter participado, que passam a poder saber como foram – através dos registros disponíveis ali (fotos, vídeos e depoimentos) –, além de avaliá-los, revivê-los, relembra-los... Assim, em outro *screenshot*⁶ – de fevereiro de 2011, o último disponível no *Internet Archive* antes que o *site* saísse do ar – vemos rubricas de pessoas "comuns" sobre eventos, como o 11 de Setembro e a Morte da Princesa Diana. A particularidade de *Linkory*, em relação a tantas outras redes que hoje colecionam memórias *online*, é que essa rede *já* saiu do ar. E ficam no ar algumas perguntas e um problema: Aonde foram parar os registros dos diversos escritores desse grande diário *multimedial online*? Encontram-se sob o domínio de quem? Foram perdidos? E as referências que podem ter sido feitas a esses relatos perderam sua verificabilidade para sempre, dado a quebra do *link*? São perguntas para as quais não temos respostas, mas que acentuam a angústia em relação ao terreno movediço e imprevisível da *web*.

Nesse sentido, Vitali entende ter surgido com a internet uma sorte de *popular historymakers* e recorda que dois historiadores americanos, Roy Rosenweigh e David Thelen, escreveram em 1998 o ensaio "*Everyone a Historian*", em que avaliavam positivamente o fenômeno, alegando que, como os historiadores profissionais, os *popular historymakers* confeccionam as próprias narrativas, ainda que sob a forma de uma conversa à mesa ou de árvores genealógicas, ao invés de monografias eruditas. Também indica Vitali que antes deles, nos anos 1930, outro historiador americano,

⁶ *Screenshot* referente a 2 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20110202162006/http://linkory.com/>. Último acesso em: 10 dez. 2011.

Carl Becker, já havia enunciado algo parecido, embora em outro contexto, no artigo de título peculiar, *Everyman his own historian*, em que defendia que qualquer um poderia ser historiador, autor, das próprias interpretações sobre a história. Ora, aqui parece que o perigo alertado por Rolland de uma "história sem historiador" começa a assumir uma forma mais objetiva.

A questão dos historiadores amadores apresentada por Vitali constitui outro problema, pois sugere que, além da confusão entre memória e história, cujas fronteiras parecem se confundir na internet, há outra confusão em trânsito na rede, a que confunde narrativa e história. Se todos são historiadores, quem somos nós? Se toda narrativa que evoca o passado pode ser admitida como história, o que é história?

Determinar o que é história, estabelecer critérios para diferenciar narrativa histórica de ficção, justificar a disposição científica da história e apresentar uma definição do que venha a ser a condição histórica não é nosso intuito neste estudo. Entretanto, poderíamos brincar cautelosamente com a afirmação "toda história é narrativa, mas nem toda narrativa é história" para descartar a possibilidade de que todas as investidas dos historiadores amadores sejam mesmo história. Não reivindicamos o direito exclusivo de escrever um texto histórico – aliás, quantos filósofos já não o fizeram com autoridade? A questão é tentar entender que textos se apresentam como história na internet, pensar em critérios para classificá-los e identificá-los. Como iluminar, no paiol da internet, as narrativas que podem, de fato, ser consideradas história, destacando-as de outras, igualmente narrativas, desprovidas daquela intencionalidade historiadora da "representância" sobre a qual escreve Paul Ricoeur (2007)?

Talvez, então, seja necessária uma pergunta anterior: que "história" se está produzindo hoje? Interessante pensar na história como um produto, no cenário da rede em que os *webatores* consomem

passado o tempo inteiro – se o que aconteceu ontem no mundo já pode ser veiculado hoje nas mídias de massa como passado. Por isso, interessa-nos questionar se a internet e todas as mudanças que ela trouxe – sobretudo a transformação das noções de espacialidade e temporalidade – alteram tão substancialmente as condições de produção e compartilhamento da história a ponto de, como querem alguns de nossos interlocutores, ser necessário fundar um novo paradigma historiográfico. Será?

Nessa direção, cotejaremos os trabalhos dos grupos de pesquisa norte-americano e italiano dos primeiros dez anos deste século. Comparando-os, constatamos que aquele faria parte do grupo mais entusiasta quanto às promessas da "historiografia digital", enquanto este integraria o grupo mais cético em relação à tecnologia e aos novos pressupostos dessa historiografia. Isso não significa que os americanos do CHNM estejam produzindo menos providos de críticas que os italianos, nem que estes estejam assumindo uma postura pessimista em relação ao admirável campo novo⁷. As reflexões de ambos os grupos serviram, aliás, como ponto de partida para nossas perguntas. Devemos, contudo, estar atentos às tradições, aos interesses políticos e à disponibilidade de recursos diferentes para cada grupo, uma vez que designam limites, possibilidades e rumos distintos para esses projetos de "historiografia digital" – outra vez concordando com Certeau (1988: 27), não podemos ignorar que a mesma institucionalidade que permite, interdita.

No *hall* das novas possibilidades de pesquisa que podem evocar perguntas diferentes no contexto de "cultura digital", podemos mencionar, para além do que já foi sugerido, uma série de outras problemáticas que, por questão de espaço e habilidade, aguardará

⁷ A expressão "admirável campo novo" faz referência ao título do artigo de caráter introdutório de Antônio Fernando de Araújo Sá (2008), do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, que, de maneira pioneira no Brasil, dedicava-se a apresentar os desafios dos profissionais da história em tempos de internet.

pela realização de um estudo mais profundo. Assim, ficam fatalmente descobertos diversos problemas relativos ao surgimento de novos objetos para as Ciências Humanas – as dinâmicas sociais e econômicas desta "sociedade em rede" (CASTELLS, 2003), como o *ciberativismo* político e as apropriações que a extrema direita faz da internet (MAYNARD, 2010); os novos tipos de "escritas de si" que surgem com os *blogs* (KOMESU, 2005); a suposta transformação do *ethos* político e cultural do "novo espírito do capitalismo" em tempos de *cibercultura* etc (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

É no que tange os questionamentos inerentes à própria "operação histórica", seus protocolos e etapas, buscando respostas sobre como utilizar a internet para realizar pesquisas históricas – seja como ferramenta, seja como fonte primária (ALMEIDA, 2011) – que pretendemos contribuir um pouco mais, ainda que não seja trazendo respostas, mas novas perguntas. Por exemplo, como tratar os documentos *born digital* ou digitalizados? De que modo assegurar a verificabilidade das referências dada a fragilidade da memória e dos *links* na *web* (VITALI, 2004, 2005)? Como equacionar o problema "história-sem-historiador" enunciado acima através do trabalho de Rolland? O que se altera na tensão entre memória e esquecimento na internet? Que novos percursos os hipertextos permitem aos historiadores e leitores em tempos de internet? Como lidar com esse regime de hipermediaticidade em que vivemos?

Enfim, nossa contribuição para o debate se dá mais na expectativa de saber quais seriam as atualizações desejáveis – e se seriam necessárias – para o profissional de história que trabalha "na rede" hoje, distante do pó dos arquivos e bibliotecas, mas que não esqueceu o imperativo de haver um método criterioso de pesquisa, mesmo que, por circular em novos espaços, precise buscar novos itinerários (NOIRET, 2004).

Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem parapeiros no território incógnito da web

"as viagens são umas das fontes da história"
(Chateaubriand)

Nota-se, com o advento da *web*, o surgimento de uma nova esfera global pública, na qual há *websites* que fazem uso público da História. Quando consideramos tal fato, é preciso considerar a grande quantidade de *sites* oficiais de instituições variadas ocupadas com o saber que se dedicam a ofertar conteúdos históricos, bem como os *sites* e *blogs* de particulares e/ou empresas que também figuram nesse novo espaço como autores ou coautores, editores de conteúdos históricos (ou passíveis de se tornarem históricos).

O fato é que no chamado ciberespaço, em que hoje circulam quase indistintamente historiadores, jornalistas, *webmasters* e os mais diversos sujeitos formadores da dita opinião pública, também se encontra espalhada, por assim dizer, enorme quantidade de documentos passíveis de servir a pesquisas históricas e, temerosamente, as fronteiras entre os espaços de atuação desses sujeitos não são nada claras na internet. Por vezes, em um mesmo *site* encontramos uma pluralidade de autores e de documentos de naturezas distintas que dificilmente encontramos nas coletâneas cartáceas que manuseamos aqui e acolá. Isso impõe um exercício crítico e uma operação de seleção ainda mais rigorosa ao lidar com o passado diluído na rede. História em migalhas de *bytes*, para lembrar a expressão de François Dosse (1992).

Um dos problemas primários que parece se colocar diante desse novo espaço – particular, não material, virtual e dotado de alto dinamismo – é a falta de compartimentos e de critérios que agrupem ou classifiquem de maneira inteligível a enorme e plural oferta de recursos disponibilizados na *web*. Segundo o italiano Antonino Criscione (2003), a melhor metáfora para pensar a *storia su internet*

(história na internet) seria a do arquivo, justamente por dar conta desse caráter dinâmico e aberto que caracteriza a oferta de materiais "não convencionais" sobre história (todo tipo de documentos) constantemente "colocados" *online* não em ordem, mas passíveis de serem organizados por um usuário, uma vez determinado seu recorte.

Pensar uma organização, disposição e classificação de arquivos, *sites* e mídias variadas no ciberespaço nos leva a refletir sobre a dimensão física que há no virtual, a transposição da ideia de espaço físico e/ou de materialidade para o conceito de ciberespaço. Esse termo significa, em uma palavra, a internet, a rede das redes, e, para seu criador na literatura, William Gibson, trata-se de

Uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como marés de luzes da cidade (*apud* MONTEIRO, 2007).

Por outro lado, segundo Lévy, um dos autores que se apropriou e reformulou o conceito de Gibson, o ciberespaço é:

espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. [...] Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A

perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço *o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século* (LÉVY, 2000: 92-93, grifo nosso).

A atualização do conceito é valiosa, pois Lévy atribui a ele, para além do forte valor abstrato apresentado por Gibson, uma concretude presente no dia a dia quando nos referimos a algo que está *na internet* ou que fazemos *lá*, isto é, a própria noção de espaço em si. Além disso, com nosso último grifo, sublinhamos, na descrição conceitual de Lévy, uma correspondência ao que Silvana Drumond Monteiro (2007) elencou em sua ontologia do conceito como sendo elementos fundamentais: 1) *web*; 2) hipertexto; 3) *browser*; 4) mecanismos de busca.

Logo, propomos que as viagens e os deslocamentos dos historiadores do século XXI sejam refletidos por meio dessas definições de ciberespaço. É interessante também recuperar a imagem de ciberespaço que Darnton (1999) associa analogamente à imagem que Santo Agostinho fazia da mente de Deus, por ser também o ciberespaço "onisciente", infinito e, nesse aspecto, bastante misterioso (por isso tantos questionamentos). Se desde os tempos de Heródoto deslocar-se no espaço já era condição para que uma história fosse contada, hoje, dada a desterritorialização de textos, corpos e economias, somos levados, de certo modo, a pensar as viagens dos historiadores, nas fronteiras entre um texto e outro, um arquivo e outro, bibliotecas, épocas, contextos históricos, no ciberespaço. Entretanto, para "contar história", tal qual nos ensinaram os antigos, não basta apenas viajar. É necessário ir, voltar e dizer "eu vi", isto é, viajar e narrar. Nesse ínterim, todos os elementos apontados por Monteiro nos valem para pensar a *história na internet*, como também a *internet através da história*, concepções de Criscione, confirmadas na obra de Ragazzini (2004), de acordo com as quais a *web* é uma estrutura aberta, uma mídia, um meio ou espaço de interação, comunicação, cooperação e produção

(CRISCIONE, 2003). Espaço, portanto, em se pode viajar virtualmente entre um e outro texto ou arquivo de dado e, ao mesmo tempo, espaço em que se dá a etapa escrita propriamente da História, a produção.

Em certa medida, pensando a história como dependente de viagens (cf. epígrafe), cabe recordar alguns pressupostos deixados por aquele que foi considerado o pioneiro em produção de história. Voltando alguns séculos, podemos relembrar alguns postulados inescapáveis que nos foram legados por Heródoto, sobretudo no que dizem respeito à valia das viagens e das referências para a história (ainda que para a época não houvesse essa definição). No âmbito deste trabalho, ganham destaque significativo visto que, diante do advento da internet, temos pensado diferentes espacialidades (e, portanto, viagens) e novas formas, senão um novo sistema, de referências no contexto das produções "*in locus*" na *web*, isto é, os textos já produzidos no formato eletrônico digital. Como um dos objetivos, se não o principal, da escrita da História, para a concepção antiga, era registrar e relatar os grandes feitos dos homens, com Heródoto, a narrativa desses fatos deixa de ser mais um relato das musas, e assume uma espécie de compromisso ao "expor os fatos como eles foram". Para diferenciar suas narrativas das fantasiosas e poéticas da época, o *pai da história* recorria a um mecanismo de "fazer crer" para legitimar "alguma verdade", ainda que seus escritos contivessem algum remanescente traço fantasioso, mítico. Nesse entendimento, de que é necessário "validar" a narrativa, Heródoto recorreu – como trata François Hartog, em *O Espelho de Heródoto* – ao mecanismo da *autopsia* como um dos possíveis e principal meio para alcançar o escopo de "tornar crível" a narrativa (HARTOG, 1999). Através da referência "eu vi" era possível convencer o leitor de que o autor realmente teria presenciado aquilo que narrava e, por essa razão, conferiria à narrativa uma maior fidedignidade em relação àquelas escritas por narradores que não eram testemunhas oculares, que só ouviram a narrativa de determinado fato. Portanto, o "ver" era, para

aquela concepção de história, uma espécie de chancela de qualidade, de confiabilidade, uma característica "marca de enunciação" (HARTOG, 1999). Hoje chamamos de referência aquilo que lemos, e a voz "eu li" vem subentendida em nossas notas de rodapé ou, no cenário da "historiografia digital", esse "eu li" vem na forma de hipertextos.

Na teia das conexões diversas do mundo digital, as viagens "reais" (por oposição às "virtuais"), muitas vezes indispensáveis para a realização de uma pesquisa, foram substituídas por microdeslocamentos de *mouses* no espaço físico de uma mesa de trabalho, os quais resultam em um grande no ciberespaço, evitando as milhas, economizando tempo e poupando os recursos do pesquisador. Uma substituição de tal ordem não alteraria em certa medida o fazer do historiador? Mais uma pergunta que fica suspensa. Assim, ressaltamos que as viagens virtualmente possíveis no ciberespaço não se tratam apenas as da navegação através do *browser* de diversos *websites*, fornecidos por instituições ou, como é cada vez mais frequente, por endereços localizados via mecanismos de busca (como o *Google*) – realizar esse tipo de "descolamento" é criar pontes e conexões entre textos, dados e *sites* diversos através dos chamados hipertextos.

Em 1999 o historiador norte-americano Edward L. Ayers alertava que os arquivos digitais e a escrita da história – a construção da narrativa em si – em suportes digitais levariam necessariamente a um novo tipo de escrita, a qual consideraria os recursos – a possibilidade de construir conexões e de manipular dados no ambiente eletrônico – que permitiriam escrever uma história legível, entendida em diversas etapas e camadas, uma narrativa que possibilitaria um envolvimento muito maior dos leitores que aquele proporcionado pela escrita tradicionalmente realizada nos livros cartáceos (modelo do códex). À história narrada e escrita dessa maneira, Ayers (1999) atribuiu o título de *hipertextual*.

É justamente a relação entre história e hipertexto que tem ocupado, no cenário geral das discussões acerca da "historiografia

digital", espaço central nas reflexões de diversos pesquisadores, ao lado das tensões de preservação do passado na rede, que abordaremos mais adiante, e dos problemas relativos a uma história que pode ser escrita – e lida – por todos (DARTON, 1999; CRISCIONE, 2003; RAGAZZINI, 2004; NOIRET, 2004, 2005; VITALI, 2005; COHEN; ROSENZWEIG, 2005).

Com Darnton (1999) e Noiret (2004, 2005), consideramos não apenas a transformação inerente ao uso do hipertexto, mas também a possibilidade de uma escrita multimedial, que permite, diferentemente da escrita fixa no livro impresso, escrever e reescrever um texto histórico, tornando-o capaz de apresentar temas por vezes inenarráveis na ausência de determinadas mídias (vídeos, imagens – editadas, dispostas lado a lado, sobrepostas, *zoomadas* ou não –, áudios, mapas dinâmicos, tabelas dinâmicas etc), que somente as potencialidades oferecidas pela internet e pela escrita em seu formato digital permitiriam.

Por sua vez, Criscione (2003) considera que o hipertexto transforma mesmo as bases do conhecimento fundadas na cultura do livro e dos textos impressos. Segundo o autor, o hipertexto apaga as distinções entre "início", "meio" e "fim" de um texto, tornando tudo isso circunstancial, editável, isto é, um texto escrito no formato digital, recorrendo às multimídias e à referencialidade a partir de *links* (possíveis na *web*), se torna mais ou menos fluido e rígido. A característica central na relação entre as novas e as "velhas" mídias, para o historiador italiano, é a imediaticidade com que se dá essa relação e com que se realiza o acesso de várias dessas mídias simultaneamente (ou quase) pelo leitor do texto. Tal imediaticidade das novas mídias digitais frente às tradicionais se desdobraria em duas tendências opostas. Uma delas, a noção de *transparência* (ou a ilusão da transparência) aflora quando se dá a possibilidade de o leitor acessar por ele mesmo, quase instantaneamente, um *link* e verificar a fonte referenciada em uma nota *hipertextual*. A outra, a *opacidade*, pode resultar da fragmentação de muitos pontos de vistas colocados

à disposição através do acesso mediado pela tecnologia. São limites e possibilidades de se trabalhar em rede.

Corre-se constantemente o perigo de afogamento em meio a esses múltiplos pontos de vistas no mar de informações em que se lançam as redes de *links*. Ao mesmo tempo, desavisados podem se julgar mais próximos da *verdade* simplesmente por poder conferir instantaneamente determinadas referências. Acreditar nisso seria abandonar qualquer lição de método e teoria da história que já tivemos acesso. Contudo, há algo mais ou menos aferível que podemos afirmar: essas possibilidades de transparência ou de opacidade tornam-se também elementos constantes da prática daqueles que optaram por trabalhar com história na rede. Os perigos oferecidos pelos apelos sedutores do anacronismo, em narrativas tradicionalmente mais lineares em termos cronológicos, na internet, se transmutam na fácil referenciabilidade através de *links*, o que não garante, por outro lado, um igualmente fácil exercício da crítica. Ousamos dizer que a hermenêutica das representações do passado na rede soma ao trabalho do historiador aspectos bastante complexos devido a todos os problemas de que temos tratado, como, por exemplo, a hipertextualidade, a multimedialidade e mesmo a imediaticidade que marca a oferta de dados digitais-eletrônicos.

Outra face da imediaticidade de hoje, que se mostra também como um novo problema a ser pensado e estudado por nós historiadores, diz respeito à frequente publicação de notícias que se revestem de uma questionável carga histórica para falar de passado sem que sequer seja produzido um sentido estritamente histórico para os acontecimentos. Interrogávamo-nos sobre a natureza dessa história-produto quando tratávamos das redes sociais que capitalizam a noção de memória, como o *Linkory*.

Não mais *magistra vitae*, nem providencial, tampouco autônoma, plena de autoridade, com um lugar de fala específico na sociedade e às vezes até com a mácula responsabilidade do julgar. Nada disso.

Segundo Vitali (2005), os contornos que a história assume na contemporaneidade, nos tempos de internet, não são nem mesmo os de uma micro-história, nem daquela vista de baixo ou pela periferia, mas uma sorte de *patchwork* de eventos fragmentados dos quais escapam o nexos, o contexto e o enredo. Precisamos, portanto, investigar as possibilidades de construção de sentido para o passado que quisermos interrogar na internet, cuidando para não permitir que a falsa ideia de transparência nos leve a adensar ainda mais a opacidade – mencionada anteriormente, segundo a contribuição de Criscione (2003) em sua resposta à pergunta "Sobreviverá a história ao hipertexto?".

A propósito da pergunta, a resposta de Criscione é muito clara. O hipertexto não há de ser um impedimento para a história e, decerto, ela poderá sobreviver a seus desdobramentos. De acordo com o historiador, antes de se tornar um empecilho para a escrita da história nos tempos de internet, o hipertexto contribui para a modificação de algumas práticas, possibilitando, por exemplo, que os leitores reconstruam por si os percursos lógicos de referências que geralmente são traçados unicamente pelos pesquisadores. Outra tendência acentuada pelo hipertexto é a ampliação das bases documentais pelas quais o historiador circula ao estruturar suas narrativas. Sintetizando, o recurso da hipertextualidade no meio digital possibilita, por diversas razões, a construção de novos percursos interpretativos para quem pesquisa e escreve e para quem lê e, nesses moldes, se torna, em parte, coautor do trabalho. A escrita hipertextual tem desvelado não só novas configurações de textos, mas também novos conceitos de leitor e de autor.

Como assinala Lévy, acerca da leitura no contexto da virtualização do texto, parece haver um espaço maior para a construção autônoma de sentidos para as ligações entre textos por parte dos leitores:

As passagens do texto mantêm entre si virtualmente uma correspondência, quase que uma atividade epistolar, que atualizamos de um jeito ou de outro, *seguindo ou não as*

instruções do autor. Carteiros do texto, viajamos de uma margem à outra do espaço do sentido valendo-nos de um sistema de endereçamento e de indicações que o autor, o editor, o tipógrafo balizaram. Mas *podemos desobedecer às instruções, tomar caminhos transversais, produzir dobras interditas, estabelecer redes secretas, clandestinas, fazer emergir outras geografias semânticas* (LÉVY, 1996: 36, grifo nosso).

Tais possibilidades graças ao chamado hipertexto, cujas funções são descritas pelo autor:

Com efeito, hierarquizar e selecionar áreas de sentido, tecer ligações entra essas zonas, conectar o texto a outros documentos, arrimá-lo a toda uma memória que forma como que o fundo sobre o qual ele se destaca e ao qual remete, são outras tantas funções do hipertexto informático (LÉVY, 1996: 37).

Por que tanto nos preocupamos com as implicações do hipertexto e a produção historiográfica no atual cenário da "cultura digital"? A respeito desses temas, indica-nos o historiador Roger Chartier:

No mundo dos impressos, um livro de história supõe um pacto de confiança entre o historiador e o seu leitor. As notas remetem a documentos que o leitor, no geral, não poderá ler. As referências bibliográficas mencionam livros que o leitor, na maioria das vezes, não poderia encontrar senão em bibliotecas especializadas. As citações são fragmentos recortados por mera vontade do historiador, sem possibilidade, para o leitor, de conhecer a totalidade dos textos de onde foram extraídos os fragmentos. *Esses três dispositivos clássicos da prova da história (a nota, a referência, a citação) estão muito modificados no mundo da textualidade digital a partir do momento em que o leitor é colocado em posição de ler, por sua vez, os livros que o historiador leu e consultar por si mesmo, diretamente, os documentos analisados.* Os primeiros usos dessas novas modalidades de produção, organização e certificação dos discursos de saber mostram a importância das operações cognitivas que implica o recurso ao texto eletrônico. Aqui há uma mutação epistemológica

fundamental que transforma profundamente as técnicas da prova e as modalidades de construção e validação dos discursos de saber (CHARTIER, 2009: 60-61, grifo nosso).

Considerando as ideias de Chartier, podemos imaginar que o menor grau de passividade das pessoas, diante de textos dispostos em ambientes digitais-eletrônicos, pode até permitir que um leitor mais atento descubra um erro ou farsa no trabalho de um historiador. Além disso, pensando-se na leitura de trabalhos acadêmicos entre pares, a possibilidade de verificar a fonte em sua integralidade quase instantaneamente pode estender o primeiro texto lido em muitas outras direções de leituras e reescritas de outros pesquisadores, os quais, acessando o mesmo conjunto de fontes, podem tentar preencher determinadas lacunas cujos limites do texto inicial não permitiram.

Outros aspectos podem ser analisados – o da extensão e o da reprodutibilidade de um texto em seu espaço de divulgação, como em *blogs*, por exemplo. No início da publicação de periódicos e folhetins, um texto de jornal era fechado nele mesmo, depois puderam ser enviadas cartas aos jornais, fazendo circular mais informações, e, com o tempo, tornou-se quase uma cultura os jornais apresentarem uma seção destinada à publicação das cartas dos leitores. Hoje, no contexto que Chartier nos descreve, a pessoa pode comentar o texto enquanto lê, ou assim que termina de lê-lo, pode escrever para seu autor na mesma hora, receber respostas, reproduzir o texto em outros canais... Enfim, há de se pensar a reprodutibilidade desses textos e a ampliação de seu raio de alcance, na medida em que vemos aumentar a interação dos leitores com o texto e em muitos casos com os próprios autores.

Os novos trajetos possíveis entre fontes, referências e diversos textos – históricos ou não –, interligados na teia da internet, modificam, de certa maneira, duas das três "fases" da operação histórica (RICOUER, 2010), necessariamente relacionadas uma a outra,

quais sejam o estabelecimento da prova documental e a colocação em forma literária do que se pesquisou, isto é, o encerramento da própria representação historiadora.⁸ Levando em conta ao menos essas particularidades do texto, no panorama da "cultura digital" atual, compreende-se a importância de pensar mais a fundo o que vem a ser o chamado hipertexto. Afinal, se ele redesenha os esquemas de referência, sem os quais a validade de qualquer trabalho de caráter histórico pode ser questionada, devemos, de fato, estar atentos àquilo que de especial em seu uso altera a forma de apresentar e incluir no texto esse importante dispositivo da narrativa histórica, que é a referência.

As referências se fazem necessárias porque, em se tratando de produzir representações do passado a partir do contato e estudo das várias fontes, não podemos esquecer que entre aquilo que lemos e o que produzimos existe uma grande diferença. Podemos até dizer uma distância insuperável, na medida em que as interpretações dos documentos e bibliografias consultadas são subjetivas e também variam de acordo com a institucionalidade e contexto de produção em que cada escrito e autor se encontram inseridos (CERTEAU, 1988).

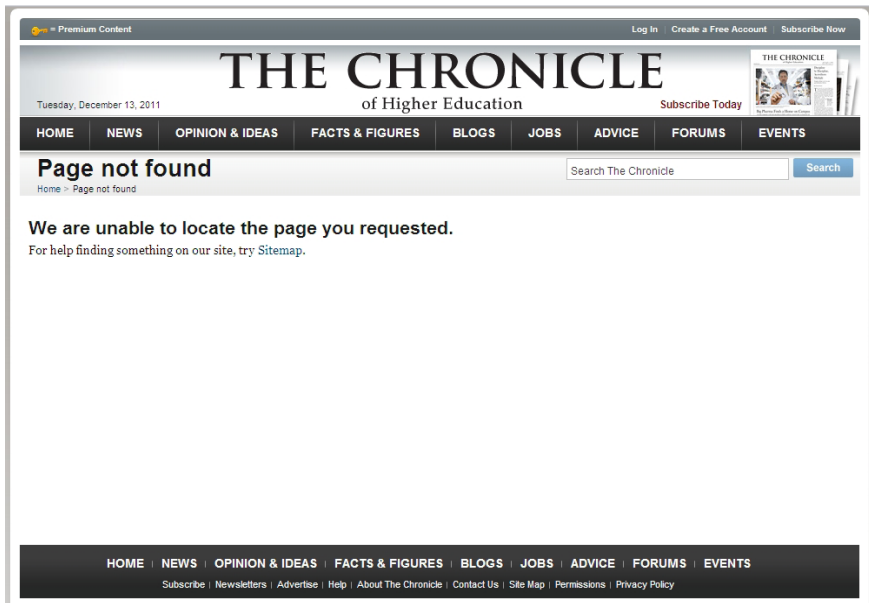
Cada sujeito carrega uma carga de subjetividade singular com a qual assina seus textos, carga que orienta suas interpretações, conforme suas expectativas e preferências políticas, experiências de vida etc. Portanto, não existe uma correspondência absoluta entre as fontes e o que é produzido pelo historiador – este não faz simplesmente um "recorta e cola" de informações, pois o passado não é um dado objetivo a ser extraído das fontes tal e qual, ao gosto da escola rankeana. A autópsia, então, não pode ser considerada um "legitimador" perfeito e indeturpável para garantir a maior verdade de um texto por esta cancelado. O mesmo raciocínio serve

⁸ Considerando as três fases como as elegeu Paul Ricouer (2010): documental, explicação/compreensão e representação historiadora.

também para o sistema referencial que usamos: não é o número de dezenas de fontes bibliográficas consultadas e nem a quantidade de *links* referidos que atribuem maior ou menor valor (de verdade) a um texto. A qualidade de um texto está amarrada ao conjunto complexo de todos os passos que constituem uma pesquisa – desde o surgimento de um questionamento, a seleção e tratamento das fontes, até as etapas finais de escrita e elaboração de hipóteses – e dependem, finalmente, recorrendo mais uma vez a Hartog, das chamadas “condições de visibilidade”, determinadas não só pela paisagem escolhida e pela disponibilidade de fontes para acessá-la, como também pelo observador-narrador, como ele participa as experiências pessoais em seu trabalho. São duas as histórias que se misturam no processo de escrita, a “história do visível” e a “história do olho” (HARTOG, 1999).

Embora seja cedo para afirmarmos algo categoricamente, parece patente que o hipertexto traz novos problemas para a escrita da história. As clássicas referências bibliográficas, parte indissociável dos livros de história, continuam verificáveis, e ainda que não estejamos em condições de acessá-las manualmente de imediato, a verificação pode ser feita em qualquer tempo, desde que nos desloquemos até o lugar onde a obra referenciada se encontra depositada. O problema que se apresenta a essa altura, em relação às teias de hipertextos que temos tecido, é como garantir que o percurso de *links* que fazemos para construir um texto estará sempre disponível? Referimo-nos à velocidade com que alguns endereços “saem do ar” e arquivos se corrompem – problema já anunciado, o da conservação perante a obsolescência e fragilidade dos formatos digitais. Alguém se lembra dos disquetes? Ou ainda, quem é que nunca se surpreendeu ao buscar determinado conteúdo e encontrar, em lugar do resultado de sua pesquisa, um dos tantos modelos possíveis de páginas como esta abaixo:

Figura 2 – Screenshot de um exemplo de arquivo/página não encontrada



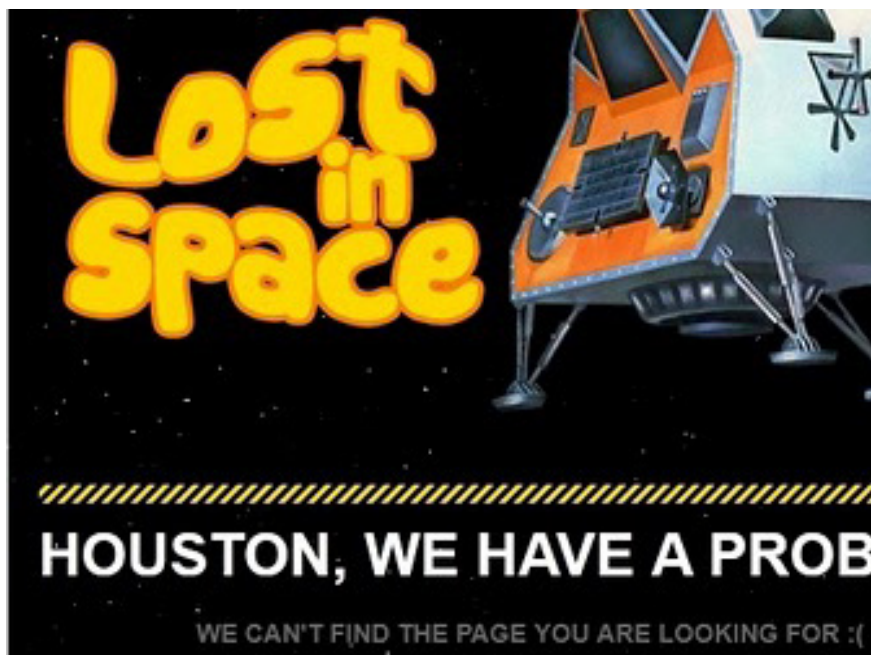
Descrição: Resultado "Error 404 – Page not found" na busca pelo artigo de Robert Darnton "Can an 18th-century book peddler bring academic publishing to the web?", citado por Serge Noiret (2002) na seguinte referência: *LinguaFranca, the Review of Academic life Online*, 10/5, July/August 2000. Disponível em: <http://www.linguafranca.com/0007/inside-webcast.html>.

Fonte: Disponível em: <http://chronicle.com/0007/inside-webcast.html>. Último acesso: 10 de dez. 2011.

O problema na imagem acima é, além da referência não remeter ao texto indicado, o próprio *link* sugerido por Noiret, que era <http://www.linguafranca.com/0007/inside-webcast.html>, passar a ser <http://chronicle.com/0007/inside-webcast.html> quando colado no *browser*. Como explicar?

Para nossa maior preocupação, esses tipos de erros em pesquisas na internet são tão frequentes, dada a instabilidade de servidores e *sites* de hospedagem, que muitos *sites* preparam surpresas irreverentes para os visitantes, como a indicada abaixo:

Figura 3 – Página do "Erros Page Not Found", do site abduzeedo.com



Descrição: Página do "Erros Page Not Found", do site abduzeedo.com em que se lê a famosa frase "*Houston, we have a problem!*" – alusão direta à frase da base de controle da NASA quando se relatou o problema no retorno da missão espacial norte-americana Apollo 13 em 1970.

Fonte: Disponível em: <http://www.pitacosmodernos.com.br/2011/04/as-20-paginas-de-erro-404-mais-criativa.html>. Último acesso em: 10 dez. 2011.

Assim, levantamos mais uma inquietante pergunta ao escrever um texto histórico à base de hipertextos: qual será a chancela de qualidade e verificabilidade (estabilidade das referências listadas no trabalho) de nossos textos para os leitores? Não nos serve somente indicar o "eu li" se não temos as garantias que o "lido" permanecerá legível. Que outras margens da palavra lida e escrita nos serão apresentadas no incógnito emaranhado de *links* em cachos e nós, que caracterizam a *web*? Em que dimensão são esquecidos os arquivos e endereços corrompidos? Haverá uma terceira margem?

Resta interrogarmos acerca da pretensão de verdade das histórias espalhadas pela rede e saber – ou, antes mesmo, como saber? – quem responde por elas. Percebemos, com isso, um problema no que se refere à autoridade do texto, seja no sentido de autoria, seja no de autoridade acadêmica (PAROLIN, 2002), pois na rede os papéis de emissor de mensagens/enunciados e de destinatário podem se confundir, conforme as análises acima de Lévy, Rolland (2004) e Chartier (2009). Em relação à autoridade, nem sempre os textos são assinados, por isso estamos sempre sujeitos àquele tipo de "história sem historiador". Parece irresistível a constatação de que vivemos em tempos de Prometeus desacorrentados.

"Armazenado, quer dizer, esquecido"

"Na Era Digital, se não fizermos nada para preservar a informação, perderemos tudo" (Dietrich Schüller)⁹

Figura 4 – Imagem-epígrafe



Descrição: peça publicitária (anúncio *pop-up*) em campanha *online* da marca de cartões de memória *SanDisk*, corrente na 3ª. semana de dezembro de 2011, no site *Rádio UOL*.

Fonte: Disponível em: <http://www.radio.uol.com.br/>. Último acesso: 12 dez. 2011.

⁹ Outcomes of the Open Thematic Debate on "Information Preservation", 2007, UNESCO.

Em *Fedro*, de Sócrates, como nos lembra Ricouer (2010), observamos o nascimento mítico da escrita da história, contido no mito da origem da escrita. Ocorre que, certa vez, o deus Theuth apresenta ao rei egípcio Thamus a descoberta da arte que irá transformar a vida de todos no reino. Diz ele ao rei: "Aqui está, ó rei, o saber que proporcionará aos egípcios mais saber, mais ciência e mais memória (*mnemonikoteros*); da ciência (*sophias*) e da memória (*mnemes*) o remédio (*pharmankon*) foi encontrado" (RICOUER, 2010: 151).¹⁰ Mas o rei ponderava os benefícios e prejuízos sobre os quais lhe falava o deus:

De fato, essa arte produzirá o esquecimento na alma daqueles que a tiverem aprendido, porque cessarão de exercer sua memória (*mnemes*): com efeito, depositando sua confiança no escrito (*grafhes*), será a partir de fora, graças a impressões do exterior (*tupon*), e não a partir de dentro, graças a si mesmos, que praticarão a rememoração (*anamineskomenous*); não é, portanto, da memória, mas da rememoração que tu encontres o remédio (*pharmankon*) (RICOUER, 2010: 152).

Sobre a fala do rei Thamus, pensamos que tudo aquilo que armazenamos em partes externas à mente de alguma forma se perde, tal como pela escrita de uma fórmula em um papel, nos deixamos esquecer dela. Caso não fosse possível reencontrar o papel – suporte físico para a "memória" da fórmula –, seria realizada alguma rememoração? Somos levados a crer que não: perderíamos aquela informação. Anotamos, guardamos e armazenamos, no entanto, perdemos. E a perda se dá em dois sentidos: um deles é objetivamente a avaria da informação; o outro complementa esse quadro, pois é justamente o de não encontrar, não saber o paradeiro, o percurso a fazer para reencontrar tal objeto. Esse segundo sentido destacaremos na reflexão desta seção.

¹⁰ Transcrição da citação feita por Ricouer (2010) da tradução de Luc Bricsson, Platon, *Phèdre*, Paris, Flammarion, col. "GF", 1989, 1997.

Lévy (1996, 2000) observa, na última década do século XX, o surgimento de uma nova interface social diante das novas tecnologias de inteligência colocadas em cena pelo advento da internet. São os vestígios históricos e os registros de memória na nova interface social eletrônica que nos interessam. Weirinch, estudioso de filosofia e filologia, aponta para uma sociedade superinformada já em meados do século passado:

Desde então [1950...] tornou-se evidente que vivemos numa sociedade superinformada, na qual a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informações – qualquer criança pode fazer isso hoje na *internet* –, mas em rejeitá-las – e para isso ainda não há programas na *internet* (WEIRINCH, 2001: 285).

Nesse sentido, esbarramos em mais uma questão importantíssima para se pensar o par história e internet. Nas tensões implícitas entre a hipertrofia e a fragilidade da memória na rede, apresentadas por Vitali, há um problema cuja reflexão se torna imperativa, embora não seja objetivo deste trabalho explorar todas as problemáticas sobre o tema "conservação do digital". O risco da perda de uma informação no mar de documentos eletrônicos flutuantes na *web* abre um clarão de muitas incertezas para os historiadores deste século, tornando urgente o debate acerca das técnicas de conservação digital desses arquivos em longo prazo (NOIRET, 2005) e incluindo nesse debate uma pergunta fundamental: o que conservar? É o lado oposto da moeda da hipertrofia da memória na rede.

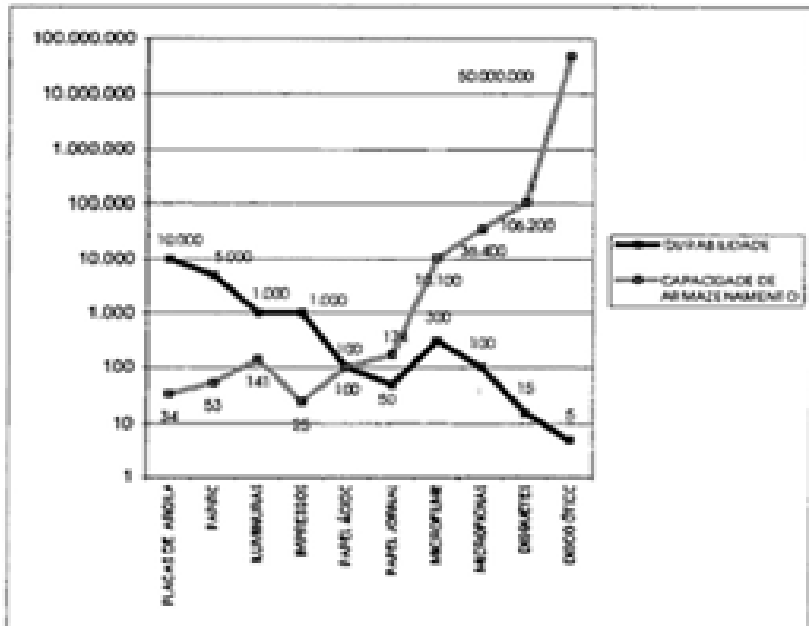
Em se tratando de conservação do digital, não há como escaparmos de outra relação dialética que perpassa nossa discussão, aquela entre o lembrar e o esquecer – a memória e o esquecimento. Ao mesmo tempo em que a internet sugere ao homem que é possível alcançar a aporia de "tudo salvar", guardando tudo em suportes artificiais de memória virtual, nos deparamos com um problema limite, o da seleção, exposto por Weinrich no capítulo "Armazenado,

quer dizer, esquecido", do qual extraímos o excerto acima. Atrevemo-nos a tomar o título, bastante ilustrativo, em empréstimo, para intitular esta seção.

A impossibilidade de alcançar objetivamente uma memória total, arquivando e conservando todo tipo de informação não se deve somente à questão técnica intrínseca ao problema, ao alto grau de obsolescência dos suportes e leitores de mídias digitais. Isso impõe limites materiais a uma conservação *full* de todo o conteúdo digitalizado e produzido na internet, pois, embora possamos mantê-los, não temos tantas garantias de que os arquivos estarão legíveis nos próximos anos (OLIVEIRA, 2005). A preocupação exposta nesta pesquisa quanto à conservação dos materiais digitais vai além das incertezas técnicas: parte da questão da verificabilidade das fontes (problema de *links* e arquivos corrompidos que se perdem na internet, dos quais tratamos na seção anterior) até a discussão sobre o que conservar, pois, mesmo que sob aspectos técnicos fosse possível e seguro a conservação total, um arquivo do gênero se tornaria inapreensível, labiríntico – tão útil quanto um mapa do tamanho do próprio território que se quer conhecer.

Enquanto diversas empresas do ramo das TICs – tanto as ocupadas em prover serviços de hospedagem na internet, quanto as voltadas para o desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* cada vez mais eficientes e capazes de trabalhar administrando sempre mais memória (aquela artificial) – otimizam seus produtos e aumentam a possibilidade objetiva de "tudo salvar", o tempo passa, e a fúria das inovações não perdoa nem mesmo seus criadores. Novas mídias e equipamentos recém-fabricados se tornam obsoletos muito rapidamente, afastando novamente a chance objetiva de um superarquivo, que pudesse guardar todos os documentos do mundo. A respeito disso, observemos os dados do gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Mídias: anos de uso X capacidade



Fonte: Cowan, 1997, p.5.

Período	Suporte	Durabilidade Anos	Nr. Caracteres in² - 6.416 cm²
Idade Antiga	Tabletas argila	10.000	34
Idade Antiga	Papiro	5.000	53
Idade Média	Iluminuras	1.000	141
Idade Moderna	Impressos/ Bíblia Gutemberg/ Papel trapo	1.000	25
1850	Papel ácido/Pasta química	100	100
1870	Papel Jornal/ Pasta mecânica	50	174
1930	Microfilme	300	10.100
1950	Microfichas	100	36.400
1970	Disquetes	15	106.200
Anos 90	Disco ótico	5	50.000.000

Fonte: AMORIM, 2000: 94.

Observamos no gráfico acima que, desde os anos 1970, isto é, desde a década em que a Terceira Revolução Industrial começa a se fazer sentir através do fenômeno da globalização e a espalhar os progressos da ciência e da tecnologia por todo o mundo, temos a oferta de suportes para o armazenamento de documentos digitais (disquetes e depois o disco ótico). Se compararmos a durabilidade das diversas mídias, fica patente a maior resistência dos suportes retraçáveis da época gutenberguiana ou anterior a ela. A partir da metade do século XIX, quando surge o papel ácido, não temos mais um suporte midiático cuja vida útil se estenda para além de três séculos. O microfilme se destaca com pelo menos o triplo da durabilidade em anos (300) das microfichas e do papel ácido. Mas estes suportes têm tecnologia mais durável que, por exemplo, as mídias chamadas digitais, que apresentam, no máximo, uma durabilidade de quinze anos.

Diante disso, superar o risco da perda dos documentos em formatos digitais constitui um dos grandes desafios para os profissionais que trabalham com o passado, para quem as memórias são matrizes indispensáveis. É urgente encontrar um modo para armazenar e preservar os documentos, sem que isso signifique esquecê-los, perdê-los. Cada vez será mais imperativo criar mecanismos de seleção e de organização do que se deseja manter acessível e do que pode ser feito o descarte.

A esse respeito, é interessante lembrar as observações que a historiadora Françoise Choay faz sobre o par memória e esquecimento no prefácio de *O culto moderno dos monumentos*, obra de Aloïs Riegl (2006). Segundo Choay, o historiador precisa compreender em detalhes o que significa a atual tensão entre lembrar e esquecer, já antecipada por Freud, quando dizia que a memória é apenas uma forma de esquecimento e o esquecimento uma outra forma de memória. Só podemos nos lembrar de algo quando o esquecemos, e não é possível lembrar tudo ao mesmo tempo – uma recordação total é impossível e, por isso, é necessário olhar com desconfiança o exagero em torno da monumentalização de tudo, assunto tratado no livro de Riegl. Quando tudo se torna monumento, qual é o

critério adotado para que determinado objeto/documento seja ou não um monumento? A generalização apaga as particularidades. A ação massiva de monumentalizações, nesse sentido, se assemelha ao processo de tentar salvar tudo e termina por não favorecer nenhuma ação de preservação. Quem salva ou preserva tudo, não salva, nem preserva, nada.

É imperativo, portanto, que selecionemos. Instigados por nossas angústias e necessidades atuais e de acordo com alguns critérios nossos – deve haver critérios –, devemos selecionar, recortar (e descartar), guardar e salvar o que hoje, de fato, nos importa. Também devemos observar e aprender com as iniciativas de digitalização e disponibilização de arquivos *online* que não dispensaram a forma tradicional de arquivar. Talvez algumas instituições tenham tomado essa atitude justamente por desconhecerem o futuro das novas mídias em evidência agora, como o CD, o DVD, o *hard disk* externo, acoplável aos computadores e portáteis. Será que daqui a alguns anos, considerando-se todas as facilidades de acessar documentos dos mais variados tipos, de todos os lugares do mundo, pela internet, os arquivos e as bibliotecas tradicionais ficarão no passado? Se assim acontecer, a julgar pelos problemas atuais – alguns deles apresentados nesta seção e na anterior –, nos depararemos em um futuro bem próximo com a internet transformada em uma espécie de arquivo Frankstein, dentro do qual os vínculos são muito frágeis, e os caminhos e critérios seletivos para organizá-lo ainda devem ser encontrados.

Bibliotecários e arquivistas valorizam as fontes históricas quando transformam uma fonte potencial numa fonte efetiva, isto é, quando pelos inventários e índices as tornam conhecidas no seu conteúdo e significação. *O simples inventário, e ainda os índices, representam em si mesmos a descoberta de novas categorias de fontes.* Elas trazem à luz novas ideias e criam estruturas de informação que respondem às interrogações levantadas pelos historiadores (RODRIGUES, 1979 *apud* AMORIM, 2000: 90, grifo nosso).

Carecemos de um grande empreendimento que aponte para a criação de índices ou, pelo menos, categorias que ajudem na indexação

de conteúdos dispersos na internet. Será necessário, a cada novo deslocamento, abrir novas clareiras no denso bosque do ciberespaço.

Para não concluir: a semeadura de um manifesto-problema

Dos pensamentos versados até aqui, a absoluta maioria é problema. Apontamos as particularidades do tratamento, produção e compartilhamento da história em tempos de internet e *web 2.0*. Atravessou-nos a angústia das viagens, tão importantes para que o historiador consiga se embriagar da alteridade necessária, para realizar, à distância, seu trabalho. Definimos ciberespaço e depois hipertexto, ainda que com traços mais ou menos livres e descontínuos, deixando abertura para que a este texto se adicionem sempre novas concepções.

No delicado processo de determinar o que é memória e o que é História na internet (DANTAS, 2005; VITALI, 2005), exploramos um pouco a "permeabilidade" entre os campos História e internet (ROLLAND, 2001) no contexto da cultura digital. Verificamos na literatura uma grande preocupação e mobilização a favor da operação de uma seleção mais crítica e rigorosa do que se deve conservar ou não. Do contrário, o excesso do *pharmakon* pode se tornar, ao invés de remédio, veneno, e, como quer o paradoxo de Weinrich ("Armazenado, quer dizer, esquecido"), aquilo que foi tão preservado – armazenado e mantido como uma montanha de dados sem "etiquetas" ou categorias que lhes permitam a construção de percursos inteligíveis – será esquecido.

Outra discussão travada diz respeito ao futuro do livro, suporte físico preferencial da produção historiográfica, e às reviravoltas na história da leitura e da erudição a partir das revoluções informacionais das últimas décadas. Também nesse campo, muitas perguntas permanecem sem respostas.

Enfim, levantamos problemáticas constitutivas de uma rede complexa de questões interdisciplinares que dificilmente serão

esgotadas pela história, tampouco se esta trabalhar isoladamente. Contudo, notamos com satisfação que o tema tem obtido, pouco a pouco, a atenção de outras áreas do conhecimento, como a linguística, a comunicação e a sociologia. Como escreveu Marc Bloch, "o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (2001: 20). Com esse pensamento, procuramos encontrar o que há de humano – e social – por trás das máquinas e dos *ecrans*, com seus *bits* e *bytes*.

Acreditamos que os movimentos do presente estudo sejam apenas as primeiras etapas de nossa escavação no quase inexplorado campo da "historiografia digital" no Brasil. Esperamos que a mesma angústia-combustível que nos abasteceu até aqui, possa nos levar adiante em novas empreitadas de perguntas, descobertas e novas perguntas. Estudos como este, acerca da relação entre as novas tecnologias de comunicação e informação (NTICs) e o ofício do historiador, tendem a encontrar cada vez mais interlocutores nos debates sobre a história e a pesquisa de história no tempo presente, haja vista o caráter introdutório de trabalhos afins apresentados neste ano no XXVI Simpósio Nacional de História

Nesse mesmo cenário, se insere uma experiência estrangeira fora do eixo EUA-Itália, com a qual tendemos a concordar: trata-se do projeto realizado pela rede espanhola *Historia a Debate* (HaD). Conduzido pelo historiador Carlos Barros, em 2001, o grupo publicou um manifesto denso, de dezoito propostas metodológicas, historiográficas e epistemológicas, no qual uma delas é justamente intitulada "historiografia digital".¹¹ Essa forma de historiografia consistiria em um "novo paradigma da comunicação social" e não se destinaria a substituir as atividades presenciais e suas tradicionais instituições, mas passaria a integrar de maneira sempre mais intensa a vida acadêmica e social "real":

¹¹ Manifesto *Historia a Debate*. Disponível em: http://www.hdebate.com/Spanish/manifiesto/idiomas_manf/manifiesto_had_pt.htm.

As novas tecnologias estão a revolucionar o acesso à bibliografia e às fontes da história, ultrapassando os limites do papel tanto para a investigação como para a publicação, possibilitando o aparecimento de novas comunidades globais de historiadores. A Internet é uma poderosa ferramenta contra a fragmentação do saber histórico se for utilizada de acordo com sua identidade e possibilidades, isto é, como uma forma interativa de transmitir informação instantânea de maneira horizontal a várias partes do mundo. Segundo o nosso critério, a historiografia digital deverá ser complementada com livros e outras formas convencionais de investigação, difusão e intercâmbio académicos, e vice-versa. Este novo paradigma da comunicação social não vai substituir, consequentemente, as atividades presenciais e as suas instituições seculares, mas formará parte, de uma maneira crescente, da vida académica e social real. A generalização da Internet no mundo universitário, e no conjunto da sociedade, assim como a educação informatizada dos jovens, tornará esta nova historiografia um fator relevante da inacabada transição paradigmática entre o século XX e o XXI [XI, Historiografia Digital] (HaD, 2001).

Tal manifesto resume bem as condições em que nos deparamos com a "historiografia digital". Resistimos, contudo, a aceitar que essa seja concebida como uma nova corrente historiográfica, como uma proposta nova de fazer História, como parece indicar o parágrafo acima. De acordo com a análise feita neste trabalho, a "historiografia digital" deve ser incorporada ao fazer cotidiano de cada historiador que utiliza a internet em seu trabalho. Aliás, a internet não necessita ser vista apenas como uma ferramenta a ser usada episodicamente devido à falta de "recursos" pelas vias mais convencionais (aqui chamadas de tradicionais). Não se trata de substituir ou sobrepor uma forma de pesquisa por outra (método tradicional e método novo, digital), trata-se de compreender que, enfim, não podemos mais escapar à fatalidade que é ter a internet como aliada em nosso trabalho. Dessa forma, o manifesto acima transcrito pode ser considerado como parte do processo de sementeira de questões inerentes à nova "historiografia digital", as quais são passíveis, sem dúvida, de sugerir um debate historiográfico bastante promissor para os historiadores do século XXI.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, v. 3, p. 9-30, 2011.
- AMORIM, Eliane Dutra. Arquivos, Pesquisa e as Novas Tecnologias. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.
- AYERS, E. L. *History in Hypertext*, 1999. Disponível em <http://www.vcdh.virginia.edu/Ayers.OAH.html>. Acesso em 13 dez. 2011.
- BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *Comunidades virtuais ou sociedade de rede?: A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. A história na era digital. In: CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988, p. 17-48.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, UNESP, 1999.
- COHN, Sergio; SAVAIONI, Rodrigo. *Cultura digital*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.
- CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Philadelphia:

- University of Pennsylvania Press, 2006. Disponível em: <http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/index.php>. Acesso em 20 dez. 2010.
- CRISCIONE, Antonino. Sopravviverà la storia all'ipertesto? *Memoria e Ricerca*, n. 12, p. 165-174, 2003.
- DANTAS, Camila G. O Passado em bits: questões sobre a reelaboração da memória social na Internet. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Salvador, 2005. *Anais...*, 2005. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/CamilaDantas.pdf. Acesso em: 10 dez. 2011.
- DARNTON, Robert. *A Historian of Books, Lost and Found in Cyberspace: Chronicle of Higher Education*; American Historical Association, 1999. Disponível em: <http://www.historians.org/prizes/gutenberg/rdarnton.cfm>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- _____. L'illuminismo digitale. Darnton: L'Europa non lo sa ma il web salverà i libri. Intervista conceduta a Benedetta Craveri. *La Repubblica*, 27 mag. 2011.
- _____. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ERWAY, Ricky. Defining 'Born Digital'. *OCLC Online Computer Library Center*, p. 1-4, 2010.
- FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 419-440.
- FLÓREZ, Jairo Antonio Melo. De la escasez a la abundancia. *Historia Digital: um blog para la Historia Digital Hispanoamericana*, 09 mar. 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauss e Iná de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HaD, *Manifesto Historia a Debate*. Trad. Margarida Sobral Neto. Coimbra, 11 set. 2001.

- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Tradução de J.L. Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In: _____. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano; Universidade Cândido Mendes; MAM-RJ, 2000, p. 9-40.
- KOMESU, Fabiana Cristina. Blogs e práticas de escritas de si na internet. In: XAVIER, Antônio Carlos; MARCUSHI Luiz. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 110-119.
- LÉVY, Pierre. *O que é o Virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- _____. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Intolerância em rede: apropriações da Internet pela extrema-direita (1999-2009). *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, a. 5, n. 10, 2010.
- MONTEIRO, Drumond Silvana. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 8, n. 3, 2007.
- NOIRET, Serge. La 'nuova storiografia digitale' negli Stati Uniti (1999-2004). *Memória e Ricerca*, n. 18, 2005.
- OLIVEIRA, Tory. Cópias Fielis: Conheça softwares e estratégias que ajudam a descobrir o plágio em trabalhos escolares e veja como lidar com os alunos flagrados na arte do 'copiar e colar'. *Carta na Escola*, n. 56, p. 62-63, 2011.
- PAROLIN, Laura. Come Cambia Il Concetto di "autorità accademica" com la rete. *Memoria e Ricerca*, n. 9, p. 169, 2002.
- RAGAZZINI, Dario. *La Storiografia Digitale*. Torino: UTET Libreria, 2004.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. UGG, 2006.

- ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégia de memória e mitologias políticas. *Revista Tempo*, n. 16, p. 59-92, 2004.
- RONCAGLIA, Gino. Informatica umanistica: le ragioni di una disciplina. *Rivista Intersezioni*, a. 23, p. 353-376, 2002.
- ROSENZWEIGH, Roy; THELEN, David. *The Presence of the Past: Popular Uses of History in American Life*. New York: Columbia University Press, 1998.
- SÁ, A. F. DE A. Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, a. 3, n. 7, 2008.
- THOMPSON, John B. Introduzione. In: _____. *Mezzi di comunicazione e modernità: una teoria sociale dei media*. Traduzione Paola Palminiello. Bolonha: Il Mulino, 1998.
- VAZ, Viviane. Guilhotina Facebook. *O Estado de São Paulo*, 14 ago. 2011.
- VITALI, Stefano. Rappresentazioni Della Storia e del Passato Nella Rete. *Archivio di Stato*, Firenze, 2005. Disponível em: <http://biennale.st.tiscaliibusiness.it/62/61793.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- _____. *Passato digitale: le fonti dello storico nell'era del computer*. Milano: Bruno Mondadori, 2004.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- UNESCO. Dietrich Schüller, IFAP Vice-President and Audiovisual Archive Specialist, 2007: Outcomes of the Open Thematic Debate on "Information Preservation".



Teoria



História desafiada: inefabilidade, criação, silêncio

Ivan Bilheiro Dias Silva

Esta monografia é registro e forma de compartilhamento de minha trajetória de descobertas e questionamentos em meio à História. Um percurso de investigação sobre a História e meu possível posicionamento frente a ela. O objetivo principal é o de fomentar a discussão sobre a Teoria da História, que acredito ser não só salutar, mas imprescindível para a formação do historiador, inclusive para o exercício docente.

Na primeira parte, busco apresentar um breve panorama do debate estabelecido, em meio à historiografia, entre os chamados paradigmas moderno e pós-modernista. Sem qualquer pretensão de adesão a um deles, nem mesmo de esgotamento de sua análise, o objetivo aí é o de extrair deste "conflito de historiadores" (MUNSLOW, 2009: 36) as perspectivas acerca da epistemologia da História e a forma como cada um, a seu modo, afirma a possibilidade de continuidade do fazer histórico e da História enquanto campo disciplinar.

É precisamente o ponto de acordo entre eles que desperta as reflexões do presente trabalho: afirmada a História, as objeções teóricas configuram-se como desafios. A análise do debate historiográfico toma-o mais como um "diálogo criativo" (BOLOGNA, 2008: 11), portanto, que uma oposição, uma vez que é deste acordo que surge a possibilidade de reflexão sobre a própria História e o estímulo ao debate teórico com base nas diferenças epistemológicas sem divergências quanto à possibilidade da História.

A segunda etapa da investigação, na parte subsequente, coloca diante da afirmação da História dois desafios teóricos que são apontados

e discutidos por autores de diferentes posições. Trata-se da questão da inefabilidade e da questão da criação, duas objeções que afrontam o ponto de acordo do debate historiográfico primeiramente abordado.

Na terceira parte, após breve recapitulação que permite afirmar a permanência da situação de História desafiada, são abordadas algumas possibilidades de posicionamento do historiador, sendo as duas primeiras chamadas de posições silenciosas e, em seguida, uma terceira via, a do historiador reflexivo.

Como se nota, o foco do trabalho é incentivar o debate e a reflexão sobre a Teoria da História. O percurso aqui esboçado vai do debate historiográfico às aporias desafiadoras, culminando na investigação de possibilidades de atuação/posicionamento do historiador.

Debate historiográfico e epistemologia da história

Desde que a História passou a se pretender científica, a partir do século XIX, o chamado "século da história" (THIERRY, 1820 *apud* BARROS, 2011b: 51) – na Alemanha, especialmente, com a Escola Metódica¹ –, muito se tem debatido acerca da natureza do conhecimento a que este *campo disciplinar* se liga (BARROS, 2011a).²

A "refundação da História" – expressão cunhada por Barros (2011a: 26) a partir de Wehling (2006: 175) –, que dá início a uma "nova

¹ Baseada no rankeanismo – a perspectiva histórica em que a afirmação da objetividade da História e da neutralidade do historiador são basilares (REIS, 2004: 15-32).

² Campo disciplinar é entendido, conforme Foucault (1999), assim: "[...] uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele [...]" (FOUCAULT, 1999: 30). Esta concepção é a base da definição utilizada, também, por Barros (2011a).

era historiográfica" (BARROS, 2011b: 42-64),³ traz em seu bojo a Teoria da História, área de estudo acerca da *dimensão teórica* da História, em que se enquadra a Epistemologia da História – debruçando-se sobre a possibilidade e a forma do conhecimento histórico.

Como *campo disciplinar* que se torna, a História passa a apresentar, entre outros elementos constituintes e afirmativos,⁴ um *olhar sobre si* (BARROS, 2011a: 35-36), condizente com o que afirma Borges:

[...] o conhecimento histórico mergulha cada vez mais nas formas de sua própria produção, em como foi e em como pode e deve ser escrito, isto é, sua própria história e nas formas de procedimento que lhe são próprias como forma de conhecimento (BORGES, 2007: 46).

Sob esta visão, vale ainda ressaltar as palavras de Reis (2006) acerca do estudo da História e da Teoria da História, e de sua necessária conjugação: "A teoria da história acompanha e se confunde com a história da história. Não é possível, portanto, ser historiador sem tomar o conhecimento histórico como problema" (REIS, 2006: 98).

Este *olhar sobre si* inserido no campo disciplinar da História, realizado pela sua *rede humana* (seus praticantes) que pode, igualmente, ser chamada de meta-reflexão – uma reflexão voltada sobre o *fazer*

³ "'Nova era historiográfica' deverá ser aqui entendida como uma época em que a História passa a ser concebida, tendencialmente (e não exclusivamente), de uma nova maneira. Não nos referimos aqui, portanto, a uma nova 'época histórica', mas sim a um novo período historiográfico, a uma nova maneira como passa a ser concebida e elaborada a historiografia – isto é, a história escrita por intelectuais de certo tipo que podem ser referidos como 'historiadores'" (BARROS, 2011b: 42).

⁴ Seguindo a definição de Barros (2011a), os demais elementos constituintes e afirmativos de um campo disciplinar seriam: campo de interesses, singularidades, campos intradisciplinares, aspectos expressivos, aspectos metodológicos, aspectos teóricos, oposições e diálogos interdisciplinares, interditos e rede humana (cf. BARROS, 2011a: 20).

*histórico*⁵ – tem, atualmente, forte representação no debate entre os teóricos modernos e os pós-modernistas. A opção desta terminologia para as partes do debate se justifica: Ciro Cardoso (1997) chama os “paradigmas⁶ rivais” de “iluminista” e “pós-moderno”. O primeiro seria seguidor e consequente do racionalismo do Iluminismo, que é, conforme Kant:

O Iluminismo é a saída do homem de sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. Sapere aude! [Ouse saber!] Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo (KANT, 2009: 9).

A modernidade seria, então, consequente das mudanças deste século XVIII, o chamado “século das Luzes” (ROUANET, 1987). Mais preciso, portanto, para o paradigma da História dele decorrente, é o termo *moderno*, posto que se fala das consequências, para o pensamento, do Iluminismo, e não deste evento histórico em si.

Por outro lado, os teóricos pós-modernistas, como chamados aqui, são aqueles que, em seus escritos, afirmam ou aceitam a superação da época moderna, tendo sido instaurada a pós-modernidade. Estes teóricos apresentam questões acerca do conhecimento (e,

⁵ Quando se fala, neste trabalho, em *fazer histórico*, estão compreendidas as práticas de reflexão sobre o processo histórico, investigação, pesquisa (em contato com as fontes), produção historiográfica, debate acadêmico, e todas as demais atividades com as quais se envolve o historiador.

⁶ Para Cardoso, a noção de paradigma está resumida na seguinte ideia: “uma corrente de pensamento e um espaço de estruturação dos saberes em ciências sociais”, extraída da obra *Les représentations sociales* de Jean-Marie Seca (CARDOSO, 2005: 7). Cf. também a reflexão de Barros (2011a: p. 170-193) sobre o conceito de *paradigma* em Kuhn (2005) (filósofo que consagrou o termo na História das Ciências), sua aplicação na História e nas Ciências Humanas em geral, e sua relação com a noção de *matriz disciplinar*.

no caso daqueles que serão referenciados ao longo do trabalho, acerca do *conhecimento histórico*) que devem ser consideradas independentemente da aceitação desta tese de ser a pós-modernidade uma situação histórica efetiva e instalada. Munslow (2009: 10), por exemplo, fala mais de um "modernismo reavaliado" para dar lugar às críticas e dúvidas do atual debate sem, contudo, entrar no mérito de afirmar uma nova situação histórica.

As questões aqui tratadas advêm dos *pós-modernistas*, portanto, e não da própria pós-modernidade. Neste sentido, não há necessidade, no presente trabalho, de investigar a questão da pós-modernidade como situação histórica, mas tão-somente de considerar as questões levantadas pelos teóricos defensores desta ideia que tangem o problema aqui tratado. Seria cometer uma falácia genética⁷ desprezar os argumentos pós-modernistas por não aceitar a pós-modernidade, ou seja, a origem dos argumentos não desqualifica os próprios argumentos. Wood confirma esta perspectiva ao afirmar que:

De fato, há atualmente intelectuais marxistas, tais como David Harvey e Frederic Jameson, que falam em "pós-modernidade" como uma situação histórica, uma fase do capitalismo contemporâneo, uma forma social e cultural com origens históricas e fundamentos materiais, sujeita à mudança e à ação política. Podemos discordar das conclusões históricas a que chegaram, mas é possível pelo menos atraí-los para debates sobre história. O "pós-modernismo", no entanto, é algo diferente [...] (WOOD, 1999: 10-11).

A fala de Wood (1999) resume a pretensão da análise do pós-modernismo no presente trabalho: o de atrair os teóricos alinhados com este pensamento para o debate, para a investigação acerca da História.

⁷ Falácia genética: "O pretenso erro de argumentar que algo deve ser rejeitado devido a suas origens suspeitas. De forma mais geral, qualquer erro que consista em inferir algo sobre a natureza de um tópico a partir de uma proposição sobre suas origens". Exemplo: inferir a qualidade de um carro por sua marca (BLACKBURN, 1997: 141).

Os paradigmas em questão

No âmbito da historiografia tem ocorrido, como referido, um debate entre dois paradigmas. Uma análise breve sobre cada um é cabível. Partindo, então, da descrição feita por Cardoso (1997), o paradigma ora chamado de moderno “opôs-se [...] ao historicismo em suas várias vertentes e ao método estritamente hermenêutico ou interpretativo que tal corrente propugnava” (CARDOSO, 1997: 3). Teve como destaques a corrente interpretativa da história ligada ao marxismo e aquela surgida em decorrência do “movimento dos Annales” (BURKE, 1997: 12). Ainda de acordo com Cardoso (1997),

Os historiadores filiados a este paradigma [...] escrevem uma história que pretendem científica e racional. Seu ponto de partida na produção de conhecimento é, no mínimo, hipotético (a “história-problema” dos Annales), às vezes hipotético-dedutivo [...], sempre racionalista. Acreditava-se que, fora de tal atitude básica, o saber histórico não responderia às demandas surgidas da práxis social humana no que tange à existência e à experiência dos seres humanos no tempo, nem seria adequado no enfoque da temporalidade histórica como objeto (CARDOSO, 1997: 4).

E o autor segue em sua análise dizendo que, neste paradigma, verifica-se o “[...] emprego de modelos macro-históricos e teorizantes [voltados para] a inteligibilidade, a explicação, a expulsão ou pelo menos a delimitação do irracional, do acaso, do subjetivo” (CARDOSO, 1997: 4), arrematando com a afirmação de que esta perspectiva constitui uma história analítica, estrutural e explicativa, noções basilares de sua racionalidade e assumida cientificidade (CARDOSO, 1997: 4).

Com relação ao paradigma pós-modernista, Cardoso (1997) reproduz e, assim, corrobora as palavras de Jenkins, representante de tal posicionamento, o qual afirma, em sua própria definição de História:

A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, veem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas (JENKINS, 2011: 52).

Não se trata aqui, como fez Vainfas (1997), de analisar a perspectiva historiográfica dos dois paradigmas opostos por Cardoso (1997), o que o levou a concluir por uma aliança – “Combinar abordagens distintas talvez seja o ideal, resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas” (VAINFAS, 1997: 449) –, mas o de extrair, destas duas perspectivas acerca do *fazer histórico*, as questões epistemológicas aí contidas.

Contudo, a perspectiva de *aliança* entre os dois paradigmas permanece, ora sob outro enfoque: o de tomá-los não como opostos, mas como que estabelecendo um *diálogo criativo*, expressão cunhada em outro contexto, mas que define os “diálogos criativos, [como] aqueles em que as diferenças realmente cabem, testemunhando a aceitação da distinção como requisito da identidade” (BOLOGNA, 2008: 11).

Tanto o paradigma moderno quanto o paradigma pós-modernista afirmam a continuidade da História, cada qual por um caminho que lhe é próprio. Esta afirmação comum será examinada mais à frente. Cumpre analisar, portanto e anteriormente, as bases epistemológicas em que estão sustentadas as respectivas afirmações da História – esta que seria a identidade entre os paradigmas, seu ponto de toque, comum.

Paradigma moderno e epistemologia da história

O paradigma moderno está baseado, no que tange à questão do conhecimento histórico, no realismo e no realismo epistemológico. O primeiro afirma a existência de um mundo exterior, independente do sujeito que o conhece, e não alterado por este último em sua condição ontológica:

Para muitos, o realismo é a visão omissa do mundo. Montanhas, continentes, planetas, por exemplo, existem independentemente de nós. Se não existíssemos, eles ainda assim existiriam; se deixássemos de existir, eles ainda assim existiriam; e sua natureza não é fixada por nada que consideremos que ela seja. [...] [Eles] existem e o fazem em completa independência em relação a nós (GARRET, 2008: 146).

Esta fixação ontológica é o que dará a base fundamental para o realismo epistemológico, quando, ao inserir o sujeito na relação de conhecimento, este poderá acessar os objetos existentes. Dancy confirma esta noção de realismo:

[...] o ponto de vista de que os objectos que apreendemos são capazes de existir e geralmente existem de facto e retêm pelo menos algumas das propriedades que aprendemos terem, mesmo quando são despercebidos. Quer isto dizer que a existência dos objectos que apreendemos e pelo menos parte da sua natureza é independente da existência de qualquer sujeito percipiente [sic] (DANCY, 2002: 182).

No que concerne ao realismo epistemológico, sua definição nada mais é do que a possibilidade de conhecer esta realidade externa e independente: "trata-se da tese de que podemos conhecer aspectos da realidade externa" (PESSOA JUNIOR, 2012: 5).

Vainfas (1997) define este paradigma moderno, retomando as observações de Cardoso (1997) para sobre elas refletir, fazendo a abordagem de alguns de seus aspectos epistemológicos:

[...] prevaleceria a clara distinção entre o sujeito e seu objeto de investigação, assumindo a narrativa histórica a função de explicar as sociedades a partir de modelos hipotético-dedutivos de diferentes matrizes, mas sempre com uma visão holística (estrutural) e dinâmica (relativa ao movimento e à transformação) na análise do objeto (VAINFAS, 1997: 441).

Esta distinção entre sujeito e objeto pretende que ambos sejam afirmados enquanto existentes na relação cognoscente. Tal afirmação tem o objetivo de se contrapor à perspectiva pós-modernista de que sujeito e objeto se misturariam no produto final da relação cognoscente, isto é, o conhecimento (a ser tratada mais adiante).

Schaff (1983), ao definir os modelos do processo de conhecimento, dá destaque para o que pode ser chamado de *teoria modificada do reflexo* (CARDOSO, 1997: 5),⁸ a qual seria a fundamentação epistemológica deste paradigma moderno: "[...] é atribuído aqui um papel ativo ao sujeito submetido por outro lado a diversos condicionamentos [...] que introduzem no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida" (SCHAFF, 1983: 75). E, em seguida, alia a noção ampla de realismo com a questão do conhecimento, neste modelo:

A relação cognitiva continua também a ser neste modelo uma relação entre o sujeito e o objeto. Isto é de resto evidente: privada de um dos seus termos a relação deixa imediatamente de existir. Para o materialista [...], é indubitável que o objeto do conhecimento, fonte exterior das percepções sensoriais do sujeito que conhece, existe objetivamente, quer dizer fora e independentemente de qualquer espírito que conhece (SCHAFF, 1983: 76).

Conforme Cardoso (1997) e Vainfas (1997), as duas principais correntes alinhadas ao paradigma moderno são a corrente marxista

⁸ O nome *teoria modificada do reflexo* é estipulado em relação ao que, na obra de Schaff, aparece como o primeiro modelo de processo de conhecimento (1983: 79) em que há o reflexo direto do objeto a ser conhecido no próprio resultado (conhecimento). A *modificação* se dá na inclusão de um papel ativo no sujeito cognoscente, não mais tendo que se ocultar no processo.

da História e aquela ligada ao movimento dos *Annales*. É crucial, portanto, analisar a perspectiva acerca do *fazer histórico* de ambas.

Primeiramente o marxismo, com base na apresentação de Reis (2004: 55-57). Nesta orientação, é enfatizado o papel das contradições, sendo a História o estudo dos conflitos sociais. Esta primeira hipótese se fundamenta nas palavras de Marx e Engels (2007: 45): "A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes".

Assim, retomando Reis (2004: 55-57), a ciência histórica sob o marxismo teria seu foco voltado para as contradições sociais inerentes ao desenvolvimento histórico do homem. Esta contradição, por sua vez, é presente na estrutura da sociedade que, nesta perspectiva, é o *modo de produção*.⁹ Diante disso, Reis afirma que o marxismo é uma das primeiras teorias estruturais da sociedade, que abandona a ênfase no evento. Daí resultaria o *materialismo histórico* marxista, que afirma o primado causal do modo de produção ou do processo de trabalho no desenvolvimento da história humana (BHASKAR, 2001: 255).

E, por fim, a história do homem seria tomada como produto de sua própria ação (práxis) e não pela realização de algum sujeito metafísico. Assim, é na contradição, e no processo histórico de luta de classes que o homem alcançaria a emancipação.

Ficam expressas, assim, as concepções marxistas da história (tomadas de maneira geral, considerando que o marxismo tornou-se uma orientação amplamente reinterpretada), as quais permitem vislumbrar seu realismo epistemológico, além de seu caráter engajado, isto é, ligado a questões da "luta de classes". Isto posto, é mister a consideração da visão de verdade em História de Marx, apresentada por Reis, que a sintetiza, com uma crítica:

⁹ Categoria utilizada para uma explicação sistemática da história como uma sucessão de modos de produção, embora a expressão não tenha um sentido único e coerente nos escritos de Marx. Reforça, contudo, a condição do *trabalho* no processo histórico (cf. HIMMELWEIT, 2001: 267-268).

Para Marx, o sujeito do conhecimento deve assumir integralmente sua subjetividade e admitir que sempre sustenta um ponto de vista parcial e que não pode produzir um discurso universal. O universal puro é impensável, pois não há sujeito capaz de ter uma visão universal, global, da realidade social. E, quando o discurso se apresenta de forma universalizante, sempre esconde uma paixão e um interesse particular. [...] Para ele, a história que constrói uma verdade universal usa o discurso científico para legitimar a dominação de uma classe sobre outras. [...] Cada classe organiza o mundo histórico em categorias que preservam os seus interesses. *O critério que garantiria a verdade do conhecimento histórico seria a sua vinculação à classe revolucionária.* Esta não tem interesse em esconder, camuflar, inverter, encobrir a exploração. Ao contrário, tem interesse em revelar, desnudar, (des)cobrir a exploração social, em denunciar o poder que a mantém e seus modos e artimanhas para se autolegitimar. A verdade, para Marx, submete-se ao "interesse social" [...]. Tudo o que vem da classe revolucionária é verdadeiro e universal. Ora, recai-se na velha estratégia de dominação denunciada pelo próprio Marx – na universalização do interesse particular. Ou não? (REIS, 2006: 160-162, grifo meu).

Com relação à concepção da História do movimento dos *Annales*, outro ícone do paradigma moderno, Ciro Cardoso (1997) elenca alguns pontos básicos que servem como um panorama geral desta perspectiva – deve-se levar em conta a multiplicidade desse movimento dos *Annales*, consideravelmente difícil de definir (REIS, 2004).

Primeiramente, Cardoso (1997: 7-8) afirma que, no movimento dos *Annales*, há a crença no caráter científico da História, que abandona o esquema de *história-narração* e passa à *história-problema*, isto é, à colocação de hipóteses, no presente, para a investigação histórica. Para tal, a História deve estar em constante diálogo crítico com as demais ciências sociais, e este seria o segundo aspecto e um dos mais inovadores dos *Annales*. Há, ainda, a ambição de uma síntese histórica global, inclusive em função da abertura da História para os aspectos coletivos, sociais e repetitivos do sócio-histórico (o que acarreta no abandono da

História centrada em fatos isolados e únicos), e em decorrência também da ampliação da perspectiva sobre fontes históricas, não mais sendo exclusividade de documentos oficiais escritos. Toma-se, ainda segundo Cardoso, consciência da pluralidade dos níveis da temporalidade e é reforçada a preocupação com o espaço – a partir de um intercâmbio conceitual com a Geografia. Por fim, nos *Annales*,

A história [é] vista como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo: a história-problema é uma iluminação do presente, uma forma de consciência que permite ao historiador – homem de seu tempo –, bem como aos seus contemporâneos a que se dirige, uma compreensão melhor das lutas de hoje, ao mesmo tempo que o conhecimento do presente é condição *sine qua non* da cognoscibilidade de outros períodos históricos (CARDOSO, 1997: 7-8).

Como é possível notar, ambas as correntes defendem a cientificidade da História, sua ligação com o presente, a atuação do sujeito cognoscente de forma controlada, o realismo e a possibilidade do conhecimento do passado em sua realidade. Esta é a perspectiva do paradigma moderno com relação à epistemologia da História.

Paradigma pós-modernista e epistemologia da história

Fazendo uma caracterização dos aspectos ligados à concepção histórica na corrente pós-modernista, Funari e Silva (2008) destacam a oposição com relação à perspectiva moderna, como dito herdeira do Iluminismo e sua racionalidade:

Corroendo as bases em que se configurou a modernidade, as ciências [...] põem em questão o estatuto de verdade da epistemologia iluminista, assim como, também, seus modelos racionalizadores. [...] Num ambiente intelectual de crise e agonia de modelos empiricistas e positivistas, vivencia-se uma crítica

contundente à busca pelas origens, ao desejo de verdade histórica e todos os essencialismos (FUNARI; SILVA, 2008: 85).

É fundamentalmente nesta questão da crítica ao "desejo de verdade histórica" que vai se basear o paradigma pós-modernista. Neste sentido, é nevrálgica a ideia de separação radical entre história-acontecimento e história-conhecimento¹⁰, conforme apresentada por Jenkins (2011: 23-24): "A história como discurso está, portanto, numa categoria diferente daquela sobre a qual discursa. Ou seja, passado e história são coisas diferentes". Ao explicar esta separação ontológica entre a história-passado e a história-discurso, Jenkins afirma que "o passado já aconteceu. Ele já passou, e os historiadores só conseguem [pretender] trazê-lo de volta mediado por veículos muito diferentes [...]" (JENKINS, 2011: 25), o que o permite afirmar a historiografia (ou a escrita historiadora) como um "constructo linguístico intertextual" (JENKINS, 2011: 26), isto é, uma estrutura textual cujos suportes são outros textos que mediam o acesso ao passado, que seria o foco deste primeiro discurso. Por fim, para afirmar esta tese, o autor trata da diversidade em História, que serve como corroboração:

[...] o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal modo que se possa ter uma, e apenas uma leitura de qualquer fenômeno; que o mesmo objeto de investigação é passível de diferentes interpretações por diferentes discursos; e que, até no âmbito de cada um desses discursos, há interpretações que variam e diferem no espaço e no tempo (JENKINS, 2011: 27).

Apoiado nesta distinção entre passado e história, Jenkins parte para outro questionamento, de cunho epistemológico: como estariam conciliados, se isso for possível, estes dois elementos? Aí entra a

¹⁰ Esta terminologia está presente na obra de Borges (2007: 48). Cardoso também faz esta diferenciação, mas a partir da ortografia: História (com inicial maiúscula) para o conhecimento e história (com inicial minúscula) para o processo (CARDOSO, 1982: 25-27).

afirmação da “fragilidade epistemológica da história” (JENKINS, 2011: 30-31): o teórico diz que, se já é complicado conhecer algo que existe, tanto mais será conhecer algo efetivamente ausente, como é o passado na história. Ainda assim, confrontados com esta colocação, alguns historiadores insistem na possibilidade de *invocar o espectro do passado real*, em sua objetividade, na precisão do relato historiográfico, que se pretenderia verdadeiro.

Jenkins insiste (e se mostra surpreso por ainda ter de tocar neste ponto) que esta pretensão de verdade, de passado real na história, não é e nunca foi passível de realização, posto que

[...] se fosse possível *saber* de uma vez por todas, hoje e sempre, então não haveria mais necessidade de escrever história, pois qual seria o propósito de um sem-número de historiadores ficarem repetindo a mesmíssima coisa da mesmíssima maneira o tempo todo? [...] a fragilidade epistemológica da história permite que as interpretações dos historiadores sejam múltiplas [...] (JENKINS, 2011: 30-31).

Expressam-se, desta forma, tanto a tese da História enquanto uma narrativa, um discurso, quanto a ideia de que o passado, em sua realidade ontológica (suposta pelo paradigma moderno) é inacessível ou de acesso incompleto. Neste mesmo posicionamento, encontra-se Munslow:

Porque hoje duvidamos dessas noções empiristas de certeza, veracidade e de um ponto de vista moral e socialmente independente, não há mais história no sentido realista tradicional, há apenas possíveis representações narrativas no e sobre o passado e ninguém pode alegar que conhece o passado como ele realmente foi (MUNSLow, 2009: 29).

O posicionamento pós-modernista é, então, com relação à epistemologia da História, um severo conjunto de críticas aos postulados que, até então, fundamentavam o fazer histórico a partir

da racionalidade moderna. Tais críticas serão retomadas, mais à frente, como pressupostos à discussão da possibilidade do conhecimento histórico. A História é afirmada como representação, e não como relato da verdade histórica.

Diálogo criativo: a afirmação da história como identidade dos paradigmas

Conforme definição supracitada, na mesma orientação de Vainfas (1997) de não ver divergências impeditivas do intercâmbio entre os dois paradigmas, eles são aqui colocados como que estabelecendo um diálogo criativo (BOLOGNA, 2008: 11), em que as diferenças servem de suporte para a análise da identidade de ambos.

O ponto comum dos dois paradigmas ora apresentados é o da *afirmação da História como campo disciplinar cuja atividade é válida e tem meios de ser realizada*. Cada um deles aponta certas diretrizes e direções – ou, melhor dito, oferece orientações – para que o fazer histórico ocorra, mas ambos concordam com esta possibilidade.

No caso do paradigma moderno, tal afirmação está assentada na própria pretensão de cientificidade da História, com sua racionalidade, sua capacidade de conhecer o passado.

Por outro lado, mais complicada, a afirmação da História do paradigma pós-modernista se fundamenta em uma maior compreensão teórica do fazer histórico e de uma adaptação às questões complexas acerca do conhecimento para com o exercício historiográfico. Jenkins, ao falar da possibilidade da História com base em Barthes, chama atenção para os benefícios de um fazer histórico em que os historiadores “[...] chamam franca e propositalmente a atenção para seus próprios processos de produção e assinalam a natureza construída (e não ‘descoberta’) de seus referentes” (JENKINS, 2011: 105).

Portanto, para o paradigma pós-modernista, cumpre que sejam assumidas as complicações teóricas da História e, assim, que elas

estejam presentes no trabalho historiográfico para que, quando for oferecido o conhecimento, este não seja mais tomado como *verdade absoluta* – ideia frontalmente combatida pela perspectiva pós-modernista. Uma "metodologia reflexiva" (JENKINS, 2011: 105) ou uma "história autorreflexiva" (MUNSLOW, 2009). Trata-se da inserção, no método, da questão teórico-epistemológica da História. Para tal, Grespan (2006) propõe uma "âncora para o conhecimento", um ponto de apoio, que seria o "acordo de subjetividades":

Se reconhecemos não existir objetividade pura, mas apenas a perpassada pelas incontáveis subjetividades que convivem objetivamente no mundo, não há por que descartar a ideia mesma de verdade, que poderia ser definida como o acordo das subjetividades. Já nesse caso aparece um critério de objetividade que define uma função crucial para o método: ele não pode estar totalmente determinado no âmbito de cada teoria, de cada visão subjetiva de mundo, pois é justamente um dos fatores que permite colocá-los de acordo (GRESPLAN, 2006: 299).

A explicitação do posicionamento e dos métodos na escrita historiadora (historiografia) seria, então, a forma de estabelecer conhecimento histórico, comunicável e passível de discussão, sem permitir o solipsismo,¹¹ a inserção de cada trabalho em uma própria teoria, que recairia na "incomensurabilidade de teorias", conforme ideia de Kuhn (2005: 247) trabalhada, no âmbito da História, por Grespan (2006).

Por fim, a identidade entre os dois paradigmas é mesmo a de *afirmar a História*, pretendendo que ela seja continuada em suas atividades. Mas deste debate ficam questões não respondidas, aporias, objeções à História que merecem maior atenção, sobre as quais será feita uma investigação a seguir.

¹¹ Entendido como a circunscrição dos conhecimentos em uma esfera absolutamente desprovida de critérios intersubjetivos e, assim, incomunicáveis.

Desafios à história: inefabilidade e criação

O “conflito de historiadores” (MUNSLOW, 2009: 36) que elenca, por um lado, os defensores do paradigma moderno e, por outro, os teóricos ligados ao paradigma pós-modernista, mantém-se no âmbito da afirmação da possibilidade da História enquanto campo disciplinar.¹² De ambas as partes, contudo, exsurtem elementos que proporcionam uma reflexão acerca dos desafios à História, ou uma abordagem concernente à fundamentação da História.

Grosso modo, estes desafios concentram-se em torno da *inefabilidade da história* e da *História enquanto criação*, expressões-chave do presente capítulo. Destacadas do debate historiográfico anteriormente referido, estes problemas têm sido, contudo, tratados por diversos autores, inclusive alguns cujo enquadramento em um paradigma é bastante complicado. É preciso referir, ainda, que várias outras “objeções à possibilidade da história” (REIS, 2006: 98) têm sido levantadas, sendo possível tratá-las em função dos dois desafios principais supracitados.

História: polissemia e trato conceitual

Neste âmbito, para prosseguir a discussão, torna-se crucial a explicitação da diferença entre *história* e *História* – diferença ortográfica adotada que pretende uma separação conceitual. Haja vista que, em Português, a mesma palavra pretende abarcar sob seus significados o processo histórico e o estudo deste mesmo processo, cria-se uma complicação conceitual que, para a presente discussão, é mister dirimir.¹³

¹² Esta colocação se baseia no que foi proposto na seção anterior.

¹³ Uma profunda discussão do termo pode ser suscitada a partir do texto, ao estilo de um verbete, de Koselleck (2010), e também com o clássico de Jacques Le Goff (1996), nos mesmos moldes.

Funari e Silva (2008) frisam que a dificuldade semântica do termo *história* tem origens remotas. Desde "investigação ampla", conforme a primária acepção grega, a "testemunho e estudo do passado" com os chamados "pais da história", Heródoto e Tucídides, a polissemia se fez constante.¹⁴

Frente a isto, muitos autores buscam formas de separar os significados em expressões diversas. Aróstegui (2006), por exemplo, é enfático em estabelecer o termo *historiografia* para o estudo e *História* para o processo. Borges (2007), por sua vez, ao deparar-se com o problema, opta pelas expressões *história-acontecimento* e *história-conhecimento* (BORGES, 2007: 48).

A forma a ser adotada aqui, que marca a diferença pela ortografia (*História* e *história*, a primeira para o campo disciplinar e a segunda para o processo histórico), é apontada como solução por Cardoso (1982),¹⁵ que também faz o seguinte alerta com relação aos termos:

"História" é um termo polissêmico, o que significa que possui significados variados. Devido a isto, convém deixar sempre bem claro em qual sentido está sendo empregado em cada contexto do seu uso. [...] ao serem assumidas diferentes posições filosóficas, teóricas e epistemológicas acerca da disciplina História, de fato este termo "História" não estará significando exatamente a mesma coisa no contexto de cada posição. Ocorrerão, pelo contrário, diferenças de sentido que, de uma postura à outra, poderão ser, segundo os casos, ou simples nuances ou variações muito radicais (CARDOSO, 1982: 25-27).

Nesta linha, Barros determina, para a sua exposição, a mesma marcação ortográfica para fazer a diferenciação semântica do termo, evitando o risco da obscuridade conceitual:

¹⁴ Uma ampla análise etimológica do termo, prévia à discussão conceitual, pode ser encontrada em LE GOFF, 1996 (especialmente páginas 17 e 18).

¹⁵ Pela própria diversidade com que esta complicação semântica é tratada pelos teóricos, quando em citações ao longo do texto, respeitar-se-á a forma como colocado e, havendo possibilidade, uma explicitação será feita.

[...] estaremos sempre entendendo a História, com "H" maiúsculo, como a disciplina e o campo de produção de conhecimento que é elaborado pelos historiadores a respeito da realidade vivida em épocas diversas e que lhes chega através das fontes históricas. Em contrapartida, convencionaremos grafar "história", com "h" minúsculo, sempre que estivermos nos referindo à história-processo, à história-vivida, isto é, a essa realidade humana que o historiador examina e sobre a qual reflete, de modo a produzir um tipo de texto bastante específico, que de modo geral é o produto final de seu ofício (BARROS, 2011a: 268).

A mesma fórmula é utilizada, implicitamente, por Caetano (1994), embora não marque claramente, seguindo o alerta de Cardoso, correndo o risco de confusão conceitual. Na discussão teórica, este tipo de lapso tem potencial de gerar equívocos interpretativos. No campo disciplinar aqui abordado, o fato de um mesmo vocábulo servir tanto para o objeto quanto para o campo mesmo requer cuidado no tratamento terminológico.

Inclusive, esta diferenciação é especialmente importante, conforme já referido, na perspectiva de Jenkins (2011) e Munslow (2009) e, amplamente, no posicionamento teórico dos pós-modernistas, posto que, neste caso, fala-se não de uma simples separação conceitual, mas de uma efetiva ruptura, uma radical separação entre *história* e *História*.

A questão da inefabilidade

Por *inefabilidade* entende-se a qualidade de tudo aquilo que é inefável, isto é, impossível de ser expresso em palavras. No âmbito da História, a questão é tocada pela colocação de Jenkins (2011: 30): "[...] se é complicado ter conhecimento de algo que existe, então fica especialmente difícil dizer alguma coisa sobre um tema efetivamente ausente [...]", tema este que seria, para o autor, o "passado na história" ou, segundo a terminologia aqui adotada, a

própria *história*. Esta passagem não faz senão reforçar a percepção outrora partilhada por Bloch:

Diz-se algumas vezes: "A história é a ciência do passado." É no meu modo de ver falar errado. Pois, em primeiro lugar, a própria ideia de que *o passado, enquanto tal*, possa ser objeto de ciência é *absurda* (BLOCH, 2001: 52, grifos meus).

A questão da inefabilidade está, portanto, exclusivamente ligada à noção de história (h minúsculo, processo), e se refere a ela. A realidade do passado não pode ser conhecida em sua essência (MUNSLOW, 2009), posto que configura uma verdade inefável (FUNARI; SILVA, 2008). A história em si¹⁶ seria, por conseguinte, indizível.

Carr, ao falar da relação do historiador com os fatos históricos, exemplifica a forma como a *inefabilidade da história* se apresenta enquanto desafio à História. Buscando meios de contornar o problema, tenta estabelecer como pressuposto que os fatos do passado são objetivos e, baseando-se nisto, pretende diferenciar, de um lado, fatos do passado (história) e, de outro, fatos de História:

Não vou entrar numa discussão filosófica sobre a natureza do nosso conhecimento do passado. Vamos presumir, para os propósitos atuais, que o fato de César ter atravessado o Rubicão e o fato de existir uma mesa no meio da sala são fatos da mesma ordem ou de uma ordem comparável, que ambos estes fatos entram em nossa consciência da mesma maneira ou de maneira comparável; e que ambos têm o mesmo caráter objetivo em relação à pessoa que os conhece. Mas mesmo nesta *suposição arrojada e não muito plausível*, nosso argumento logo encontra a dificuldade de que nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador. Qual o critério

¹⁶ Em si: "O que se considera sem referência a outra coisa, ou seja: 1º independentemente das relações com outros objetos; 2º independentemente da relação com o sujeito considerante" (ABBAGNANO, 2000: 329-330). Entende-se por história em si, portanto, a história-processo em sua efetividade, objetivamente. Como reificada, positiva, existente.

que distingue fatos da história de outros fatos do passado?
(CARR, 2002: 46, grifo meu).

O que ocorre, nesta passagem, é a admissão de que o historiador não trabalha com fatos do passado (história), mas com fatos de História. Isto se dá porque aqueles primeiros não estão à disposição do labor historiográfico "como uma mesa ao centro da sala". Se assim fosse, não haveria constante renovação historiográfica, uma vez que, escrita a história (o passado mesmo) de forma completa, nada mais seria necessário fazer (JENKINS, 2011). Porém, o que se vê é uma constante renovação das perspectivas, abordagens e métodos historiográficos, o que confere dinâmica à própria História.

A partir disso, Carr passa a investigar o que é o *fato histórico*. Não há mais a pretensão de que o fato histórico seja *a história*, mas tão-somente que se ligue a ela. É pela seleção do historiador que os fatos são admitidos no "seleto clube dos fatos históricos" (CARR, 2002: 46).¹⁷

O princípio de diferenciação entre *História* e *história* começa a se delinear: à primeira, no máximo de sua pretensão, caberia somente uma parcela da segunda. É preciso selecionar. Além disso, e Carr (2002) também reconhece, há a influência do esquecimento: tanto o esquecimento metódico (MITRE, 2005), quanto o esquecimento literal, de inexistência de qualquer resquício do acontecido (WEINRICH, 2001).

Para Mitre, o historiador precisa exercer o "esquecimento metódico", a fim de deixar de lado, em suas investigações, diversos aspectos do tema investigado para que possa chegar a algum resultado. Pretender abarcar mais do que seu foco levaria à impossibilidade do trabalho historiográfico, segundo assevera o autor. O esquecimento aparece, portanto, não só como condição natural humana, mas como método do historiador que, caso pretendesse abarcar toda a

¹⁷ Perceba-se que o fato histórico, embora tenha obtido status diversificado ao longo do percurso da História, nunca cessou de ser reconhecido como uma "dimensão incontornável da operação histórica", daí sua importância para a análise (DUMOULIN, 1993b: 324).

história, estaria impossibilitado de exercer seu ofício por princípio. Aqui Mitre faz referência à literatura, a certo personagem que retinha absolutamente tudo em sua memória e, assim, não conseguia contar sequer uma simples história (MITRE, 2005: 14-19).¹⁸

Por sua vez, Weinrich apresenta uma ampla gama de exemplos de formas pelas quais consideráveis partes do passado são, simplesmente, perdidas irreparavelmente, porque "ninguém está a salvo do esquecimento" (WEINRICH, 2001: 11). Não se trata da perda da historicidade, mas da explicitação de que a historicidade é decorrente e parte da história, e não sua cópia.

Na exposição de Carr (2002) surge um apontamento que corrobora a percepção ora relatada: em *História Antiga*, em especial, têm-se a falsa impressão de que *história* e *História* coincidem, e que, por isso mesmo, toda a história é conhecida. Isto é, ainda na perspectiva do historiador britânico, um erro: na verdade, a *História* conhece uma mínima parcela da história da assim chamada Antiguidade, posto que as fontes são escassas. A maior parte da história efetiva daquele período está em condições inacessíveis à *História* e é, portanto, inefável.

De forma ainda mais explícita, a *inefabilidade da história* está apresentada nas palavras de Reis, quando este se refere a algumas das "objeções à possibilidade da história":

É um conhecimento indireto, que não mostra o vivido ao vivo. É inconsistente. O historiador conhece o passado recorrendo a testemunhos, intermediários suspeitos que ou não sabiam o que estavam vivendo, ou desejavam controlar a imagem que o futuro – o historiador – faria deles. Entre o sujeito e o objeto do conhecimento há uma inultrapassável distância temporal, uma barreira invisível, apenas perceptível em documentos, vestígios, testemunhos, sempre precários, lacunares, arruinados, e muitas vezes estrategicamente depositados. Indireto, o historiador não

¹⁸ Do conto *Funes, el memorioso*, de Borges (1989).

pode tocar o seu objeto, experimentá-lo, testá-lo, reproduzi-lo, repeti-lo. O passado é uma abstração, *não é mais*, e ninguém jamais saberá como teria sido. E mesmo se o historiador pudesse retornar ao passado, isso o tornaria um conhecedor mais eficiente? Ele se tornaria apenas um contemporâneo, envolvido pelo seu objeto, e saberia tanto daquela época quanto alguém que a viveu, ou seja, muito pouco! (REIS, 2006: 98-99).

A impossibilidade de mostrar o "vivido ao vivo" é o cerne da questão. O caráter indireto do pretendido conhecimento histórico revela que a essência de seu objeto, a história em si, não é acessível e, portanto, é inefável. A história "não é mais, e ninguém jamais saberá como teria sido", porque ela não retorna, não se reapresenta, não se repete, não se revela.

E acrescente-se: ainda que a história em si pudesse mesmo ser tomada como objeto, ela seria de tipo volátil, escapando a qualquer possibilidade de apreensão, posto que deixando sempre de ser. Sobre o *não permanecer* da história e sua volatilidade, prossegue Reis:

[...] como conhecimento das mudanças humanas no tempo, o conhecimento histórico é uma reconstrução fantasmagórica, pois, enquanto mudança, seu objeto é misterioso, indecifrável, já que não é – *deixa sempre de ser*. Pode-se fazer um discurso racional, intersubjetivo, sobre o que não permanece? Baseados em quê? É um conhecimento sem objeto. A história não chegaria a produzir nem erro, mas confusão. Os historiadores nunca estão de acordo sobre a queda do Império Romano. Os problemas da história são de crítica e de retrodição. Ocorrido um evento, qual é sua explicação? A retrodição vai do ocorrido aos seus antecedentes. O problema da retrodição é o oposto do da previsão. Ela parte do evento para a sua causa. Por isso, a explicação histórica é confusa e não pode ser uma lei – não é uma explicação dedutiva ou nomológica. Em história, a cadeia de eventos é imprevisível, pois sempre entram em cena dados novos, que mudam as relações entre os dados anteriores, que se supunha já conhecidos (REIS, 2006: 100).

Uma série de outros questionamentos é, ainda, feita por Reis, quando aborda a relação da *verdade* e da *História*, mote de

investigação concernente à relação do historiador com seu objeto e o resultado desta relação (o conhecimento). Entre aqueles que marcam o problema da *inefabilidade da história*, destacam-se:

É um conhecimento indireto do passado, baseado em testemunhos e vestígios. A história não mostra o vivido ao vivo, diretamente. [...] Não se sabe se as afirmações sobre o passado referem-se a ele, pois uma afirmação fictícia tem a mesma estrutura; a linguagem que o historiador utiliza é a mesma da ficção e da fábula. [...] As fontes do historiador são lacunares, manipuladas. O passado é basicamente silencioso. O historiador pode criar fontes? [...] As afirmações sobre o passado são metafísicas: inverificáveis de modo conclusivo e falseáveis. São interpretações que se equivalem (REIS, 2006: 151).

Eis, enfim, uma das perguntas problemáticas da teoria da História, um de seus desafios: "É possível 'reviver o passado' com o trabalho histórico?" (BARROS, 2011a: 270). Munslow (2009) responde a esta pergunta, baseando-se na Teoria da História de White (1995), criticando a pretensão de que a realidade do passado pudesse conferir veracidade à História. Ainda que fosse aceita aquela realidade, ela permaneceria fechada em si, não sendo possível captá-la *a posteriori* em sua essência:

De um ponto de vista estritamente filosófico, a existência de uma realidade passada não atesta em si mesma a teoria da correspondência, na medida em que isso não significa que a verdade dos eventos passados pode ser encontrada em qualquer correspondência entre a palavra e o mundo, como relatos da realidade passada (MUNSLOW, 2009: 24-25).

Face ao exposto, e como colocado principalmente por historiadores e teóricos ligados ao paradigma pós-modernista, sendo a história algo inefável e longe do alcance (em sua completude) daqueles que sobre ela tentarem trabalhar, apresentam-se os questionamentos: o que faz a História? Quando esta oferece conhecimento (historiografia), em

que se baseia? Que tipo de conhecimento oferecem os historiadores quando se pronunciam?

Surge, portanto, o questionamento sobre o *discurso dos historiadores* e da forma como a História, através da historiografia, pretende ofertar o produto final de seu exercício, o conhecimento histórico. Este é o mote para o exame da *questão da criação*.

A questão da criação

Sobre a *questão da criação em História* ou, melhor dito, sobre a *História enquanto criação* – posto que a primeira expressão pode parecer significar a utilização da imaginação enquanto ferramenta historiográfica, condição que permite que alguns teóricos aproximem a História da arte; e este não é o foco da presente exposição, embora não configure tópico descartado/descartável – é possível fazer uma divisão, de caráter analítico e instrumental, de suas condições: *metodológicas, pessoais e formais*. Estes serão os três aspectos analisados.

Antes, contudo, é válido ponderar: o termo *criação* pode ser tomado por uma infinidade de significados que se apresentam pela sinonímia: produção, obra, invento/invenção, fundação, elaboração, formação, etc. Para os fins ora propostos, e considerando a aludida importância da precisão terminológica na discussão teórica, fica estipulado e esclarecido que o termo *criação* é aqui tratado como *produção condicionada*, isto é, o ato de criar entendido em função de seus condicionantes, seguidamente discutidos.

Condição metodológica

O *condicionamento metodológico* é um consequente dos problemas examinados na seção anterior "A questão da inefabilidade".

Tem ele ligação com a impossibilidade de o historiador acessar a história em sua totalidade, em sua essência, mas tão-somente fragmentos, e de forma indireta, por suas fontes *selecionadas*:

Só se pode conhecer algo do passado através do que desse ficou registrado e documentado para a posteridade. [...] Em geral, é comum, sobretudo em realidades históricas mais próximas de nós, que os vestígios dessas realidades sejam inúmeros e que o trabalho do historiador se inicie por uma seleção desses dados. Essa seleção é feita em função dos dados do passado que lhe pareçam mais significativos (BORGES, 2007: 60-61).

Sendo assim, a produção do conhecimento histórico, ofertado pela historiografia,¹⁹ está metodologicamente condicionada a um nicho restrito, qual seja: o passado registrado e, depois, selecionado pelo historiador.

Condição pessoal

O *condicionante pessoal* é derivado da questão aparentemente simplória, embora densa: *Quando faz História, quem a faz?* Esta pergunta nada mais faz do que explicitar que, por trás da História, há um historiador, um "homem de carne e osso", cuja pesquisa é ali apresentada, sem que nela estejam expressas todas as intempéries pelas quais o próprio produtor passou para alcançar esta etapa. Mas estas situações são, todavia, condicionantes inescapáveis da História.

Em termos de produção contemporânea de História, e em linguagem bastante coloquial, o teórico Jenkins (2011: 43-51) trata destes condicionantes pessoais. Ele os divide em cinco

¹⁹ Neste caso, entendida como a escrita historiadora, a produção do texto de História.

categorias principais: (a) pessoalíssimos; (b) epistemológicos; (c) metodológicos; (d) organizacionais; (e) contextuais.²⁰

No que se refere aos condicionantes pessoais englobados na categoria pessoalíssimo²¹ (a), Jenkins (2011) trata dos mais íntimos elementos que, de alguma forma, influenciam na produção do conhecimento histórico. Estes elementos são os "valores, posições, perspectivas ideológicas", das quais o historiador não pode se desligar para exercer seu ofício, contrariamente ao que pretendia a Escola Metódica (CAIRE-JABINET, 2003: 104-109).

No âmbito da epistemologia pessoal (b), Jenkins pretende explicitar que os historiadores estão munidos, quando fazem História, de ideias próprias acerca das maneiras de adquirir conhecimento, e estas ideias influenciam o pesquisador:

[...] levam seus pressupostos epistemológicos. Estes nem sempre são conscientes, mas os historiadores terão "em mente" maneiras de "adquirir conhecimento". Aqui, entra em ação uma gama de categorias (econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas etc.), uma gama de conceitos que integram essas categorias (dentro da categoria política, por exemplo, pode haver muito uso de classe, poder, Estado, soberania, legitimidade etc.) e amplas pressuposições sobre a constância, ou não, dos seres humanos (algo que, com muita frequência, é irônica e a-historicamente denominado "natureza humana"). Mediante o uso dessas categorias, conceitos e pressuposições, o historiador vai gerar hipóteses, formular abstrações, organizar e reorganizar seu material de forma a incluir e excluir (JENKINS, 2011: 45).

Em terceiro lugar, os condicionantes pessoais metodológicos (c) – não confundir com os condicionantes metodológicos, que não são

²⁰ Note-se: estas denominações dos condicionantes pessoais apresentadas por Jenkins (2011) não são do próprio autor, mas ferramentas minhas para aprimorar a análise. Eu os nomeei posto que, em sua obra, o historiador os apresenta corridamente, elencando-os somente por numeração ordinal.

²¹ Superlativo que busca evitar a forma "condicionante pessoal". Aqui está em jogo o mais íntimo, o mais pessoal dos condicionantes, por isso a repetição de termos, evitada pela forma "pessoalíssimo".

de âmbito pessoal, apresentados na seção “Condição metodológica” – são, em uma palavra, os métodos de trabalho idiossincráticos dos historiadores. Embora, ao trabalhar com o campo disciplinar da História, os profissionais deparem-se com metodologias de pesquisa, estas estão mais preocupadas com elementos teleológicos: quando as técnicas de pesquisa histórica são apresentadas, pretende-se que o historiador faça a crítica de documentos, cruzamento de fontes, consultas a arquivos, levantamento bibliográfico, etc.²² O *como* destes elementos não é fechado, definitivo, encerrado em um manual. Assim, a cada historiador cumpre um método próprio, pessoal (condicionamento metodológico), que tem por fim corresponder às diretrizes metodológicas amplas de pesquisa.

Está em jogo, igualmente, uma questão organizacional de âmbito pessoal (d). Em meio à comunidade acadêmica de historiadores, há constante troca de produções, além de informações relativas a fontes, a bibliografia ligada a temas de pesquisa, etc. Diante desta miríade de elementos relativos à sua pesquisa, o historiador tem, necessariamente, que estabelecer uma forma própria, pessoal, de organizar este material, até mesmo para poder acessá-lo. E esta organização é uma inovação do historiador. Não há um roteiro, por exemplo, para a pesquisa do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934). Há, sim, uma imensidão de fontes (primárias e secundárias) que serão acessadas mediante uma proposta organizacional do próprio pesquisador.

Por fim, Jenkins (2011) expõe condicionantes pessoais contextuais (e) ao historiador, dando destaque à influência destes na etapa de redação do trabalho histórico. São questões que variam, mas que marcam a influência de família, ambiente de trabalho, critérios editoriais para divulgação do trabalho, diálogos com os pares, etc.

²² Cf., p. ex., CARDOSO, 1982.

No âmbito familiar, o autor relembra algumas das perguntas feitas aos historiadores: "'Ah, você não vai trabalhar de novo no fim de semana, vai?' 'Será que dá pra você tirar uma folguinha disso?'" (JENKINS, 2011: 47). Por outro lado, sobre as pressões às quais o profissional está submetido no ambiente de trabalho: "[...] se fazem sentir não só as diversas influências de diretores de faculdades, chefes de departamento, colegas e políticas institucionais de pesquisa, mas também [...] a obrigação de lecionar" (JENKINS, 2011: 47).

Sobre os critérios editoriais, elencam-se problemas relativos à extensão do trabalho, formato do mesmo (metodologia da redação científica), critérios mercadológicos, prazos, estilo literário, leituras e releituras antes da divulgação, reformulações constantes...

Todos estes elementos influenciam, de alguma forma, na produção do conhecimento histórico. E o principal, que torna isto um elemento a ser discutido no âmbito das objeções à História: quão indiferentes ao próprio objeto de estudo são estes condicionantes? O lado *pessoal* aparece, de forma camuflada (não intencionalmente camuflada, como manipulação, mas como impossível de escamotear, embora não explícita literalmente) e, enquanto presente, torna-se *item estranho*²³ ao foco do estudo apresentado na História.

Condição formal

Os condicionantes formais da História têm a ver com a *forma* com que o conhecimento histórico é ofertado, dado a público (publicado). Em uma só palavra, a História resulta em um *texto*, e esta é a sua *forma*. Assim, critérios relativos à redação e suas influências devem figurar nos debates teóricos e epistemológicos sobre a História.

²³ *Estranho* em sentido de estrangeiro, de alheio, de indiferente, *embora inserido*. Como um elemento que não tem qualquer ligação com o conjunto mas permanece, à revelia desta constatação, ali inserido, e ratificado nesta posição. Leitura alinhada à perspectiva camusiana (CAMUS, 2010).

Michel de Certeau lança três perguntas: "O que *fabrica* o historiador quando 'faz história'? Em que trabalha? Que produz?" (CERTEAU, 1979: 17). O início deste texto é, para Hartog (1998), o mote para que o historiador se depare com a questão da narrativa.

Embora já tenha sido longamente discutida, às vezes veementemente atacada e refutada, conforme Hartog (1998), a questão da narrativa na História raramente focou, verdadeiramente, a *narrativa enquanto tal*. Como frisa Lacerda (1994), grande parte da confusão neste debate se dá em função do pouco esclarecimento sobre o que se entende quando se fala de *narrativa*.

A história-narrativa atacada pelos integrantes do movimento dos *Annales*, por exemplo, é um tipo específico de História, a saber, aquele que espera retratar tão-somente os acontecimentos sobre os quais se debruça. Uma História eminentemente acontecimental. Contudo, reafirma Lacerda (1994), este embate em momento algum tocou na temática da narrativa, mas em uma metodologia historiográfica.

O problema retoma seu foco quando se reconhece, como Hartog (1998), que a História está ligada à questão da narrativa irrefutavelmente. Ela é uma narrativa. Sobre isso, diz Chartier: "Os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos. A escritura da história [...] pertence ao gênero da narrativa [...]" (CHARTIER, 2002: 14). Assim, diante do problema claramente exposto, pode-se investigar quais seriam as consequências disso e os riscos ou, mesmo, desafios desta *forma da História*:

Narrativa entre outras, a história [História] singulariza-se, no entanto, pela relação específica que mantém com a verdade, pois ela tem, de fato, a pretensão de remeter a um passado que realmente existiu. O que pode, então, a partir daí, diferenciar o enredo histórico e o enredo romanesco? (HARTOG, 1998: 193).

É neste ponto do debate que se inserem, por exemplo, as contundentes críticas de White (1995) à condição formal da História.

Segundo este teórico, está em questão a pretensão de verdade e objetividade do historiador posto que suas narrativas “[...] seriam ficções verbais, seus conteúdos seriam tanto inventados quanto comprovados, e elas teriam mais em comum com suas contrapartidas da literatura do que com ciência” (SUTERMEISTER, 2009: 44). Esta noção aparece, também, nas palavras de Chartier: “Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus ‘personagens’, [...] de construir temporalidade, [e] uma mesma concepção da causalidade” (CHARTIER, 2002: 14).

White (1995) aproximou a História, ao reconhecer sua forma inegavelmente narrativa, da ficção romanesca e literária. Segundo o teórico, reconhecer a questão da narrativa é aprofundar o debate sobre a cientificidade e pretensão de verdade da História, uma vez que se frisa a separação entre o objeto estudado e uma *criação narrativa e textual* do historiador, que não é própria ao objeto. Se o historiador se utiliza de uma linguagem que não é própria do acontecimento estudado (ressaltando a inefabilidade da história em si), este condicionante atua sobre a História de maneira a poder torná-la, no extremo, uma simples ficção.

É, ainda, resultado do alerta teoricamente construtivo (SUTERMEISTER, 2009) de White, a lembrança de que, na historiografia, o historiador trabalha com a *imaginação* também, para estabelecer a coesão de seus estudos e, às vezes, no intuito mesmo de preencher lacunas documentais (SANTOS, 2009: 154).

A proximidade com a ficção na historiografia torna-se uma *questão desafiadora* no momento mesmo em que contraria a pretensão de objetividade a que muitos historiadores submetem seu trabalho. A afirmação da História como narrativa, em sua *forma*, lembra um condicionante que, se não for devidamente refletido, pode conduzir a severos problemas, tais como o risco de adulteração do conteúdo em função de objetivos escusos e estranhos àqueles aos quais a narrativa deveria se ater, com base em seu objeto. Nesta perspectiva,

recupera-se a problemática questão da historiografia convertida em argumentação, visando ao convencimento, já atacada por Bloch (2001) como prática não aceitável.

É preciso, não obstante, atentar à discussão sobre a dificuldade com que se deparam os historiadores quando da necessidade de retratar um determinado tempo histórico com termos que lhe são estranhos. Ao falar do *anacronismo*, Dumoulin salienta sua ligação com os conceitos históricos e os intermináveis debates sobre a possibilidade do uso de conceitos estranhos a uma época (exemplo dado pelo autor: o conceito de *feudalismo*). Apoiando-se em Marc Bloch, o autor diz que as ferramentas terminológicas da análise histórica são estranhas à época posto que, se os próprios documentos trouxessem termos adequados à sua análise, seria o mesmo que dizer que ali está a História pronta e o historiador nada teria a fazer (DUMOULIN, 1993a: 48). Trata-se de mais uma faceta da condição formal e um aspecto desafiante.

História e silêncio

Uma recapitulação se faz, agora, necessária. Sob o título *Debate historiográfico e epistemologia da História*, foram postas as perspectivas dos paradigmas moderno e pós-modernista quanto à fundamentação epistemológica da História. Diante da exposição de ambas as orientações, verificou-se a existência do ponto comum: a afirmação da possibilidade da História, sob a imagem de um *diálogo criativo*.

Em seguida, no capítulo *Desafios à História: inefabilidade e criação*, a partir de uma definição dos conceitos de *história* e *História*, foram expostas duas típicas objeções à possibilidade do conhecimento histórico: uma especificamente voltada à história, na *questão da inefabilidade*, que afirma a impossibilidade de acessar a história em si, o que leva à conclusão de que o objeto da História está dela apartado inelutavelmente; e outra, a segunda objeção apresentada, a *questão*

da criação, afirma que a História, em sua apresentação de resultados de pesquisa, oferece uma *produção condicionada* em vários aspectos, o que revela um produto de conhecimento consideravelmente *estranho* ao objeto, à sua matéria-prima.

No presente capítulo, busca-se investigar possibilidades de posicionamento do historiador frente aos debates teóricos e às objeções apresentadas em meio à Teoria e Epistemologia da História.

Conforme é possível observar em um panorama da História da historiografia, o problema do conhecimento histórico foi diversamente abordado ao longo do tempo, e a História do campo disciplinar, debruçada sobre estas diversas abordagens (*olhar sobre si*) permite vislumbrar a permanência de alguns desafios à História, inclusive os dois destacados anteriormente, o da *inefabilidade* e o da *criação*.

Reflexo no debate atual

Depois de convertida e sistematizada em campo disciplinar, do século XIX em diante, a História continuou recheada de questões teóricas passíveis de profundos debates. O mais recente destes, entre os paradigmas moderno e pós-modernista,²⁴ possibilita tal constatação.

Embora afirmando a possibilidade da História, ambos os posicionamentos vislumbram, em suas fundamentações epistemológicas, os desafios que ao longo do percurso da História fizeram-se presentes. Verifica-se, portanto, uma *permanência histórica* refletida no debate historiográfico atual. Em outras palavras, a permanência de uma situação de *História desafiada*.²⁵

²⁴ Cf. seção *Debate historiográfico e epistemologia da História*.

²⁵ Base para o título deste trabalho.

Posicionamento do historiador: algumas possibilidades

Constatada a permanência de desafios à possibilidade da História, principalmente no que tange às suas bases epistemológicas, com destaque para as questões da *inefabildade* e da *criação*, é conveniente aventar possibilidades de posicionamento do historiador, profissional ligado a este campo disciplinar ora desafiado.

Duas possíveis colocações serão aqui inicialmente analisadas, a saber: a do *silêncio negativo*, que perpassa a negação do debate teórico, imbricada em uma noção *mecânica* da História; e a do *silêncio positivo*, que leva os desafios supracitados ao seu paroxismo e, informado por um posicionamento cético-filosófico, implica em uma crise intelectual e, então, vislumbra a impossibilidade de continuar o *fazer histórico*.

Diante das duas *posições silenciosas*, uma terceira via será contemplada, buscando o equilíbrio entre as considerações de ambas. Se elas chegam a complicadas aporias, o exercício do historiador deve poder buscar uma saída possível, evitando o *desafiante silêncio*.

Existe, é verdade, uma incontável gama de categorias de *silêncio*. Atestam esta afirmação tanto Novaes (2006) quanto Le Breton (1999), em investigações ligadas ao tema. Todavia, para os propósitos deste estudo, não é cabível uma ampla *tipologia do silêncio*, que seria mesmo uma perda do foco, mas tão-somente a percepção de duas específicas *posições silenciosas* possíveis ante o problema anteriormente exposto.²⁶

²⁶ No ensaio de Le Breton (1999), por exemplo, diversos aspectos do *silêncio* são abordados: no âmbito social, a avaria da máquina responsável pela comunicação, o silêncio de gênero (mulheres sem voz política, por exemplo), o calar das ditaduras e regimes totalitários, o silêncio etário (depreciação da opinião de crianças e idosos), na religião – silêncio de devoção e/ou de guarda de preceitos iniciáticos. Num âmbito mais pessoal, o silêncio do constrangimento, da suspensão/interrupção da conversa que segue por rumos não adequados, do luto, da indiferença, etc. Há, ainda, o silêncio frente ao que é inefável, o de guardar segredos, e muitos outros.

Silêncio negativo

O primeiro posicionamento possível do historiador a ser abordado aqui é o caracterizado sob o título de *silêncio negativo*. Em síntese, ele nada mais é do que a opção de recusar o debate teórico da História e, sobre ele, *silenciar*.

Diversos autores que abordaram a problemática teórica da História atacaram, indiretamente, este posicionamento de recusa, de silêncio de negação. Afirmando que a Teoria da História constitui cerne fundamental da formação do historiador (REIS, 2006), dizendo que não se pode prescindir da discussão epistemológica da disciplina (FUNARI; SILVA, 2008; SCHAFF, 1983) nem mesmo das condições da natureza e evolução do discurso histórico (CAIRE-JABINET; 2003; MALERBA, 2006); revelando as questões mais teóricas da história como que inerentes aos problemas fundamentais do pensamento histórico (RÜSEN, 2001); enfim, de diversas formas, recusa-se constantemente o *silêncio negativo* como algo absolutamente ilegítimo no âmbito do campo disciplinar da História.

O *silêncio negativo* acaba por lançar o historiador em um exercício profissional que não tem fundamentação clara e, ainda mais grave, não almeja tal fundamentação. Como se o historiador prosseguisse seu trabalho sem nem mesmo conhecer o estatuto do mesmo, o que o constitui e embasa. Em uma palavra, uma máquina que reproduz algo sem que haja qualquer justificativa ou reflexão.

Este posicionamento está no extremo oposto do *silêncio sob reflexão e como passagem a um novo pensamento*, nos termos em que o define Novaes (2006).²⁷ Não há reflexão ali e, assim, é uma posição estática. Negado o debate teórico, aquele que assim o faz se fixa nesta posição. Assemelha-se mais, não sem um peso de crítica, ao *silêncio dos omissos*, apresentado por Rouanet (2006: 80): o calar daqueles

²⁷ Neste sentido é entendido o *silêncio* por Novaes (2006) e, basicamente, ratificado nos demais textos do livro por ele organizado, fruto de um ciclo de conferências homônimo.

que deveriam falar. Se se pretendem historiadores, estes profissionais não podem se omitir no debate.

Uma imagem pode servir para exemplificar a questão. Se o *fazer histórico* fosse tomado como um *jogo*,²⁸ com regras previamente estipuladas, o historiador do *silêncio negativo* seria aquele que o jogaria sem questionar as regras, a forma do jogo, mesmo que seu exercício se tornasse absolutamente mecânico e desinteressado.

Silêncio positivo

Por seu turno, o *silêncio positivo* é aquele que leva em consideração os desafios à História e, ainda mais, força-os ao seu paroxismo. Contemplando as objeções a que seu ofício está exposto, o historiador desta posição se vê lançado em uma real crise intelectual, que o impede de prosseguir.

O que se apresenta aqui é uma atitude de *ceticismo radical*. Segundo a filosofia cética, diante de um ambiente de *antilogia equipolente*, segue-se a *epoché* (SMITH, 2004). Em outros termos, frente a argumentos opostos (antilogia) e de igual peso e força (equipolência), é necessário suspender o juízo (*epoché*), porque a aderência a qualquer um deles não é possível. O historiador desta posição, contemplando, de um lado, a *afirmação da História* presente, inclusive, como já explicitado, em ambos os posicionamentos do debate historiográfico contemporâneo (moderno e pós-modernista); e, de outro, a *permanência de desafios à possibilidade da História*, aventada e reafirmada ao longo da própria história da História, vendo-os como igualmente consideráveis à razão, suspende o juízo e *silencia*.

²⁸ Esta imagem é oriunda da literatura: "No fundo, o jogo é a única atividade universalmente séria, onde o ceticismo não tem cabimento, não acha?... Por muito incrédula e desprovida de fé que uma pessoa seja, se quer participar não tem outra opção a não ser respeitar as regras" (PÉREZ-REVERTE, 2011: 358). O recurso a esta imagem pode facilitar a compreensão, posto que a ela também será articulado o *silêncio positivo* adiante.

No âmbito da filosofia cética antiga (a pirrônica, originária da linha desenvolvida por Pirro de Élis), após suspender o juízo, o pensador alcançaria a tranquilidade (*ataraxia*) e viveria de acordo com a aparência (*fenômeno*), isto é, com o que lhe parecesse adequado, independentemente de fundamentações teóricas profundas e pretensamente absolutas (PEREIRA, 2007; SMITH, 2000). Porém, aqui, o caso se apresenta mais radical: se o historiador está impossibilitado de *afirmar* ou *negar* a História, ele se encontra *positivamente silenciado*. Não é a tranquilidade o resultado deste cenário, mas uma crise intelectual e, mesmo, a impossibilidade de agir no *fazer histórico*. Em outros termos, este *silêncio positivo* é como que uma *apraxia* (a impossibilidade de agir) profissional. Este é um posicionamento de ceticismo radical ante a História.

Rouanet (2006: 78) faz uma válida distinção ente *mudez* e *silêncio*. O primeiro seria a "desqualificação permanente", enquanto o segundo se caracterizaria como sendo uma "condição transitória". Esta distinção reforça a noção de Novaes (2006) de *silêncio como passagem a uma nova forma de pensar*, posto que ambos escrevem com relação à possibilidade de atuação do intelectual no mundo contemporâneo.

No presente caso, o que se vê é que o *silêncio* da suspensão do juízo ante ao debate teórico leva à *mudez* da impossibilidade de afirmar ou negar a História. A desqualificação e a *mudez*, neste caso, advêm do paroxismo a que podem ser levados os desafios à História.

Na imagem literária da História como *jogo*, anteriormente exposta, o historiador submetido ao *silêncio positivo* seria aquele que, pretendendo entrar no jogo, se perderia na tentativa de compreender regras contraditórias. Vislumbrando este cenário, ele se manteria com a intenção de jogar, mas impossibilitado pela inconformidade com as regras, elas mesmas o impedindo.

A terceira via: historiador reflexivo

Frente às *posições silenciosas* anteriormente referidas, que tratam de extremos hipotéticos de posicionamento ante ao cenário teórico investigado nos capítulos anteriores, uma *terceira via* pode, ainda, ser contemplada como hipótese e, mesmo, proposição, a saber: a do *historiador reflexivo*.

De acordo com Boudon (2009: 29-30), existe um mecanismo cognitivo bastante familiar cujo nome é *princípio do terceiro excluído*. Este mecanismo estabelece estruturas de análise ao estilo "ou *certo elemento* ou *seu oposto*", impossibilitando a verificação de outras possibilidades, excluindo-as por princípio. Na visão teórica ora abordada, é preciso "recuperar o terceiro", como via de possibilidade.

Se se opta pelo *princípio do terceiro excluído* diante das duas *posições silenciosas*, ou a História é impossibilitada pelas aporias teóricas ou é afirmada sem qualquer fundamentação refletida, por pura continuidade mecânica. Mas e uma terceira via?

Trata-se de validar a opção implícita da exposição de Munslow, que afirma a possibilidade da História através do "historiador autorreflexivo e autoconsciente" (MUNSLOW, 2009: 23); e de Jenkins (2011: 105), da "metodologia reflexiva" para a História.

O historiador deste posicionamento não mais se submete à afirmação automática e irrefletida da História, mas insere-se no debate teórico e epistemológico da mesma, de forma a tratar das possibilidades do seu fazer. Reconhece, no entanto, e nisso concorda com Cardoso (1982), que seu *campo disciplinar* não está completo, carece ainda de melhor trato com algumas objeções, mas estas não o levam a abster-se do exercício profissional.

É de Chartier a frase que melhor expõe a missão proposta nesta terceira via: "No exercício de seu ofício, cabe aos historiadores serem vigilantes" (CHARTIER, 1994: 112). Pensar sobre as questões teóricas, mesmo informado e dialogando de forma profícua com a filosofia

(SCHAFF, 1983),²⁹ e praticar a História munida de reflexão e ciente de suas atuais limitações.

O constante debate historiográfico, teórico e epistemológico é, por suposto, o resultado desta terceira via, reforçando a característica de diálogo criativo inicialmente exposta: na identidade dos historiadores, devem caber as oposições teóricas, as quais, submetidas à reflexão, podem contribuir para o *prosseguir* da História, seu campo disciplinar.

É nesta orientação, por exemplo, que se enquadra a obra *À beira da falésia*, de Chartier, em que o autor argumenta a favor do reconhecimento, pelos historiadores, dos desafios com os quais seu campo disciplinar tem de se defrontar, e que disto resulte uma prática epistemologicamente refletida:

Fundar a disciplina em sua dimensão de conhecimento [epistemológica], e de um conhecimento que é diferente daquele fornecido pelas obras de ficção, é de certa maneira seguir ao longo da falésia.³⁰ Os historiadores perderam muito de sua ingenuidade e de suas ilusões. Agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história [História] como um saber específico. Talvez seja seguindo o percurso que leva do arquivo ao texto, do texto à escritura, e da escritura ao conhecimento, que eles poderão aceitar o desafio que lhes é hoje lançado (CHARTIER, 2002: 17).

²⁹ Embora Schaff mostre-se um tanto reticente quanto a este diálogo, haja vista que os problemas teóricos da História foram longamente deixados sob a tutela de filósofos, ele ainda assim o valoriza. Chartier (2002), ao abordar a relação da História com a Filosofia, mostra sua visão de que este diálogo, ao abalar certezas, torna-se imensamente salutar ao desenvolvimento do *fazer histórico* (CHARTIER, 2002: 241-242).

³⁰ A expressão, que também figura no título, foi encontrada na forma como Michel de Certeau caracterizava o trabalho de Foucault (*à beira da falésia*). Na obra de Chartier, toma-se a expressão com o seguinte sentido: "Seguir '*à beira da falésia*' também permite formular mais seguramente a constatação de crise ou, no mínimo, de incerteza frequente enunciada hoje em dia acerca da história [História]" (CHARTIER, 2002: p. 7).

O *historiador reflexivo* reconhece a necessidade da reflexão sobre os desafios da História e, ciente do percurso de seu campo disciplinar, dedica-se à reflexão sobre as possibilidades e fundamentos da História ante aos métodos até agora apresentados e as objeções enfrentadas. É, como diz Martins, uma ampla defesa da Teoria da História como subsídio fundamental da formação do historiador:

Para pensar de forma fundamentada é necessário conhecer e dominar as regras e os princípios desse pensar, ou seja: um conhecimento que não se constitui sem que o pensamento reflita sobre si mesmo. Assim, a racionalidade do pensamento histórico requer, em seu procedimento científico, um saber metateórico, reflexivo, no estilo da teoria da história – enquanto teoria da natureza do conhecimento histórico em geral e seu formato científico particular. Esse objetivo epistemológico exige, por sua vez, a devida investigação dos fundamentos do pensamento histórico. Isso porque qualquer ciência impõe a seus praticantes prestar contas a si mesmos e a todos os demais sobre o respectivo modo de pensar. A ciência histórica inclui, por conseguinte, em seu cânone metodológico, a “teoria” como lugar dessa prestação de contas [...] (MARTINS, 2012).

Nesta via do *historiador reflexivo*, por fim, permanecem as limitações do fazer histórico, mas elas também passam a ser colocadas como objetos de investigação e, assim, abrem-se as possibilidades de aprofundamento da fundamentação epistemológica do campo disciplinar da História.

Considerações finais

Permito-me, nestas considerações, recorrer às palavras de Popper: “[...] não tenho, após uma vida inteira de conferências, ilusões a respeito do que posso transmitir numa palestra. Por esta razão, não tentarei convencer-vos [...]. Em vez disto, tentarei desafiar-vos e, se possível,

provocar-vos" (POPPER, 1999: 108). Desta forma, esclareço a dupla pretensão do título deste meu trabalho: primeiramente, ele relaciona-se à investigação da situação permanente de *História desafiada*, com as complicações epistemológicas que lhe são apontadas. Em segundo lugar, o de fomentar o debate acerca da História em suas condições teóricas, de forma que o historiador não se permita prescindir das investigações e discussões desta área e, neste caminho, encare o desafio de uma História refletida.

Este é o foco do presente estudo: chamar a atenção para a Teoria da História. Desta forma, não chego a quaisquer conclusões definitivas após a trajetória investigativa, mas tão-somente posso oferecer parte de minhas reflexões inseridas neste campo. Como lembra o personagem de Hesse (1969: 128), o historiador Padre Jacobus, é preciso responsabilidade para estudar História, pois esta é uma ocupação séria. Trata-se de buscar algo impossível, mas importante e necessário; e a atividade historiadora é uma imersão no caos, ainda que se deva conservar a crença na ordem e no sentido. Uma tarefa séria, e talvez mesmo trágica.

A *História desafiada* é, por fim, um convite à reflexão teórica, à imersão nos estudos históricos, ao diálogo com as demais áreas do conhecimento, de forma que a tarefa importante do historiador seja embasada em profundas investigações, séria que é.

Eis a História desafiada. Eis, portanto, o historiador convidado ao debate...

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARÓSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

- BARROS, J. D'Assunção. *Teoria da História: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- _____. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- BHASKAR, R. Materialismo. In: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 254-258.
- BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BLOCH, M. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOLOGNA, J. E. Prefácio. In: BETTO, F.; DE MASI, D. *Diálogos criativos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008, p. 9-13.
- BORGES, J. L. Funes el memorioso. In: _____. *Obras completas: 1923-1949*. Barcelona: Emecé Editores, 1989, p. 485-490.
- BORGES, V. P. *O que é história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BOUDON, R. *O relativismo*. Lisboa: Gradiva, 2009.
- BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CAETANO, C. G. A história como ciência humana. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Introdução às ciências sociais*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1994, p. 85-88.
- CAIRE-JABINET, M.-P. *Introdução à historiografia*. Bauru: Edusc, 2003.
- CAMUS, A. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.
- CARDOSO, C. F. História e paradigmas rivais. In: _____. VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23.
- _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005.
- _____. *Uma introdução à história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARR, E. H. O historiador e seus fatos. In: _____. *Que é história*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 43-65.

- CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (dir.). *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, p. 17-48.
- CHARTIER, R. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- DANCY, J. *Epistemologia contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- DUMOULIN, O. Anacronismo. In: BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993a, p. 47-48.
- _____. Fato histórico. In: BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993b, p. 323-324.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. *Teoria da história*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GARRET, B. Realismo e anti-realismo. In: _____. *Metafísica: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 145-160.
- GRESPLAN, J. Considerações sobre o método. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 291-300.
- HARTOG, F. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Ed. UFRJ, 1998, p. 193-202.
- HESSE, H. *O jogo das contas de vidro*: ensaio de biografia do Magister Ludi José Servo, acrescida de suas obras póstumas. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- HIMMELWEIT, S. Modo de produção. In: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 267-268.
- HUGHES-WARRINGTON, M. *50 grandes pensadores da história*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

- JENKINS, K. *A história repensada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- KANT, I. Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? (1784). In: _____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 9-18.
- KOSELLECK, R. *historia/Historia*. 2. ed. Madrid: Minima Trotta, 2010.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LACERDA, S. História, narrativa e imaginação histórica. In: SWAIN, T. N. (org.). *História no plural*. Brasília: Ed. UNB, 1994.
- LE BRETON, D. *Do silêncio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- LE GOFF, J. História. In: _____. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 17-165.
- MALERBA, J. Teoria e história da historiografia. In: _____ (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11-26.
- MARTINS, E. R. *História*. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_historia.html. Acesso em 6 mar. 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MITRE, A. História: memória e esquecimento. In: _____. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 11-28.
- MUNSLOW, A. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NOVAES, A. (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PEREIRA, O. P. *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- PÉREZ-REVERTE, A. *O clube Dumas*. Alfragide: Asa, 2011.
- PESSOA JUNIOR, O. *Arquivo lexográfico 3: filosofia das ciências neurais*, p. 5-6. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/TCFC3-11-Lexico-3.pdf>. Acesso em 21 mar. 2012.
- POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

- REIS, J. C. *A história entre a filosofia e a ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- ROUANET, S. P. A crise dos universais. In: NOVAES, A. (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 69-83.
- _____. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- SANTOS, A. G. Linguagem e História: o caráter literário do texto histórico. *Revista Urutágua: acadêmica multidisciplinar*, n. 19, p. 153-160, 2009.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SMITH, P. J. *Ceticismo filosófico*. São Paulo/Curitiba: EPU/Ed. UFPR, 2000.
- _____. *Ceticismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- SUTERMEISTER, P. A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à "ciência" histórica. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 97, p. 43-48, 2009.
- VAINFAS, R. Caminhos e descaminhos da história. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 441-449.
- WEHLING, A. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, J. (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 175-189.
- WEINRICH, H. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WOOD, E. M. O que é a agenda "pós-moderna"? In: _____; FOSTER, J. B. (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 7-22.

História da
historiografia brasileira

Do inferno ao paraíso: representações historiográficas sobre Manoel Beckman

Mailson Gusmão Melo

Devido às grandes proporções tomadas pelo movimento conhecido como a "Revolta de Bequimão" em 1684, sendo que esta foi uma das maiores revoltas acontecidas no Maranhão e no Brasil, e igualmente, ser esta uma temática bastante recorrente na história estadual e nacional, propomo-nos a realizar uma análise da historiografia sobre aquele que é considerado o seu principal agitador: Manoel Beckman.

Beckman nasceu em Lisboa em 1630, filho de pai teuto e mãe portuguesa, chegou ao Maranhão em 1662, alguns anos antes de seu irmão Tomás Beckman. Em 1668, tornou-se vereador da câmara de São Luís. Além disso, casou-se com Maria Almeida e Cáceres, filha de João Pereira de Cáceres, grande proprietário local e negociante de açúcar. Por outro lado, Tomás Beckman casou-se com Helena de Cáceres, irmã de sua cunhada. Todos moravam no Engenho Santa Cruz no Rio Mearim, o qual pertencia ao sogro de ambos. Segundo Maria Liberman, a família Cáceres era de origem judaica, conhecida em Portugal no século XVI, onde houve vários processos inquisitoriais envolvendo membros da família. A historiadora coloca ainda que Manoel Beckman e seu irmão também eram de ascendência judaica, uma vez que seriam sobrinhos do mercador João Nunes de Santarém, conhecido como cristão novo. Segundo a autora, o nome Cáceres é encontrado em autos de fé em países da América Latina e Europa (LIBERMAN, 1983).

Beckman levou uma vida bastante agitada, sendo preso por duas vezes antes do levante de 1684. A primeira foi em 1670,

quando um funcionário de sua fazenda foi encontrado morto nas matas da propriedade; a vítima era o português Manuel Correia. Além dos irmãos Beckman, foram arrolados no processo o feitor Francisco de Barros e o cunhado dos dois primeiros, José de Cáceres. Beckman foi posto em liberdade em 1672, em razão de não ter sido comprovada sua participação no crime; porém, o feitor de sua fazenda foi condenado à forca e a ser esquartejado, sendo que a única prova para sua condenação consistiu somente em um depoimento de uma mulher que teria encontrado sangue em sua camisa. Já a segunda, ocorre em 1678, no governo de Inácio Coelho da Silva, quando Beckman reagiu à nomeação de Vital Maciel Parente, filho do ex-governador Bento Maciel, para o cargo de capitão-mor do Maranhão, pois Coelho iria retirar-se para o Grão-Pará (Belém). Mas, Manoel Beckman alegou que no Maranhão teriam pessoas capacitadas para dirigir a capitania. Foi posto em liberdade dois anos depois, em 1680. E por ser considerado o líder do levante de 1684, terminou sendo executado em 10 de novembro de 1685, deixando a esposa e as suas duas filhas.

Ao se perceber a diversidade de livros que tratam da figura de Beckman, tanto em âmbito local quanto em âmbito nacional, propõe-se rastreá-los para análise no campo da historiografia regional e nacional. Quando se trabalha com a escrita da história, ou a "história da história", chega-se a um ponto em que a história se autoquestiona, suas práticas e métodos, numa espécie de avaliação daquilo que se produziu sobre um determinado assunto, sendo que a leitura se dá em via de mão dupla, na qual devem ser lidos na mesma proporção, sempre que possível, autor e obra. Para Rogério Forastieri da Silva:

assim sendo, torna-se razoável de tempos em tempos rastrear o que tem sido produzido de significativo em determinados campos do conhecimento e também recuperar para o presente autores e textos que, apesar de importantes, possam por alguma razão ter ficado no olvido (SILVA, 2001: 13).

Quando nos atentamos a esse "balanço da história" é que percebemos como um assunto, ou em nosso caso, como um personagem é representado no decorrer do tempo, sendo comuns as permanências ou as mudanças de olhares sobre um mesmo objeto.

As mudanças a respeito das representações são passíveis de explicação, pois em história temos várias maneiras possíveis de interpretar o mesmo objeto, o que dependerá muito do interesse do historiador. Segundo Paul Veyne, "o interesse do historiador dependerá do estado da documentação, de suas preferências pessoais, de uma ideia que lhe veio à mente, do pedido de um editor, de quanta coisa mais?" (VEYNE, 1995: 25).

Segundo Frank Ankersmit, para os historicistas, "o próprio historiador encontra-se em uma elevação segura para além do rio do tempo que corre diante dele, em um lugar cuidadosamente apartado do campo de influência da alteridade" (ANKERSMIT, 2008: 98). Porém, esse distanciamento do objeto da forma pensada pelos historicistas não é possível de ser alcançado, uma vez que a própria escolha de determinado tema já mostra de certa forma o envolvimento do autor com seu objeto de estudo. "Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é o objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas" (CERTEAU, 2008: 46).

O historiador, ao escrever sobre um fato, não o faz de forma imparcial ou neutra, tendo em vista que ele sofre influências de visões que lhes são contemporâneas, que constituem os "fatores de influências externas", daí "sempre que possível, procuramos indicar o período de vida do autor referido e, em relação as obras, as datas de suas primeiras edições" (SILVA, 2001: 19).

Neste trabalho buscamos analisar três tipos de obras: locais, nacionais e a de um estrangeiro que escreveu sobre o Brasil. Para José Honório Rodrigues, a narrativa dos estrangeiros é de grande importância para a análise historiográfica, porque "ela fornece ao

historiador a imagem que os estrangeiros fazem de nós, sempre tão diferente da idéia que nós mesmos fazemos da nossa terra e da nossa gente e da própria história que produzimos e que os historiadores procuram recriar" (RODRIGUES, 2008: 39).

Já que se almeja contemplar representações de Beckman, é importante perceber que a criação das imagens do personagem está diretamente ligada ao lugar e aos interesses do historiador. De acordo com Roger Chartier:

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990: 17).

Nesse sentido, o discurso de verdade em história é legitimado frente ao grupo que o produz, mesmo que envolva práticas e métodos do saber científico uma produção estará sempre sujeita a críticas. Pois, segundo Silva, "para o historiador não há 'dado', mas um campo amplo de possíveis que deve ser levado em consideração" (SILVA, 2001: 71).

Em vários trabalhos, vemos como principal causa para o levante do Maranhão a implantação do estanco pela Companhia de Comércio. Estabelecido pelo alvará de 12 de fevereiro de 1682, o estanco ficou a cargo de uma companhia de negociantes de Lisboa, o que implicou o privilégio exclusivo do comércio de toda a capitania do Grão-Pará e Maranhão por um período de vinte anos. Francisco Sá e Menezes foi o governador responsável pela aceitação do estanco, juntamente com o administrador Pascoal Pereira Jansen. A companhia de comércio tinha por obrigação enviar dez mil africanos ao Maranhão, sendo quinhentos por ano, e era responsável também por enviar gêneros para o consumo dos moradores.

Os responsáveis pelo estanco não teriam cumprido suas obrigações. Os lavradores se queixavam constantemente da falta de mão-de-obra,

dos preços e das péssimas qualidades dos produtos enviados pela companhia de comércio para a colônia e dos baixos valores taxados aos artigos produzidos pela colônia oriundos da agricultura.

Nessa conjuntura de acontecimentos, vemos aparecer alguns nomes que se destacarão nas diversas narrativas, são eles: Manoel Beckman, líder do levante; Tomás Beckman, irmão do primeiro e participante ativo do motim; Lázaro de Melo de Freitas, suposto traidor do levante e afilhado de Manoel Beckman; Francisco Sá de Menezes, governador no momento do levante; Baltazar Fernandes, capitão-mor do Maranhão; Hilário de Souza Azevedo, aquele que teria oferecido o suposto suborno a Beckman; e Gomes Freire, governador enviado para sufocar o movimento dito revolucionário.

Sendo os livros de história a documentação básica para fazermos uma análise historiográfica, após se conhecerem aqueles que servirão como referencial teórico, em que se visualiza com maior nitidez os métodos e as práticas no fazer historiográfico. Procurou-se reunir alguns trabalhos que serviram como fonte. Para Michael de Certeau:

em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 2008: 81).

Após a reunião e a classificação dos livros, passamos para etapa de análise e investigação dos discursos neles contidos. E como mencionamos anteriormente, trabalharemos com a historiografia local, o maranhense escrevendo sobre o Maranhão; a nacional, na qual a Maranhão é observado em termo de Brasil; e a estrangeira, que fala do outro.

Analizamos, especificamente, livros de história; sendo assim, não contemplamos os romances nem testemunhos de época de forma direta.

As obras reunidas para análise são oriundas principalmente do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Para a construção da monografia, utilizamos a técnica de ensaios, sendo destinado um ensaio para cada autor analisado e um ensaio geral onde todos os autores serão contemplados, a fim de se observar entre outras coisas quais os pontos de aproximação ou afastamento entre as narrativas.

As obras e os autores que foram trabalhados nos ensaios são: *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo; *A Revolta de Bequimão*, de Milson Coutinho; *História do Maranhão*, de Barbosa de Godóis; *O Levante do Maranhão "judeu cabeça de motim"*: Manoel Beckman, de Maria Liberman; *Jornal de Timon*. Tomo II, 2.º vol.: apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão, de João Lisboa; *História do Maranhão*, de Mário Meireles; *História do Brasil*. 4.º vol., de Robert Southey; e a *História Geral do Brasil*. Tomo III, de Francisco Adolfo de Varnhagen. São obras publicadas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, que representam tendências e interesses de várias gerações de autores que se voltaram a escrever sobre Beckman e seu levante.

A ordem do encadeamento dos ensaios obedece à periodização da escrita das obras e da vida dos autores no sentido colônia-república. A título de esclarecimento, a grafia em algumas citações foi atualizada.

Nosso interesse neste trabalho é analisar algumas das formas como Manoel Beckman tem sido representado por vários autores em várias obras na historiografia maranhense e brasileira, atentando para a compreensão da relação entre escrita, autor e espaço sócio-histórico.

Bernardo de Berredo: Beckman, "o maligno espírito"

Bernardo Pereira de Berredo e Castro nasceu na Vila de Serpa, Alentejo, na segunda metade do século XVII e faleceu em Lisboa em

1748. Filho de Ambrósio Pereira de Berredo e Joana de Menezes. Cronista português e administrador colonial, chegou ao Maranhão em 1718, para assumir o posto de governador, no qual ficou até 1722. Pertenceu ao conselho de D. João V e era militar de formação (BERREDO, 1998).

Berredo é autor da obra *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, que busca dar conta dos acontecimentos desde o descobrimento até o ano de 1718. Tendo a história do Maranhão como pano de fundo, pretendia mostrar a expansão e o domínio português. A obra, oferecida ao monarca D. João V, é uma publicação póstuma, pois a primeira edição é publicada em Lisboa em 1749, um ano depois da morte do autor, em um volume. A segunda edição é de 1849, um século depois, em São Luís, pela Tipografia Maranhense. A terceira edição saiu em 1905, em Florença, Itália, em dois volumes, com um estudo sobre a vida, a época e os escritos do autor, pela Tipografia Barbera (MIRANDA, 1905). A quarta edição é datada de 1998, pelo Tipo Editor no Rio de Janeiro, sendo esta última publicação utilizada nesta análise.

A quarta edição¹ foi dividida em vinte livros (capítulos),² com um total de trezentas e nove páginas, dos quais os principais a serem analisados, por conterem informações sobre Beckman, são os livros (capítulos) XVIII e XIX. Esses são formados por um total de trinta e três páginas, de uma escrita bastante detalhista e muitas vezes rebuscada, marcada pelo português arcaico. A revolta de Beckman entra na sequência da obra obedecendo à ordem temporal.

Berredo afirma que levou aproximadamente um ano para escrever os *Anais* e que, para entender os acontecimentos do descobrimento, se serviu dos arquivos e inúmeros manuscritos deixados pelos franceses, sob o comando de La Ravarière e do senhor Rasily. Considerava-se

¹ Segundo Jomar Moraes nos informa em nota no dicionário escrito por César Marques, a quarta edição seria na verdade a quinta. Pois houve uma edição em 1989, Iquitos (Peru): pelas Ediciones ABYA-AYALA. Cf. MARQUES, 2008: 536.

² A obra encontra-se dividida em livros, e não em capítulos, com se faz corriqueiramente.

um historiador, pois segundo sua própria avaliação, sua obra era uma das mais verdadeiras e uma das cronologias mais exatas. Assim sendo, encontrou-se em Berredo dois elementos considerados partes essenciais do trabalho do historiador, a verdade dos fatos e uma escrita que estabeleceria certa linearidade temporal. Porém, segundo Antonio Gonçalves Dias, Berredo é simplesmente um literato, um cronista português. Para ele:

Berredo não é um verdadeiro historiador, é um simples cronista; não explica, expõe os fatos, enumera-os, classifica-os pelas datas e julga que nada mais lhe resta a fazer. Justiça lhe seja feita, a exposição é quase sempre verdadeira, as numerações são exatas, as classificações são justas; mas falta-lhes o movimento, a cor, a vida, e por isso a sua obra é tantas vezes fastidiosa (DIAS, 1849: 5).

Ao analisarmos o prólogo do trabalho de Berredo, percebemos que ele tem grande gosto por escritores da antiguidade romana, como por exemplo, Tito Lívio e Tácito, com suas histórias de guerras e conquistas, assim como as vidas dos imperadores. Tendo a história na antiguidade forte caráter moralista, e Berredo tomando os exemplos desses escritores, apontará Manoel Beckman como alguém que corrompeu a ordem natural das coisas.

Na construção da narrativa Berredo, utilizou autores como: Antonio Galvão, João de Barros, Simão Estácio da Silveira, Simão de Vasconcelos, D. Luís de Menezes, Francisco de Brito Freire, Sebastião da Rocha Pita, Pedro de Magalhães, João José de Santa Teresa, Fr. Rafael de Jesus, Fr. Domingos Teixeira, Fr. Cristovão de Lisboa, Fr. Jerônimo de São Francisco, Francisco Teixeira de Moraes, Claude d'Abbeville, João de Laeth, Agostinho de Zárate, Francisco Lopes de Gomara, Garcilaso de La Vega, Alonso de Ovalle, Manuel Rodrigues, Marcos de Guadalajara, Bispo Montenegro, Bispo Pedraita, Padre Vargas, Padre João Filipe Bettendorf e D. Sebastião Fernandes de Medrano. De forma geral, as referências a trabalhos anteriores parecem uma prática indispensável para a legitimação do trabalho em história. Segundo João Batista Bitencourt:

sabe-se que o trabalho do historiador é saturado de citações, de indicações que levam a outros, tais remissões é, por assim dizer, uma forma de empregar credibilidade à narrativa, demonstram a erudição do historiador ao compor um enredo pretérito e apontam para a convenção de veracidade do relato histórico. A referência à produção histórica precedente, ainda que seja para ser contestada, tende a dotar o texto do historiador de credibilidade, sentido de verdade, e empresta autoridade a seu discurso, na medida em que esse se firma em um outro já dito (BITENCOURT, 2010: 8).

Berredo deixa claro para quem estava escrevendo: o monarca, e quais seus objetivos na obra: mostrar as conquistas de Portugal. Segue uma bem definida linearidade temporal no sentido evolutivo (do descobrimento até o ano de 1718). Apesar do autor não fazer grandes interpretações, o conjunto da obra forma uma exposição bem encadeada dos acontecimentos, ancorada em obras precedentes e em um valioso corpo documental.

Segundo Bernardo Pereira de Berredo, Francisco de Sá de Menezes, governador do Maranhão durante o levante de 1684, estabeleceu o estanco, monopólio comercial, com o consentimento do povo animado com as novidades. Porém, a companhia só veio agravar a situação da população que já era péssima, com produtos de má qualidade e preços elevados. A partir desse momento, os clamores foram gerais. Nesse sistema de coisas, Manoel Beckman seria alguém que teria ficado na espreita, a observar os acontecimentos para atacar na hora mais adequada, a fim de melhorar sua fortuna se utilizando da comoção do povo. Teria o personagem envolvido os moradores de São Luís graças a seu "diabólico magistério" e vício da sua "diabólica hipocrisia" (BERREDO, 1998: 321).

Nosso interesse na obra está pautado, sobretudo, no modo como Berredo constrói a imagem de Beckman. Percebemos que a representação muitas vezes é marcada por expressões de cunho religioso de forma pejorativa, e também um verdadeiro embate entre o bem e o mal, sendo Beckman e seu levante obras do demônio; já por

outro lado, era bom aquilo que representava a coroa portuguesa. Nesse sentido, outro momento marcante da obra é a interpretação sobre a expulsão dos jesuítas, atitude associada a elementos "bárbaros" e falta de respeito à fé católica, uma vez que a expulsão ocorre justamente no Domingo de Ramos, primeiro dia da Semana Santa.

Apesar de observar Beckman por esse viés, o autor tecerá críticas a Francisco Teixeira de Moraes, funcionário da coroa portuguesa que teria testemunhado o levante de 1684. Moraes é autor de um relato, intitulado de *Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luís do Maranhão com os sucessos mais notáveis que nele aconteceram*, no qual fala de Manoel Beckman, segundo Berredo, com um desprezo tão encarniçado, que chega a ser tratado como escandaloso.

Para Berredo, Beckman era portador de um caráter bastante orgulhoso com sentimentos voltados para confusão, porém, Tomás Beckman, apesar de estar envolvido no levante, é percebido como alguém menos vil em comparação com o irmão. Berredo julga a liderança de Manoel Beckman bastante fraca, sendo que depois do embarque dos padres, ele não conseguia manter os revoltosos ao seu lado, pois muitos teriam se cansado do movimento e voltado para suas fazendas, deixando-o desarmado para continuar o levante. Desde as primeiras reuniões dos amotinados, teria havido oposições aos ideais dos líderes, mas seria condenado a morte qualquer um que delatasse o movimento. Diz ainda que o movimento só eclodiu graças à atitude fraca do Capitão-Mor Baltasar Fernandes, que estava governando a Capitania, pois o Governador Francisco de Sá de Menezes tinha se mudado para Belém. Mesmo Baltasar Fernandes percebendo os rumores e queixas dos colonos, sua atitude se resumia à mais absoluta inércia, porquanto trabalhava somente para a conservação do seu emprego; ainda assim, Beckman se mostrava temeroso ao se expressar frente aos amotinados.

O enforcamento de Beckman é visto como uma pena justa diante do seu crime terrível e de seu orgulho exagerado. Pior que as atitudes

de Beckman, só a do seu traidor Lázaro de Melo, homem de pouca honra. Melo é descrito como uma pessoa vil e infame que, além do desprezo recebido pela população, teria sofrido a justiça divina, uma vez que morreu da mesma forma que Manoel Beckman, enforcado acidentalmente em sua engenhoca.

No que diz respeito à revolta de Beckman, Berredo relatou um acontecimento próximo de sua época, trinta e quatro anos depois, fazendo, por conta de tal proximidade, suas principais fontes os testemunhos de pessoas que já habitavam a capitania. A visão do autor resulta do lugar que ele ocupava na administração colonial; o próprio oferecimento de sua obra ao Monarca D. João V nos dá certa ideia do tipo de narrativa criada por ele. Ainda que o autor tivesse alguma admiração por Beckman, certamente não colocaria isso no texto, pois sua obra atendia a outros interesses. Assim, até mesmo uma suposta recusa de um suborno de quatro mil cruzados e o perdão aos amotinados é vista com certa desconfiança quanto a real intencionalidade de Beckman. O suborno teria sido oferecido pelo Sargento-Mor do Grão-Pará, Miguel Belo da Costa, juntamente com Hilário de Sousa Azevedo.

Por outro lado, o autor reconhece o estado de abandono em que se encontrava o Maranhão, acusando alguns de seus governadores de corrupção. Ainda assim, salienta que só o Rei teria o poder de retirar do seu posto um governador ou abolir alguma de suas leis, no caso o monopólio sobre o comércio (estanco), em razão de haver atitudes que só pertenciam ao rei. Apesar do levante não ter por pretensão a separação de Portugal, feria diretamente a autoridade do Monarca.

Em suma, a imagem de Beckman em Berredo é construída a partir de elementos que apontam para um caráter marcadamente perverso, e de baixaza de espírito. Sendo assim, o líder do levante teria usado a comoção do povo para colocar em prática seus objetivos mais sombrios, isto é, afrontar a ordem vigente. Para o autor, Beckman teria se utilizado do motim para revelar o seu maligno espírito (BERREDO, 1998: 322).

Robert Southey: Beckman, o “caudilho popular”

Robert Southey, poeta, escritor e prosador da Escola Romântica, nasceu em Bristol, Inglaterra, no dia 12 de agosto de 1774, e faleceu em Londres em 21 de março de 1843. Era filho de Thomas Southey e de Margaret Hill. Após a morte do pai, ficou sob a tutela de um tio materno, Herbert Hill. Estudou no Colégio Corstor e aos 13 anos foi para o Westminster School, de onde foi expulso por participar de um jornal satírico conhecido como “O Flagelante,” que criticava os mestres e outros superiores da escola. Depois, ingressou na Universidade de Oxford.

Como seu tio Herbert Hill, na condição de pastor anglicano, foi nomeado capelão da comunidade inglesa em Lisboa, levou consigo o futuro historiador. Robert Southey especializou-se em História de Portugal e do Brasil; em 1810, foi nomeado Secretário no Erário da Irlanda. O tio ocupava um papel importantíssimo em sua carreira, pois mesmo quando o historiador estava longe, Hill sempre lhe enviava documentos e livros sobre Portugal e Brasil.

Southey é autor de uma das primeiras histórias gerais do Brasil, obra que leva o título de *História do Brasil*. Publicada em Londres entre os anos de 1810-19, em três volumes (o primeiro em 1810, o segundo em 1817, e o terceiro em 1819). Do primeiro foi tirada uma segunda edição, em 1822. A primeira edição brasileira é de 1862, pela Livraria Garnier, Rio de Janeiro, em seis volumes, sendo a tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, 52 anos após a edição inglesa. Foi impressa em Paris, na Tipografia de Simão Raçon e Soc..

A segunda edição brasileira foi publicada entre os anos de 1948 e 1954, pela Livraria Progresso Editora, Bahia, edição em seis volumes, e segue a publicação da Garnier. Em 1965, foi impressa a terceira edição brasileira, pela Editora Obelisco Limitada, em seis volumes, com a mesma tradução do Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotada

por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. Esta edição foi a que utilizamos neste trabalho, para sermos mais precisos, o capítulo VI do quarto volume. Em 2010, a obra foi novamente editada em três volumes, em Brasília, pela editora do Senado Federal.

O conjunto da obra é composto por quarenta e quatro capítulos, sendo o quarto tomo formado por sete capítulos, com um total de trezentas e vinte páginas, sendo destas, vinte e três reservadas para falar do motim do Maranhão.

A obra busca dar conta de todo o período colonial até a chegada de D. João VI, em 1808. Segundo Jean Glénisson, os fatores que contribuíram para a composição da História do Brasil por Southey seriam a facilidade de reunir documentos através de seu tio Herbert Hill, e pela importância adquirida pelo Brasil com a transferência da Família Real para a colônia (GLÉNISSON, 1979: 254).

Na construção da narrativa, utiliza autores como: Bernardo Pereira de Berredo, Padre Antonio Vieira, Charlevoix, Domingos Teixeira (biógrafo de Gomes Freire, governador que sufocou a revolta de 1684), e Francisco Teixeira de Moraes (provedor da fazenda no Maranhão em 1684). O autor fala dos acontecimentos de forma extremamente segura, mesmo sem nunca ter posto os pés no Brasil.

A narrativa é repleta de indicações no decorrer de todo o trabalho, página a página apontando para o que está falando. O autor traça uma cronologia bem definida, construindo sua narrativa do descobrimento para a chegada da Família Real portuguesa.

O Maranhão em Southey é sinônimo de miséria, onde eram corriqueiras as queixas da população e dos senhores de terra devido à falta de mão-de-obra. Segundo o autor, o estanco foi aceito sem oposição pela sociedade. Mas a avareza dos contratadores não tardou a ser aflorada, culminando para a revolta do Maranhão de 1684.

Para Southey, o povo do Maranhão estava propenso a se amotinar devido à impunidade de outras insurreições ocorridas anteriormente. Fala-nos que o papel dos Jesuítas era defender os índios contra a

avareza dos colonos, sendo que o mais ambicioso era Manoel Beckman, que precisava de mão-de-obra para a manutenção do engenho Santa Cruz, nas proximidades do Rio Mearim. Concordando com Berredo, diz que houve algumas mortes no levante, e inúmeros insultos contra a população maranhense. O povo teria se envolvido no movimento mais por medo de que por convicção, pois Beckman teria jurado de morte quem fosse contrário ao movimento. Seguindo os passos da narrativa de Berredo, o autor considerava Tomás Beckman com melhores intenções que seu irmão.

Segundo Southey, a revolta de Beckman foi uma grande farsa, pois ele não passava de um caudilho que falava em nome do povo, mas que somente visava a seus interesses pessoais. Sendo assim, sua liderança cairia em ruínas como a de qualquer outro demagogo. Beckman é observado a partir de elementos que indicariam um homem de caráter perverso, sem nenhum respeito pelo povo que ele supostamente representava. Segundo o autor, "achava-se o caudilho popular já nessa miserável condição em que mais cedo ou mais tarde caem todos os demagogos, passada a primeira embriaguez do triunfo" (SOUTHEY, 1965: 247).

Beckman é representado de forma tão depreciativa, que teria buscado uma aliança com D. João de Lima, pirata conhecido por seus inúmeros crimes. Em troca de sua proteção, o Maranhão serviria de depósito para os roubos e formaria um poder em contraposição a Portugal ou qualquer outra nação. Southey toma essa informação do texto de Domingos Teixeira, para afirmar que somente alguém muito infame faria acordos com piratas. Se Beckman é visto com um infame, por outro lado, o Governador Gomes Freyre é revestido de todo o heroísmo possível; lealdade e piedade seriam algumas de suas características.

Na obra de Southey, Beckman aparece com alguma qualidade apenas na ocasião de sua prisão, quando não teria esboçado nenhuma tentativa de fuga, mediante sua palavra dada que assim o faria. Por outro lado, o traidor que teria aprisionado Beckman, seu afilhado e

participante do levante, Lázaro de Melo, é retratado como alguém de má índole, perverso, que não teria respeitado nem seu próprio padrinho. Como prêmio de sua infame traição, Melo recebeu uma patente de Capitão na companhia dos nobres, a preço do sangue de Beckman. Entretanto, a única coisa que conheceu em vida foi o desprezo a sua pessoa, por toda a população e, depois de algum tempo, teve uma morte violenta. Segundo o autor, o traidor teria recebido um castigo dos céus por tão covarde traição.

O líder do levante é descrito com grande audácia e revestido por valores bastante decrépitos centrados na dissimulação e fingimento com aparências de honra e obediência ao rei, a fim de esconder suas reais intenções e caráter. Quando rejeita o suborno de quatro mil cruzados, oferecido por Hilário de Sousa de Azevedo, em nome de Francisco Sá de Menezes, ele o teria feito não por respeito ao povo, e sim para que sua pessoa fosse vista como alguém preocupado com a causa, e assim com grande perspicácia buscava iludir a população a ficar ao seu lado. Beckman é então visto como um sujeito ambicioso, que teria logo nos primeiros dias da revolta se autoproclamado de presidente dos revoltosos.

Robert Southey trata os populares com grande desprezo, caracterizando-os como a gentilha; e no que tange ao monopólio sobre o comércio, esse teria o breve consentimento da população. Deste modo, Beckman teria se utilizado de uma falsa indignação contra o estanco para elaboração de sua vil ação; esperava ter a mesma sorte dos amotinados do passado, porém, o movimento teria fugido ao controle de sua fraca liderança. O autor se refere à expulsão dos jesuítas em 1661, já que com a lei de 9 de abril de 1655, resultante da intervenção do Padre Antonio Vieira, a Companhia de Jesus assumiu o controle sobre as aldeias dos índios, e assim todos os colonos tinham de reportar-se aos jesuítas para obterem mão-de-obra indígena para suas lavouras; os religiosos, todavia, não disponibilizavam índios suficientes aos colonos, já que os utilizavam em suas próprias fazendas.

Segundo Southey, na hora da sua morte, Beckman confessou ter tentado matar a tiro o governador no momento do desembarque. Esse seria mais um indício da falta de respeito do personagem para com a coroa portuguesa.

Como um perturbador da ordem pública, e criminoso que falava em nome do povo, o Manoel Beckman representado na obra de Southey só visava a seus interesses pessoais. Segundo o autor, dentre os revoltosos, "o mais hábil e o mais ambicioso era um certo Manoel Beckman, natural de Lisboa, mas de origem estrangeira, homem distinto em S. Luiz pela sua influência, talentos e turbulência" (SOUTHEY, 1965: 241).

Robert Southey da mesma forma que Bernardo de Berredo, escreve no período colonial no qual o Maranhão e o Brasil são vistos como mero instrumento de exploração portuguesa. Ambos descrevem Beckman como uma ameaça terrena e divina, por ter afrontado a autoridade do monarca e a de Deus.

Francisco Adolfo de Varnhagen: Beckman, o "verdadeiro herói"

Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, nasceu em São João do Ipanema (Sorocaba - SP), no dia 17 de fevereiro de 1816 e faleceu em Viena (Áustria), no dia 26 de junho de 1878. Filho de Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, oficial alemão, e de Maria Flávia de Sá Magalhães, portuguesa. Sua nacionalidade brasileira só foi confirmada por decreto real, em 24 de setembro de 1841.

Estudou no Colégio da Luz, em Lisboa, de 1825 a 1832, e frequentou a Academia da Marinha (Portugal, 1832-1833). Tornou-se Tenente de artilharia do exército português e mestre em assuntos militares e de engenharia. Já licenciado do exército português, tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 18 de julho de 1840, onde ocupou cargos de primeiro

secretário e diretor da revista da entidade. Foi também escolhido por Oliveira Lima como patrono da cadeira de número 39 da Academia Brasileira de Letras, quando de sua fundação em 1897.³

Varnhagen é um dos grandes nomes da historiografia brasileira, e sua principal obra é *História Geral do Brasil*, escrita entre os anos 1854 e 1857, cujas duas primeiras edições ocorreram ainda em vida do autor. Temos uma terceira edição somente do primeiro tomo, por iniciativa de Capistrano de Abreu, em 1906.

Já a terceira edição integral, pelas Edições Melhoramentos, ocorreu da seguinte forma: o primeiro tomo data de 1927, o segundo de 1930, o terceiro de 1931, o quarto de 1934, e o quinto de 1936. A quarta edição, também pela editora Melhoramentos, saiu de forma integral, com os tomos I e II publicados em 1949, e os tomos III, IV e V, em 1952. A Melhoramentos é responsável também pela quinta edição, de 1956, a sexta de 1959, a sétima de 1962, e a oitava de 1975, sendo todas elas integrais (VARNHAGEN, 1975).

Utilizaremos em nosso trabalho o terceiro tomo de sua coleção, mas precisamente a secção (capítulo) trinta e sete, intitulada "Desde o tratado de 1681 até o de aliança em 1703", na qual o autor reserva cinco páginas para descrever o levante de Beckman de 1684. Esse tomo é composto por nove capítulos, começa com o trinta e um, "Revolução de Pernambuco até a primeira ação dos Guararapes", e termina com o capítulo trinta e nove, "Fatos e sucessos desde 1703 a 1715, estranhos a Liga".

O lugar ocupado por Varnhagen na administração imperial foi um fator crucial para o desenvolvimento de seu trabalho, com a nomeação de adido para Lisboa em 1841, com a finalidade de pesquisar documentos sobre a história e a legislação referente ao Brasil, reuniu um grande acervo documental nos arquivos do Brasil, Portugal, Espanha e Holanda.

³ As informações biográficas sobre o autor foram colhidas em: ODÁLIA, s/d; <http://pt.shvoong.com/tags/francisco-adolfo-varnhagen/> e <http://www.academia.org.br/abl/biografia>.

Considerado por muitos como o "pai da historiografia brasileira", Varnhagen faz uma *História Geral do Brasil* muito densa, abrangendo o descobrimento, a colonização e o império brasileiro. A obra foi dedicada a Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro II.

Segundo João Miguel Teixeira de Godoy, com a fundação do IHGB e a partir de 1840 com a proposta de organização de uma história nacional feita pelo naturalista alemão Karl Friedrich P. Von Martius, tínhamos as peças fundamentais para a confecção da história do Brasil, como: um "contexto político e ideologicamente favorável, a existência de fontes preservadas, minimamente organizadas e com uma articulação institucional prévia, e um plano de trabalho e síntese" (GODOY, 2008: 71). Nessa ordem, o passo seguinte foi dado com a elaboração da obra de Varnhagen, que superaria a crônica passando a ter um caráter historiográfico.

O autor comenta que para escrever sobre o motim, teria recorrido às fontes mais puras, vários ofícios de Gomes Freire e um parecer do Conselho Ultramarino, de 12 de novembro de 1686, além das crônicas de Francisco Teixeira de Moraes, Frei Domingos Teixeira e do padre João Filipe Bettendorf, todos contemporâneos do levante.

A narrativa se desenrola no sentido evolutivo de tempo, do descobrimento para o Império; deste modo, a revolta de Beckman aparece na obra obedecendo ao sentido de tal cronologia. Adolfo de Varnhagen aponta o assentamento do estanco como o principal motivo para acontecer a "respeitável revolução" de Beckman. Assim, o monopólio sob a administração de Pascoal Pereira Jansen foi, para o historiador, sinônimo de "dolos e abusos" para o povo do Maranhão. O Governador Francisco de Sá de Menezes apenas instalou o Estanco e mudou-se para o Pará deixando sem mão-de-obra, tanto indígena quanto africana, a população. Relata ainda que o clamor era geral, saindo até mesmo de dentro das igrejas. Pois o Maranhão foi entregue ao Capitão-Mor Baltazar Fernandes, a quem Varnhagen considerava quase um "imbecil", cuja covardia e inércia eram suas principais qualidades.

Para o autor, enquanto o Capitão-Mor se esquivava de suas responsabilidades, o movimento dos revoltosos crescia na cidade, sob o grito de comando de Beckman, por quem o povo teria fascínio, no dia 24 de fevereiro de 1684 o motim tomou a cidade. A revolta teria sido executada de forma limpa, com moderação, à altura de um povo "civilizado e tolerante." Percebemos que o autor não direciona elogios somente à pessoa de Manoel Beckman; fala também da grandeza da população.

Varnhagen descreve que, com o passar do tempo, o entusiasmo foi se transformando em calma, e a revolução acabou por esfriar. A tropa cansada começou a abandonar os ideais do motim. Quando da chegada de Gomes Freire, o movimento já estava arruinado, não restando outra alternativa, se não a submissão de todos. Nesse contexto, de imediato Beckman foi considerado o cabeça do motim e logo sentenciado à morte. Teriam sido oferecidas recompensas a quem o capturasse, e com toda a dor e lágrimas dos maranhenses, apareceu um "ingrato e malvado" para a tarefa: Lázaro de Melo. Assim, o "verdadeiro herói" foi capturado e decapitado. Devemos destacar que, dos autores analisados, é o único que não trabalha com o enforcamento como forma da morte.

Segundo Varnhagen, as vinganças influíram mais na sentença final de que as questões do Estado. A partir da execução de Beckman, a narrativa se reveste de um caráter religioso, o bem *versus* o mal. Diz o autor: "se eles (Beckman e Jorge Sampaio⁴) eram bons e queriam o bem, a justiça divina, superior a todos e a tudo os terá por certo galardoado sempiternamente" (VARNHAGEN, 1975: 252). Manoel Beckman teria declarado que "pelo Maranhão dava satisfeito a vida", palavras que, segundo o autor, para sempre serão lembradas entre os maranhenses e todos os corações bem formados. Por outro lado, o autor nutre grande

⁴ Jorge Sampaio participou ativamente do levante de 1684, sendo juntamente com Beckman os únicos executados.

ressentimento à pessoa de Lázaro de Melo, que, enquanto em vida, teria sido desprezado por toda a população, e morreu enforcado por acidente em seu engenho. Varnhagen prossegue dizendo que pior que sua "morte é a vida, com que vive e viverá sua memória, na província, no Brasil e no Universo" (VARNHAGEN, 1975: 252).

Varnhagen transforma Beckman num personagem revestido de caráter de um herói nacional; em contrapartida, Lázaro de Melo é pensado como o anti-herói, que vai legitimar o primeiro como um mártir. Beckman passa de revolucionário em vida para herói a partir de sua execução. Segundo explicita Flávio René Kothe, ao falar da criação dos heróis, "quanto maior a sua desgraça, tanto maior a sua grandeza" (KOTHE, 1985: 13). Beckman, em Varnhagen, faz parte desse grupo de heróis trágicos, depois de traído e executado se transforma em pura benevolência.

Com Varnhagen, temos a inversão dos polos bem e mal, e Beckman passa a ser representado como um herói. Nesse maniqueísmo clássico, essa mudança na compreensão da imagem de Manoel Beckman está estritamente ligada ao contexto, no qual estava inserido; o Brasil nesse período era um país independente, e o autor fazia parte desse novo momento, ligado à produção do IHGB, que buscava escrever uma história nacional. Surge, assim, o sentimento de se formar uma galeria de heróis nacionais.

Percebe-se no ensaio de Southey, que ele descreve o povo com muito desprezo. Robert Southey escreve a respeito da colônia portuguesa e não do Brasil como nação; assim sendo, temos uma terra fértil e um povo incapaz de levá-la ao desenvolvimento. Por outro lado, Adolfo de Varnhagen escreve sobre o Brasil, um país independente, que busca forjar sua própria história, como uma terra fértil e com um povo capaz de construir seu próprio destino. Apesar de Varnhagen ser filho de estrangeiros, podemos considerá-lo um brasileiro que escreveu sobre o Brasil; já Southey representa a visão do estrangeiro que fala do outro que lhe é incomum e estranho.

João Lisboa: Beckman, o "caráter nobre e elevado"

João Francisco Lisboa, historiador, político, jornalista e escritor. Patrono da cadeira de número 18 da Academia Brasileira de Letras. Nasceu em 22 de março de 1812, em Pirapemas, à margem do Rio Itapecuru, no Maranhão, e faleceu no dia 26 de abril de 1863. Filho de João Francisco de Melo Lisboa e de Gertrudes Rita Gonçalves Nina.

Em 1827, aos 15 anos, empregou-se no comércio como caixeiro, mas abandonou a profissão em 1829, e voltando-se aos estudos, chegou a estudar latim com o professor Francisco Sotero dos Reis. Em 1831, aos 19 anos, participou do Manifesto dos Brasileiros, que tinha por objetivos oficializar a independência e a expulsão dos portugueses. Nessa mesma época, fundou seu primeiro jornal *O Brasileiro*, com caráter nacionalista, em resposta ao fechamento do *Pharol Maranhense*, de José Cândido de Moraes e Silva. Em 1832, suspendeu as edições de seu jornal e reapareceu com o *Pharol Maranhense*, após a morte de seu antigo proprietário, suspendendo seus exemplares em 1833, com o número 352. No ano de 1834, fundou um novo jornal, o *Eco do Norte*, foi eleito deputado da Assembleia Provincial e casou-se com Violeta Luisa da Cunha. Pertencente ao Partido Liberal, voltou a Assembleia em 1848.

Retomou a profissão de jornalista, fundando a *Crônica Maranhense*, em 1838, jornal de oposição que teria consumido toda a herança paterna. Depois fundou o *Publicador Maranhense*, em 1842, que durou três anos; porém, nesse jornal, Lisboa se manteve neutro sobre as questões políticas. Em 1855, foi para o Rio de Janeiro, com 43 anos de idade, e depois foi viver em Lisboa. Em Portugal, foi convidado a colaborar no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil* e passou a integrar a Academia Real das Ciências de Lisboa. No Brasil, o Imperador lhe concedeu a Ordem de Cristo, e Lisboa tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por influência de Adolfo de Varnhagen e indicação do poeta Gonçalves Dias, recebeu do governo um convite para substituir o segundo na comissão de pesquisa em Portugal, que tinha por objetivo recolher documentos que servissem à História do Brasil (PEREGRINO, 1976: 21-34).

Em 25 de junho de 1852, apareceu em São Luís o primeiro fascículo do *Jornal de Timon*, que continha 100 páginas; continuou a sair pontualmente um exemplar todos os meses até o quinto número. Em 1853, saiu um volume com 116 páginas, dos números seis ao dez. Os números onze e doze foram editados em Portugal com 427 páginas, sendo o último exemplar publicado em 1858.

O *Jornal de Timon* encontra-se dividido em quatro volumes: o primeiro trata das Eleições na Antiguidade, na Idade Média, na Roma Católica, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, na Turquia, e sobre Partidos e eleições no Maranhão; no segundo e terceiro, faz uma História geral do Maranhão; no quarto, trata da vida do Padre Antonio Vieira, Biografia de Manuel Odorico Mendes, A festa de Nossa Senhora dos Remédios, Teatro São Luís, Discurso sobre a Anistia aos pernambucanos revoltosos, A festa dos mortos ou a procissão dos ossos, e A questão do Prata.

Desse trabalho, utilizaremos o Tomo II, vol. 2, que traz como título *Jornal de Timon: Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Maranhão*. Analisaremos principalmente os capítulos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, e XX, da edição de 1990, feita pela Editora Alhambra, de Brasília.

Os sete capítulos a serem analisados encontram-se na mesma disposição em uma obra da Editora Vozes em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, de 1976, que reúne os dois volumes do segundo tomo do livro *Jornal de Timon* (LISBOA, 1976). Em 2004, foi novamente editado o primeiro tomo do *Jornal de Timon*, em Brasília, pelas edições do Senado Federal. Recentemente, em 2013, a Academia Maranhense de Letras publicou a obra completa de João Lisboa em quatro volumes.

Apesar de ser considerado historiador, percebemos a atuação de Lisboa mais como jornalista e político, uma vez que seus escritos de caráter historiográfico só aparecem com o *Jornal de Timon*. Seus ideais são frutos de uma época marcada pela transição entre um Brasil colônia e um país independente. Lisboa faz parte daqueles que serão conhecidos posteriormente como os intelectuais da "Atenas Brasileira",⁵ alcançando reconhecimento dentro e fora do Maranhão.

As informações utilizadas pelo autor na construção de sua narrativa são oriundas de trabalhos dos cronistas contemporâneos da revolta e dos manuscritos de arquivos e bibliotecas de Lisboa e Évora e ainda, mesmo que em menor proporção, do arquivo da Câmara de São Luís no Maranhão (LISBOA, 1990: 8). Em relação às fontes, João Lisboa concebe o documento como sinônimo de verdade, e não como um campo de possíveis interpretações, que variam de um olhar para outro.

João Lisboa com seus sete capítulos sobre a revolta de Beckman inaugurou um novo momento da historiografia sobre os acontecimentos de 1684. Apesar de ser uma obra que busca dar conta de vários acontecimentos, dará grande destaque para o motim de Manoel Beckman. Na construção da narrativa, Lisboa vale-se de grandes habilidades como escritor que realmente o era, com seu estilo erudito e uma escrita de fácil compreensão. Mesmo com apoio das fontes, ao falar de Beckman, sua narrativa ganha certo caráter de romance, devido a tantas qualidades e feitos atribuídos ao personagem.

Lisboa, quando fala de Beckman, critica autores como Bernardo Pereira Berredo e Teixeira de Moraes, considerando que as informações encontradas nas obras desses autores seriam desmentidas pelos documentos contemporâneos analisados pelo autor. No *Jornal de Timon*, o personagem é percebido de forma bastante positiva, segundo Lisboa:

⁵ Aquilo que se condicionou chamar de Atenas Brasileira é resultado de um período, século XIX, marcado por grande efervescência na poesia, na prosa e no jornalismo. Com destaque para Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Cândido Mendes, Odorico Mendes, Sousândrade, entres outros.

os elementos de grandeza, desinteresse, generosidade e sacrifício, que reunidos a uma certa propensão para o sentimentalismo fantasioso, constituíam a base principal do seu caráter nobre e elevado, explicam de um modo tão plausível a posição eminente, e a parte ativa que ele tomou nos acontecimentos, que não será necessário interpretá-las pela existência de paixões criminosas e baixas, aliás incompatíveis com tudo quanto sabemos de sua vida (LISBOA, 1990: 90).

O personagem é construído a partir de elementos nobres e elevados, que além de lutar por seus interesses o fazia, sobretudo, contra a miséria do povo. É visto como um bom cristão que carregaria sobre seus ombros a dor de toda uma população aprisionada por governantes corruptos.

Se para Teixeira de Morais, Manoel Beckman era voltado para a "novidade", novidade nessa época era vista como uma atitude negativa e contrária ao sossego. Porém, para Lisboa, teria o personagem chamado para si a responsabilidade de livrar o Maranhão do cativo, que teria se agravado com a instalação do estanco, imposto esse colocado em funcionamento sob fortes ameaças do governador Sá de Menezes, que, segundo ele, embarcaria para Portugal para justificar diretamente ao rei a acusação a qualquer um que se opusesse ao monopólio.

Na visão de Lisboa, Beckman teria assumido a liderança do movimento de forma natural, pois é posto como o homem mais honrado da capitania. Até mesmo Tomás Beckman, que era considerado um sujeito de grandes talentos, ao ser comparado com o irmão, via-se nitidamente que nem de longe conseguiria alcançar as qualidades do primeiro. Devido à sagacidade de sua liderança, teria o apoio de forma unânime da população, que bem ou mal armada seguiu seu líder pelas ruas da cidade, até que a multidão tivesse tomado a cidade e desse voz de prisão ao capitão-mor Baltazar Fernandes. E, como prova de sua compaixão, teria ficado preso em sua própria residência sob a guarda de sua esposa (LISBOA, 1990: 98). Depois de assegurada a posse da cidade, passou o povo à igreja, onde teria sido entoado o Te-Deum, para render graças a Deus pela conquista daquele dia.

Entretanto, o padre João Filipe Bettendorf, em sua crônica, indaga-se por que rogar a Deus, como se ele tivesse consentido tal brutalidade, e não ao diabo, o verdadeiro autor de seu motim (BETTENDORF, 1909: 363). Lisboa escreve de forma bastante apaixonada, chegando a dizer que naquele dia o povo comemorava a instauração e a felicidade da república, porém, em momento algum o movimento tem esse objetivo de separação de Portugal.

Na visão do autor, no momento da expulsão dos jesuítas, Manoel Beckman deu mais uma prova de sua generosidade ao se emocionar e abraçar publicamente um padre que lhe era amigo particular, no caso Bettendorf. Esse padre relata esse mesmo acontecimento, em sua obra; segundo ele, antes do embarque, Beckman teria lhe dado um abraço e, juntamente com Dona Maria de Almeida e Cáceres, sua esposa, disse que ele poderia ficar em sua casa. Ele, todavia, não aceitou, uma vez que deveria acompanhar seus irmãos naquela jornada (BETTENDORF, 1909: 371).

Segundo Lisboa, Beckman teria se sacrificado pelo povo, mas quando mais precisou dele, encontrou-se sozinho em sua luta que era de todos. Nessa situação, obrigou-se a fugir da ilha e refugiar-se em seu engenho. Com a chegada de Gomes Freire, este deu logo ordens para a prisão dos principais líderes, sendo que os soldados não conheciam a região nem Manoel Beckman, já que vieram com Gomes Freire; então, o governador teria anunciado uma recompensa a quem prendesse o chefe do levante. Lisboa, de forma bastante hostil, diz que logo se apresentou para a vil tarefa o seu afilhado Lázaro de Melo, que para atrair sua vítima teria fingido ter vindo para avisar das novidades da ilha; porém, quando o atraído se distraiu, foi surpreendido por um dos capangas do traidor, que logo foi conduzido à canoa. A vítima teria um caráter tão elevado, que Lázaro de Melo, confiando na palavra dada por ele, soltou-lhes as amarras, e numa viagem de dias, Beckman não teria em momento algum esboçado nenhuma reação (LISBOA, 1990: 117).

Beckman foi posto na cadeia e de lá só saído para o patíbulo. Lisboa descreve o comportamento de seu personagem próximo de uma atitude digna de santo, e nos leva a relacionar a cena a Jesus Cristo, no momento em que foi pregado na cruz. Segundo Lisboa:

como verdadeiro cristão, pedia do alto do patíbulo o perdão de todas as ofensas feitas ao próximo, declarou que pelo povo do Maranhão morria contente! Grito sublime e derradeiro de um coração altivo e generoso, admirável sobretudo naqueles tempos, em que as revoluções, simples fato material, não constituíam doutrina nem direito, e em que os condenados, ordinariamente humilhados diante da justiça, morriam protestando o seu arrependimento, e beijando a mão que os punia (LISBOA, 1990: 118).

O prêmio recebido por Lázaro de Melo, pela sua condenável atitude, foi uma patente de capitão de uma das companhias de nobreza; contudo, devido ao seu caráter sem nenhuma honra, culminou com o não comparecimento de nenhum subordinado, e por ser bastante hostilizado pela população, retirou-se da cidade, passando a viver em sua roça até o último dia de sua vida. Morreu de forma bem parecida com a de Beckman, sendo sinalizado segundo Lisboa, um castigo dos céus sobre o traidor.

Em suma, o Beckman construído por João Lisboa parece ter saído de uma saga épica, depois de ser traído e ser executado, emerge em roupagens de um grande herói. É aquele que morre, mas morre feliz, por supostamente ter a consciência que o fez pela liberdade de um povo. Esse outro lado das representações de Beckman, inaugurado por Lisboa, servirá de modelo para diversos trabalhos posteriores.

Manoel Beckman, em João Lisboa, em alguns momentos, é elevado a uma categoria acima dos heróis, sendo que os adjetivos a ele atribuídos são típicos dos santos. O personagem transita entre o humano, o heroico e o divino.

Barbosa de Godóis: Beckman, o “protomártir da liberdade no Brasil”

Antônio Batista Barbosa de Godóis nasceu em São Luís no dia 10 de novembro de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1923. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, onde colou grau no ano de 1884. Exerceu funções de procurador de Justiça Federal do Maranhão. Foi Deputado Estadual e Vice-Presidente do Estado do Maranhão. É um dos doze fundadores da Academia Maranhense de Letras (1908), onde ocupou a cadeira de número um, sendo também aquele que compôs a letra do Hino Maranhense. Porém, seu grande trabalho foi no campo da educação, publicando obras como *Instrução Cívica (resumo didático)*, de 1900; *Escrita Rudimentar*, de 1904; *À memória do Doutor Benedito Pereira Leite*, de 1905; *O mestre e a escola*, de 1911; *Higiene pedagógica*, de 1914; e *Os ramos da educação na Escola Primária*, de 1914. Exerceu o magistério lecionando as cadeiras de História do Maranhão e Instrução Cívica. Trabalhou na escola Normal do Estado do Maranhão, na Escola Modelo “Benedito Leite,” e no Liceu Maranhense (GODÓIS, 2008). Neste trabalho, analisaremos a obra *História do Maranhão: para uso dos alunos da Escola Normal*.

Barbosa de Godóis afirma, na introdução de seu trabalho, que por ser educador, a obra *História do Maranhão*, é resultado das aulas ministradas a partir de 1899 na cadeira de Instrução Cívica da Escola Normal e continuada na disciplina de História do Maranhão em 1902, pois nesse mesmo ano, com a reforma do ensino da Escola Normal, a cadeira de história do Maranhão deveria ser ministrada separadamente da cadeira de História do Brasil. O autor, por perceber a inexistência de material didático sobre o assunto, uma vez que as publicações sobre o Maranhão não atendiam aos interesses dos alunos da Escola Normal, seu trabalho aparece como o mais acessível para aquele público (GODÓIS, 2008).

A primeira edição é de 1904, pela Editora Ramos d’Almeida e Cia., em São Luís, obra em dois tomos. A segunda edição sai depois

de um século, em 2008, devido às comemorações do centenário da Academia Maranhense de Letras; esta edição foi feita pela AML juntamente com a editora da UEMA, acrescida de 23 ilustrações do álbum *Maranhão ilustrado*, de 1899, nas Publicações do Centenário: série fundadores (GODÓIS, 2008). A obra é dividida em três partes, com quarenta capítulos, distribuídos em 366 páginas: o Maranhão Colônia, com vinte e nove capítulos, cujo primeiro trata das Capitânicas Hereditárias; Maranhão Província, com dez capítulos, continua a partir da adesão do Maranhão ao movimento do Porto; Maranhão Estado, com um capítulo, que começa com a Adesão do Maranhão à proclamação da República.

Tomaremos a segunda edição para análise, mais especificamente o capítulo XXV, com vinte páginas, que tratam de Beckman e sua revolta.

Segundo Godóis, sua obra deve ser percebida como um livro didático do período, talvez o único. O trabalho surge a partir das necessidades do autor, que ao se deparar com uma disciplina que não lhe oferecia suporte para ser desenvolvida, começa a buscar em outros trabalhos informações para escrever seu livro. No entanto, percebemos que, da forma como ele escreve, não estaria meramente escrevendo para os alunos das escolas normais, mas para seus pares.

Para Barbosa de Godóis, sua obra tinha dois objetivos principais: servir como material didático para os(as) alunos(as) da Escola Normal e para ser um guia de História do Maranhão para futuras gerações. Segundo palavras do autor, ele não se pretendia um erudito, daí o fato de não citar as fontes e sua obra não conter referências bibliográficas. Não se colocar como um erudito é mais modéstia de que fato; talvez pretendesse que outro intelectual o colocasse como tal *a posteriori*.

Na construção da narrativa, utiliza autores como: César Marques, Bernardo Pereira de Berredo, João Francisco Lisboa, Adolfo de Varnhagen, Robert Southey, Yves D'Évreux, Claude D'Abbeville, Simão Estácio da Silveira, João Ribeiro, Alphonse de Beauchamp e Gabriel Soares.

Barbosa de Godóis, como professor, pertencia à intelectualidade maranhense. Formalmente, foi o primeiro professor de História do Maranhão como cadeira independente da tradicional História do Brasil. Godóis escreve num período de grandes transformações na estrutura do país: saía-se da Monarquia e entrava-se na República. Sua obra segue uma cronologia que vai do período colonial, passa pelo império e termina com a república, mas sua atenção é marcadamente voltada para a colônia, com seus vários capítulos. O motim de Beckman entra na obra obedecendo ao recorte temporal.

Para Barbosa de Godóis, o Maranhão, com a implantação do estanco, deixa de ser uma capitania próspera, tornando-se símbolo da decadência, marcada pela ruína da lavoura e do comércio nascente. A colônia estava sem mão-de-obra, a Companhia de Comércio não importava os africanos como prometera, faltando até mesmo alimentos para a população. Segundo o autor, a situação chegou a um ponto tão insustentável, que até mesmo de dentro das igrejas começaram a sair alguns clamores; no sermão da Primeira Dominga da Quaresma, o pregador, referindo-se ao estanco, disse "que o povo não esperasse milagres e usasse dos remédios que tinha nas suas próprias mãos" (GODÓIS, 2008: 228). O Capitão-Mor Baltazar Fernandes teria ouvido toda a pregação e já estando ciente da onda revolucionária, nada fez para impedir, se mantendo na inércia e covardia de sempre.

O povo estava com seus interesses feridos, e foi nesse intervalo de tempo que teria o brasileiro por adoção tomado a frente do levante; Beckman teria "corporificado em si a alma da revolução" (GODÓIS, 2008: 227). A revolta seria do povo, mas se materializa em uma única pessoa, considerada pelo autor como a de maior caráter e honradez do período colonial.

Beckman já teria defendido o Maranhão em outra ocasião, quando se opôs à nomeação de Vital Maciel Parente para o cargo de Capitão-mor do Maranhão, sendo ele filho do ex-governador Bento Maciel Parente, que teria entregado o Estado aos holandeses sem esboçar nenhuma

reação. Além disso, era filho ilegítimo e de cor (supostamente mestiço), que não agradaria os portugueses. Essa oposição a Vital Maciel, em parte por causa de sua cor, não diminuiria o caráter de Beckman, pelo contrário, Godóis lhe atribui mais elogios. "Protomártir da liberdade no Brasil," Beckman é observado por Godóis como aquele que teria iniciado a luta pela liberdade do povo brasileiro. O autor, por não trabalhar com documentos de época, cria seu personagem a partir das narrativas de outros autores, sendo proeminentes os trabalhos que se aproximam da construção de João Lisboa.

Godóis escreve de forma muito apaixonada, chegando a dizer que:

o Beckman, que não era uma mediocridade e, pelo contrário, *possuía dotes morais elevados e conhecimentos um tanto avantajados para o tempo e meio em que viveu*, não podia, diante do que se passava na Colônia, manter-se no platonismo das murmurações e lamentações sem consequências (GODÓIS, 2008: 227, grifos nossos).

Falar que um homem está à frente do seu tempo é uma atitude bastante questionável, pois quando há essa relação supõe-se que os homens que viveram aquele período são inferiores a uma dada época. O Beckman aqui representado é essa figura, que conseguia enxergar além de seu tempo. De caráter nobre e elevado, para o autor, Beckman que era símbolo de luta pela causa pública, teria vivido numa época marcada pela tirania e submissão. O regime do absolutismo não teme chegar a medidas extremas para defender seus interesses, nem tolera demonstrações de "altivez de espírito" como a do personagem.

Beckman, com sua eloquência, conseguia mobilizar uma verdadeira revolução popular, vindo o povo às ruas com as armas que encontravam ou possuíam. Mas o prolongamento da revolta, por mais de um ano, culminou no cansaço dos populares, e a diminuição da autoridade de seu chefe. Com a chegada de Gomes Freyre, o movimento chegou ao seu ponto crítico; Beckman ainda tentou uma reação, mas o povo não mais o atendeu: já estariam prontos a aceitar

o novo Governador. "A revolução caía de podre, e fora em vão que o seu chefe procurara incutir-lhe uns restos de vida" (GODÓIS, 2008: 234). Porém, o autor não atribui em momento algum uma fraqueza da autoridade de Beckman, e sim a covardia do povo.

Para selar o fim da revolta, foi posta a prêmio a captura de Manoel Beckman, para cuja vil tarefa se ofereceu Lázaro de Melo, afilhado do atraído, que também participou do levante. Conduzido à prisão e passando por um processo simulado, foi condenado à força. Na hora da execução, Beckman declarou que "pelo povo do Maranhão morria contente". Sendo assim, Beckman apareceria na história como o homem de maior caráter dos tempos coloniais; uma tragédia foi seu nascimento numa época marcada pela tirania dos governadores.

Na narrativa de Godóis, Manoel Beckman, com seu suposto caráter nobre e elevado, foi revestido de uma dignidade acima dos outros homens, numa roupagem de herói. Seguindo a noção de uma historiografia maranhense decadentista,⁶ Godóis foi buscar na colônia um momento de glória e heroísmo em contraposição à corrupção dos dirigentes do período imperial e republicano. O autor, referindo-se a Beckman, diz que:

pelo seu caráter, orientação, abnegação e amor extremado pela causa pública, aparece na história dos nossos tempos coloniais como um vulto gigantesco, que pasma ter vivido num tempo em que a tirania da parte dos governantes e o servilismo da parte dos governados eram o característico da sociedade (GODÓIS, 2008: 236).

Entendemos que a crítica feita à administração colonial serve como elemento para enaltecer o caráter de Manoel Beckman, uma vez que Godóis percebe a colônia como a época de ouro do Maranhão.

⁶ O que convencionamos chamar de historiografia decadentista é a relação entre um passado grandioso e um presente marcado pela "falta", onde o Maranhão um dia voltará a ter a importância do que teve no passado.

Mário Meireles: Beckman, “o ativo chefe revolucionário”

Mário Martins Meireles nasceu em São Luís, no Maranhão, a 8 de março de 1915, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, e faleceu na mesma cidade, a 10 de maio de 2003. Filho de Vertiniano Parga Leite Meireles e de dona Maria Martins Meireles, ambos maranhenses.

Seu pai foi funcionário público da Instituição da Fazenda, e exerceu alguns cargos fora do Maranhão. Mário Meireles iniciou seus estudos no Jardim de Infância do Liceu Feminino Santista, em Santos – SP (1920/1921), começou o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Manaus – AM (1922/1924), estudou também no Grupo Escolar Ester Pedreira de Melo, no Rio de Janeiro – RJ (1925) e terminou na Escola Modelo Benedito Leite, em São Luís – MA (1926). Em 1927, iniciou o curso secundário no Instituto Raimundo Cerveira, prosseguindo no Instituto Viveiros, do professor Jerônimo de Viveiros (1928/1931) ambos situados em São Luís.

Após a morte do pai, em 1925, a família passou por um processo de empobrecimento; a partir daí, a sua vida como estudante tornou-se muito difícil. Ingressou no Instituto Viveiros (escola particular) graças a laços de parentescos. Mário Meireles recebeu fortes influências do historiador Jerônimo de Viveiros,⁷ pois além de ser seu aluno na escola secundária, tornou-se seu amigo.

Em 1923, iniciou o curso de Direito, porém, não concluiu, abandonando-o em 1934, em razão de ter sido admitido como funcionário do Serviço do Imposto de Renda, pois o horário das aulas coincidia com o expediente. Assim, continuou sua formação como autodidata.

Em 1948, tornou-se membro da Academia Maranhense Letras, onde ajudou no processo de criação da Faculdade de Filosofia de São Luís, na qual criou a cátedra de História da América para o curso

⁷ Viveiros era bacharel em Letras e em Direito, porém, seguiu a carreira de professor de história.

de História e Geografia da recém criada Faculdade. Foi professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão até 1990. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, IHGM.

A primeira edição da *História do Maranhão*, de Mário Meireles, saiu em 1960 no Rio de Janeiro, pela DASP. Composta por 30 capítulos, nos quais contemplava desde o período anterior ao descobrimento (1499), até o Estado Novo e a Reconstitucionalização de 1946. Dividia-se em três partes: colônia (1499-1823), com 18 capítulos; império (1823-1889), com 6 capítulos; república (1889-1957), com 6 capítulos. A segunda edição pertence à FUNCMA, editada em São Luís, em 1980; a terceira saiu em 1991, em São Paulo, pela Editora Siciliano.

Neste trabalho, foi analisada a quarta edição, feita pela Editora Ética, de Imperatriz - MA, em 2008. Com 37 capítulos e 379 páginas, dividida em três partes, a primeira trata do Maranhão Colônia (1439-1823), com 18 capítulos; a segunda do Império (1823-1889), com 6 capítulos; e a terceira da República (1889-2000), agora com 13 capítulos. A diferença da quantidade de capítulos se dá em virtude de que o próprio autor, ao longo das edições, foi escrevendo capítulos complementares. Tomaremos como foco principal o capítulo 11: "o governo de Francisco de Sá e Meneses, o estanco, a Revolta de Bequimão, Gomes Freyre de Andrade".

Mário Meireles, com certa modéstia, diz em nota preliminar de seu trabalho que, ao escrever uma história geral do Maranhão, não pretendia ser considerado historiador, mas simplesmente deixar uma fonte de pesquisa para as novas gerações, já que as existentes eram muito raras, a exemplo da *História do Maranhão*, de Barbosa de Godóis; *Anais Históricos da Província do Maranhão*, de Bernardo de Berredo; e a *Poranduba Maranhense*, do Frei Nossa Senhora dos Prazeres, que iam até o advento da República. Foi oferecida pelo autor aos alunos do Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de São Luís. Meireles, ao falar que não se considerava um historiador e que seu

trabalho tinha como única função servir de material de pesquisa para as futuras gerações, o faz da mesma forma que Barbosa de Godóis algumas décadas antes.

Para a elaboração de seu trabalho, Meireles se serviu de autores como João Lisboa, Padre João Felipe Bettendorf, Bernardo de Berredo, Jerônimo de Viveiros, Barbosa de Godóis, Yves D'Evreux, Claude D'Abbeville, Dunshee de Abranches, entre outros. Além dos Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXVI: 1904.

Segundo Ana Ládia Conceição, a escrita do autor é marcada "pelo estilo rebuscado de escrever e por um excessivo rigor 'anedótico' revelado na importância dada aos detalhes para a construção da narrativa histórica" (SILVA, 2008: 152). Ana Ládia afirma ainda que:

o estilo de escrita de Meireles era erudito. Os longos períodos, a correção da linguagem, a utilização de vocábulos e expressões rebuscadas, indicavam uma formação cultural que valorizava, sobretudo, a forma culta da língua com forte vinculação ao português arcaico (SILVA, 2008: 152).

Apesar de Meireles ser influenciado por Jerônimo de Viveiros, os estilos das escritas são bem diferentes, pois Viveiros constrói sua narrativa com períodos curtos e de forma limpa. Henrique Borralho, ao pensar o estilo narrativo do autor, diz que: "Mário, preocupado com a erudição produziu uma 'História do Maranhão'; densa, rica, e com rigor historicista servindo até hoje de referência para qualquer historiador, pesquisador que quiser debruçar-se sobre o passado dos 'maranhões'" (BORRALHO, 2003: 4).

O capítulo em que o autor fala de Manoel Beckman encontra-se dividido em quatro tópicos: I Francisco Sá de Meneses; II O Estanco; III A Revolta de Bequimão; e IV Gomes Freire de Andrade, com um total de nove páginas.

O Maranhão da época de Beckman é visto como uma capitania marcada pelas fraudes dos pesos e das medidas, sendo os produtos de má

qualidade, os preços eram superiores aos taxados quando para a venda das mercadorias e inferiores aos reais quando para o pagamento dos gêneros da colônia. Essa situação era oriunda das políticas do estanco. Segundo Meireles, o responsável pelo estanco, Pascoal Jansen, cobrava além de seus direitos e faltava com seus compromissos e obrigações.

Os poderosos brigavam entre si pelo rápido enriquecimento, ficando o povo sem ter a quem recorrer. Segundo Meireles, é nessa ordem de coisas que aparece Manoel Beckman, homem de superior ânimo, para assumir a liderança do motim. Beckman já teria dado provas de seu caráter elevado, no episódio em que se opôs à nomeação de Vital Maciel Parente para Capitão-Mor do Maranhão pelo Governador Inácio Coelho da Silva (1678-1682). Para o autor, Beckman liderava um povo marcadamente covarde, e de ânimo fraco; e para que o movimento não sofresse uma derrota inicial, teria um dos membros do movimento ameaçado com a morte qualquer um que traísse a revolta. Essa atitude funcionou apenas como um remédio temporário, uma vez que, passados os primeiros momentos de euforia, teria a população abandonado a vida militar, deixando o líder desarmado.

Segundo Meireles, Beckman, que era um abastado fazendeiro e antigo vereador da Câmara de São Luís, teria logo assumido a liderança do levante. Porém, os amotinados, temerosos pela sorte do levante, escreveram seus nomes em volta de um círculo, a fim de, impedir que alguém assumisse maior responsabilidade em relação aos outros. Beckman, "o altivo chefe revolucionário," é visto por Meireles como aquele que veio lutar pelas causas do povo, sendo construído como um verdadeiro herói. No momento do surgimento do herói, vemos surgir simultaneamente a figura do vilão na pessoa de Lázaro de Melo, afilhado de Beckman e seu amigo pessoal, que teria por ambição traído seu benfeitor, gesto esse que lhe rendeu o desprezo de todo o povo do Maranhão.

Lázaro de Melo é compreendido pelo autor como uma mancha da história maranhense, mas até mesmo ele, com toda sua infâmia,

era ciente do caráter elevado do herói (Beckman), sendo que, depois de capturado e conduzido para São Luís, Beckman pediu a seu traidor que o soltasse das amarras que não esboçaria nenhuma reação e assim foi feito. Segundo Meireles, só esse fato nos dispensa de outros adjetivos para exaltar a figura nobre de Manoel Beckman.

Na busca do engrandecimento de seu herói, Meireles nos fala da dignidade de Beckman na recusa do suborno e do perdão oferecido por Francisco de Sá e Meneses, mesmo já sabendo da ruína inevitável da revolta. Já com a chegada do novo governador, Gomes Freyre, a maioria da população teria fugido, só ficando o líder para acompanhar a sua chegada com a altivez de sempre. Para o autor, o personagem até no momento de sua morte mantém a firmeza de sempre, e numa atitude digna de Santo, pede perdão pelas suas ofensas.

Depois do restabelecimento do estanco com a chegada de Gomes Freyre, os vereadores das câmaras do Grão-Pará e do Maranhão se reúnem para abolir definitivamente o monopólio. Segundo Meireles, essa foi uma vitória moral do levante, fruto do sacrifício de Manoel Beckman. Nesse sentido, Beckman teria se sacrificado em prol da liberdade dos maranhenses, e teria afirmado "que pelo povo do Maranhão morria contente".

Maria Liberman: Beckman, o "judeu cabeça do motim"

Maria Liberman nasceu em São Paulo. É bacharel e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desde o ano de 1974. Nesta instituição, concluiu o curso de mestrado, do programa de pós-graduação na área de História Social, sob a orientação da Dra. Anita Novinsky.

Durante os anos de 1968/1969, cursou na Universidade da Califórnia, Estados Unidos, a cadeira de História Americana. Completou o curso de Hebraico do Departamento de Linguística e Línguas

Orientais, mais uma vez na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Em 1990, conclui o doutorado com a tese intitulada *Judeus na Amazônia Brasileira: séculos XIX e XX*, na área de História Social do Brasil, pela Universidade de São Paulo (LIBERMAN, 1983).

O levante do Maranhão "judeu cabeça do motim": Manoel Beckman, de Maria Liberman, é fruto de sua dissertação de mestrado. Foi editada pela FFLCH/USP e Centro de Estudos Judaicos, em São Paulo, 1983.

A obra se propõe a realizar uma investigação acerca da questão religiosa, envolvendo a família Beckman e a revolta de 1684, sendo a primeira centrada nesse tema. Encontra-se dividida em nove capítulos, com 164 páginas; no primeiro, temos uma introdução à história do Maranhão; o restante do livro narra os acontecimentos desde o ano de 1661, primeira expulsão dos Jesuítas até o ano de 1684, ano da revolta.

A publicação da obra ocorre um ano antes do tricentenário da Revolta de Beckman, que aconteceu no ano de 1984. Esta publicação foi a primeira da Série Judaica-Brasil, que tinha por objetivos desenvolver pesquisas de língua hebraica, literatura e cultura judaicas, de história e estudos bíblicos, ou melhor, estudos sobre a história dos Cristãos-Novos e judeus no Brasil, dando enfoque para as questões dos judeus nos movimentos sociais, políticos, e culturais brasileiros.

As fontes utilizadas pela autora são oriundas da Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Arquivo do Conselho Ultramarino, Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além dos Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (impressos). Utiliza igualmente alguns autores, como: Manoel Guedes Aranha, João Lucio de Azevedo, Bernardo Pereira de Berredo, João Filipe Bettendorf, Hernani Cidade, Antonio Sérgio, Claude D'Abbeville, Antônio Gonçalves Dias, Bento Fonseca, Francisco Teixeira de Moraes, Frei Domingos Teixeira, e principalmente João Francisco Lisboa.

A autora tem grande gosto pelo inédito, sempre que apresenta um documento – como a carta de Manoel Beckman ao rei de Portugal,

ou as correspondências de Francisco de Sá Menezes com autoridades de Portugal – o faz com grande satisfação, ao ter a convicção de que seria a primeira pesquisadora a trabalhar com esses documentos. Esta é uma das poucas obras que se voltam diretamente à questão do levante de Beckman, mesmo que seu principal objetivo seja entender a questão judaica no Maranhão. A estrutura da narrativa se estabelece de forma cronológica no sentido evolutivo de tempo.

Ao longo do trabalho, percebeu-se que as pesquisas realizadas nos arquivos já citados irão compor as informações sobre a ascendência dos Beckman e a questão referente ao trabalho do Santo Ofício no Maranhão. Por outro lado, as questões a respeito do caráter de Manoel Beckman são baseadas nas informações de João Francisco Lisboa.

A conjuntura do levante de Beckman, em Liberman, é parecida com a dos outros autores, na qual o Maranhão é observado envolvido num corrupto regime político associado a um poder absoluto e a um clero dominante e abusivo, responsáveis pela instabilidade e desconfiças por parte da população. Além desses fatores clássicos da historiografia sobre o levante, a autora se ocupará de outro pouco conhecido: a questão da ascendência judaica da família Beckman.

Segundo a autora, os Beckman estavam arrolados na visitação do Santo Ofício no Maranhão, realizada em São Luís, entre os anos de 1678 e 1680, quando foram acusados de hereges. Teriam servido como testemunhas contra a família pessoas como Grácia Tapanhuna (escrava) e o Capitão-Mor Vital Maciel Parente; Beckman teria se posicionado contra sua nomeação. Segundo a autora, os testemunhos estão repletos de "ouvir dizer", ou melhor, todos sabem, mas ninguém viu os rituais praticados pela família, tidos como judaizantes.

Manoel Beckman casou-se com Maria de Almeida e Cáceres, e o irmão dele, Tomás Beckman, com Helena de Cáceres, sendo as duas irmãs. Segundo Maria Liberman: "a família Cáceres é conhecida em Portugal no século XVI. Encontramos também este nome na Inglaterra, Holanda, Quito e Peru. No auto de fé realizado em Lima, no

ano de 1639, foi penitenciado por judaísmo um Francisco de Cáceres" (LIBERMAN, 1983: 70).

O casamento entre os Cáceres e os Beckman é mais um indício que a segunda família era de ascendência judaica, uma vez que as pessoas casavam entre seus iguais, neste caso entre cristãos novos. Mesmo os colonos estando longe de Portugal e alguns cristãos novos serem grandes proprietários rurais, o estatuto de pureza de sangue impedia a união entre cristãos velhos e novos. Segundo a autora, João Francisco Lisboa fala da suspeita da ascendência judaica da família Beckman, fato que, conforme a historiadora, é confirmado em seu trabalho.

Segundo Liberman, pouco se sabe sobre Beckman, e as informações sobre sua pessoa se encontram na obscuridade da história, apesar de ter sido ele o organizador da resistência do Maranhão.

A autora afirma que quando o levante chegou ao fim, Beckman teria assumido sozinho a autoria do movimento. Sendo assim, é percebido como um autêntico revolucionário. Pois, quando organizou o motim, além de tentar salvar sua própria propriedade, ele o fazia principalmente para combater a situação vergonhosa e miserável a qual acometia os moradores do Maranhão. Porém, diferentemente do Beckman de alguns autores, ele não é percebido como um inconfidente, tendo em vista que seus objetivos eram unicamente combater as injustiças locais e, por outro lado, sempre buscava conciliação com a coroa.

Para a autora, Manoel Beckman foi vítima de vários insultos e perseguições, mas estaria disposto a sacrificar sua vida pelo povo; ele e seu irmão foram taxados como judeus hereges, termos bastante ofensivos para aquela sociedade colonial.

Quanto à suposta carta escrita por Beckman em 1679, Liberman coloca que o ele denunciou os governantes do Maranhão, os quais chegavam à Província pobres e em pouco tempo saíam ricos. O personagem, considerado um corajoso opositor, pede ao Rei, Dom Pedro II, uma solução em relação ao problema dos índios. A autora, porém, percebe ainda outras intenções na carta: se observarmos, ela

é escrita justamente entre os anos da visitação do Santo Ofício, sendo assim Beckman já estaria preparando sua defesa.

Para Liberman, Beckman estava disposto a mudar a situação do Maranhão com suas próprias mãos, disse que daria a vida pelo povo e o teria feito, uma vez que foi enforcado. Com a chegada de Gomes Freire de Andrade, a cabeça de Beckman foi posta a prêmio, e o único indivíduo que aceitou tal trabalho foi um antigo participante do levante, Lázaro de Melo, que teria capturado e conduzido Beckman à prisão.

Segundo a historiadora, no percurso da viagem, o líder do levante pediu a seu traidor que soltasse seu corpo das amarras e assim foi feito, pois todos na colônia eram cientes de seu caráter nobre. Por sua infâmia, Lázaro de Melo teria vivido o resto de sua vida na obscuridade e no desprezo de toda a população do Maranhão, até morrer anos depois de forma estranha, bem parecida com a de Beckman; citando o Padre João Filipe Bettendorf, Liberman escreve que até os céus reprovaram a atitude do traidor.

Maria Liberman coloca que a ascendência judaica dos irmãos Beckman aparece inúmeras vezes em documentos da época, tanto pelas autoridades como pelo povo. Essa declaração nos leva a pensar que Beckman teria dois motivos diretos para ser executado: o primeiro porque era chefe do levante, e o segundo por ser judeu. Como a lei que imperava naquela época não tinha por objetivos simplesmente punir o condenado, mas também coagir outras tentativas, dessa forma evitava outros levantes e amedrontava os judaizantes.

Mílson Coutinho: Beckman, o "sentinela da liberdade"

Mílson Coutinho nasceu em Coelho Neto - MA. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, ingressou na magistratura em 1994. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras.

Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1998-1999, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão para os anos 2004-2005 (COUTINHO, 2004).

A revolta de Bequimão, de Coutinho tem sua primeira edição em 1984, pela Secretária de Comunicação (SECOM) e pela Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (CECMA). Obra com 217 páginas, divide-se em quatro partes: a primeira fala dos tumultos e motins anteriores a 1684; a segunda reúne informações sobre a vida de Beckman; a terceira trata da revolta; e a quarta da repressão. Ao final do livro, temos um apêndice contendo documentos e iconografias.

A segunda edição saiu vinte anos depois, pelo Instituto Geia, em 2004, e constitui o volume IV da "Coleção Geia de Temas Maranhenses", edição revisada, agora com 332 páginas, mas a disposição do livro permanece a mesma. No final do livro, temos um apêndice contendo a transcrição da carta escrita por Manoel Beckman ao Rei de Portugal em 13 de Junho de 1679, quando de sua prisão no Forte do Gurupá, na qual pedia ordem régia para sair da prisão.

A revolta de Bequimão, de Milson Coutinho, foi encomendada pelo Governo do Estado em comemoração ao tricentenário da Revolta de Beckman ocorrida no Maranhão em 1684. Coutinho, em seu trabalho sobre Beckman, acaba fazendo uma história dos tumultos ocorridos no Maranhão, do motim de 1618 ao de 1684. Na sua descrição cronológica dos acontecimentos, o autor dará grande destaque a certos governadores. Diferente de outros autores que falam de Beckman somente no Maranhão, Coutinho faz um rastreamento desde seu nascimento em dia e mês não identificados na cidade de Lisboa até a morte dele em São Luís.

Milson Coutinho obteve manuscritos de várias instituições, como, por exemplo, do Arquivo da Biblioteca da Ajuda, Lisboa (entre os vários documentos localizou a carta de Beckman), Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Atas das Câmaras Municipais de São Luís e Belém), Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Arquivo Nacional

da Torre do Tombo (Lisboa), Biblioteca Eborense (Évora, Portugal) e Anais da Biblioteca Nacional (Livro Grosso do Maranhão).

Utiliza autores como: Claude D'Abbeville, Cândido Mendes de Almeida, Bernardo Pereira de Berredo, João Filipe Bettendorf, Raimundo José de Sousa Gaioso, Henrich Handelmann, César Augusto Marques, Mário Martins Meireles, José de Morais, Francisco Teixeira de Morais, Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen, Jerônimo de Viveiros, Rocha Pombo, entre outros, principalmente João Francisco Lisboa. Os autores elencados acima, além de estarem presentes na bibliografia, são citados inúmeras vezes no corpo do trabalho.

Os manuscritos consultados pelo autor na construção da narrativa sobre Beckman foram usados de forma factual, a exemplo das informações sobre a infância dele, ou para indicar a morte do personagem no dia dez, e não dois de novembro de 1685, como colocam os outros autores. Quando fala da revolta ou da repressão, segue a mesma linha dos autores que escrevem a partir de Varnhagen e Lisboa. O trabalho de Milson Coutinho é repleto de transcrições de documentos da época e de citações de autores consultados na construção de sua narrativa ao longo do corpo do texto. Sempre que fala de um acontecimento, coloca uma citação ou trechos de algum documento; creio que o faz para mostrar sua pesquisa como o trabalho de um "historiador".

Para o autor, o Maranhão palco da revolta encontrava-se numa época de miséria generalizada onde faltava até trigo para a fabricação das hóstias, por isso, até as missas foram suspensas; sendo assim, a capitania é representada sob as roupagens decadentistas. A instalação do estanco serviu com estopim para o levante. Coutinho diz que Beckman não podia ficar indiferente a tantas atrocidades daquele momento "infernol e desolador" pelo qual passava o povo.

Coutinho fez um rastreamento da vida de Beckman desde sua infância em Lisboa, tendo em vista que Europa naquele momento vivia um verdadeiro horror com as sangrentas guerras religiosas, a exemplo

dos tumultos de Évora. Seria nesse clima de opressão e desejo de liberdade que o personagem passaria sua infância. Segundo o autor:

o horror à injustiça, que nessa idade vai assentando bases na psicologia do adolescente, terá operado em Bequimão os primeiros lampejos de sentinela da liberdade, e aquelas reações normais e entendíveis contra o cativo, a opressão e a injustiça social (COUTINHO, 2004: 116).

O autor vai buscar na infância do personagem e na situação em que se encontrava Portugal um motivo para legitimar Manoel Beckman como o primeiro herói a lutar pela liberdade do povo brasileiro. Buscando enaltecer seu herói, Coutinho coloca que até o trato com os índios era diferente dos outros fazendeiros, pois recebiam pagamentos justos por seus trabalhos, além da amizade e respeito que tinham por Beckman. Informa ainda que não houve nenhum conflito nem acusações de maus-tratos contra os índios de sua fazenda.

O autor faz críticas ácidas a autores como Francisco Teixeira de Moraes e Domingos Teixeira, ambos eram cronistas e contemporâneos do levante de 1684, porque eles atribuem elementos de natureza baixa ao caráter de Beckman. Coutinho coloca ainda que as acusações feitas ao líder do levante são injuriosas, sendo que nenhum documento analisado sobre o período comprova tais insultos, a exemplo da possível união de Manoel Beckman com piratas.

Se analisarmos o lugar dos dois autores criticados por Coutinho, perceberemos que ambos estão ligados diretamente à máquina administrativa do Estado português no Maranhão. Frei Domingos Teixeira escreve um trabalho sobre a vida de Gomes Freire, e nessa biografia, segundo Coutinho, ele não teria economizado elogios ao governador; por outro lado, transforma Beckman em um desordeiro do sossego público.

O autor aduz que em alguns momentos os revolucionários cometeram alguns atos condenáveis comuns a esse tipo de

movimento, mas não cita quais, exceto invasões de casas para prender os opositores do levante. Porém, Beckman, homem de formação cristã e princípios reconhecidamente nobres, impediu que houvesse crimes de morte e desonras a senhoras e donzelas, nem sacrilégio aos sagrados templos.

Segundo Coutinho, após a expulsão dos jesuítas, o levante começou a esfriar e perder forças de forma gradativa, as pessoas se cansaram da vida militar; nem mesmo a eloquência do personagem conseguiu despertar o povo de sua covardia. Mesmo já sabendo da derrota do levante, Beckman manteve a coragem de sempre ao recusar o suborno de quatro mil réis e perdão geral aos líderes oferecidos por Hilário de Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo, que acompanhava o substituto do capitão-mor Baltazar Fernandes, de nome Miguel Belo da Costa. Não aceitou tal oferta, pois só obedeceria a ordens do Príncipe Regente. Com a chegada de Gomes Freire, Beckman encontrava-se sozinho em busca de um novo fôlego para o levante, porém inútil, já que uma das primeiras medidas do novo governo foi oferecer recompensa a quem prendesse o líder do movimento. Para sair da cidade rumo ao Mearim, Beckman bateu em várias portas, mas todas se fecharam por pura covardia, até que uma viúva, "corajosa mulher maranhense", o ajudou em sua fuga. Percebemos certa euforia na expressão mulher maranhense, como se o autor a percebesse a partir de uma identidade e força que só existia no Maranhão.

Para Milson Coutinho, algo que parecia impossível entre os moradores do Maranhão, que era ter a infâmia de prender Beckman, contrariando a todos, logo se apresentou para a tarefa Lázaro de Melo de Freitas, afilhado e amigo pessoal, além de ter participado ativamente do levante. Coutinho chama Lázaro de Melo de "Judas Redivivo"; se Judas teria voltado à vida para uma nova traição, é porque teria aparecido um novo "Jesus Cristo", na pessoa de Manoel Beckman. Da mesma forma que Judas teria andado ao lado de Cristo e seus Apóstolos, teria Lázaro de Melo andado junto com Beckman e seus

amotinados. No dia dez de novembro de 1685, Beckman foi enforcado e teria encarado a face da morte com a coragem dos homens honrados, que além de pedir desculpas pelas suas ofensas, disse que "morria contente pelo povo do Maranhão," uma vez que, desde o início, trouxe para si a luta que era de toda a população. Coutinho afirma ainda que "a execução estúpida e comovente ocorreu na Praia Pequena, cenário natural daquele martírio heroico" (COUTINHO, 2004: 273).

Mílson Coutinho coloca que Beckman foi e é digno do respeito de todos. E a memória, "para a reflexão da posterioridade, precisa ser urgentemente erigida em bronze e mármore." Tendo em mente que a obra *A revolta de Bequimão* é feita visando às festividades do tricentenário da revolta de 1684 e encomendada pelo Estado, percebemos na narrativa do autor o desejo de criação de um herói maranhense e até mesmo nacional. Tomando por base a ideologia da singularidade, seria o Maranhão o primeiro estado da federação a ter um movimento revolucionário. Nesse sentido, o autor afirma que: "Manuel Beckman se antecipou a Jefferson, Tiradentes e Bolívar".

Do inferno ao paraíso: as metamorfoses de Manoel Beckman

A revolta de Beckman, que ocorreu em 1684, tornou-se objeto de pesquisa para inúmeros estudos de caráter histórico, dos quais analisamos trabalhos de oito autores, distribuídos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Partimos do trabalho de Bernardo Pereira de Berredo e concluímos com o de Mílson Coutinho, com o objetivo principal de compreender como cada autor constrói a imagem de Manoel Beckman.

Os autores trabalhados formam dois blocos bem definidos quanto ao entendimento do caráter de Beckman. Um bloco compreende autores como Bernardo de Berredo e Robert Southey, o outro está representado por João Lisboa, Adolfo de Varnhagen, Barbosa de Godóis, Mário Meireles, Maria Liberman e Mílson Coutinho. No primeiro bloco estão

inseridos os autores que escreveram no momento em que o Maranhão e o Brasil são simplesmente colônias portuguesas, objetos de exploração. Já o segundo se faz representar por autores de um Brasil nação, ou melhor, é uma história escrita por maranhenses e brasileiros.

Apesar dos autores terem compreensões diferentes sobre o personagem, suas narrativas parecem surgir de um tronco comum, já que os enredos trazem no seu corpo informações bem próximas umas das outras. O tronco comum parece culminar para a crônica do padre João Filipe Bettendorf, que foi expulso do Maranhão juntamente com os outros jesuítas; outras informações complementares são retiradas de dois outros cronistas também contemporâneos do levante de Beckman, são eles: Francisco Teixeira Morais e Domingos Teixeira. O que denominamos de tronco comum seria um trabalho primeiro, para o qual de alguma forma os outros trabalhos convergem.

Mesmo as narrativas partindo de um tronco comum, com os passar dos tempos, a imagem de Beckman foi se metamorfoseando de acordo com o lugar, o tempo e os interesses de cada autor, a infâmia em um converte-se em heroísmo em outro.

Bernardo Pereira de Berredo, em seus *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, que narra os acontecimentos desde o descobrimento até o ano de 1718, percebe Beckman como alguém voltado para a "confusão", cuja sua maior qualidade era a "dissimulação". Essa visão é facilmente compreendida, pois o autor foi governador daquela capitania, estava a serviço da coroa portuguesa. Robert Southey, em sua *História Geral do Brasil*, tendo como principal referência o trabalho de Berredo e o de Domingos Teixeira, biógrafo de Gomes Freire, percebe o personagem como um "demagogo", um autêntico "caudilho popular". Apesar de ser inglês, o autor parece ter grandes interesses em agradar as autoridades portuguesas; a obra de Southey abrange até a transferência da família real para o Brasil.

Com Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa, vemos surgir um Beckman com outras roupagens, revestido de puro heroísmo.

Essa vertente denominar-se-á de "pós-independência". A partir desse momento, no qual o Brasil deixa de estar vinculado ao estatuto de colônia e reino unido, esses autores buscaram forjar uma história nacional com sua galeria de heróis. Raoul Girardet, afirma que "todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história" (GIRARDET, 1987: 82). Pode-se, a partir desta reflexão, compreender as metamorfoses de Beckman no Brasil independente.

Varnhagen escreve entre os anos de 1854 e 1857 uma história do Brasil. Sendo uma obra de caráter geral, o autor dedicou poucas páginas para falar do levante de Manoel Beckman, mais suficientes para transformá-lo num verdadeiro herói, que teria organizado uma "revolução respeitável".

João Francisco Lisboa escreve, nesse mesmo período (1854-1858), uma história geral do Maranhão (*Jornal de Timon*), mas diferentemente de Varnhagen, dedicou sete capítulos de seu trabalho para falar de Beckman e seu levante. Para o autor, o personagem tinha um caráter "nobre e elevado." Lisboa eleva-o a tal ponto que muitas vezes percebemos algo parecido com a vida dos santos, num misto de benevolência e compaixão para com o próximo.

São nos trabalhos de Lisboa e Varnhagen que vemos aparecer a célebre frase atribuída ao personagem, que "pelo povo do Maranhão morria contente"; o padre Bettendorf, em sua crônica sobre o momento da morte de Beckman, diz que este morreu bem. Porém, segundo Robert Southey, apoiado na obra de Domingos Teixeira, Beckman na hora da morte teria confessado ter tentado matar a tiros Gomes Freire no momento do desembarque.

João Francisco Lisboa considera o trabalho de Bernardo de Berredo uma simples crônica dos acontecimentos militares, religiosos e políticos (LISBOA, 1976: 56), e o acusa de destorcer os acontecimentos de 1684, quando afirma que o estanco teria sido

recebido pela população com grande satisfação. Segundo Lisboa, todos os documentos contemporâneos ao movimento desmentem tal afirmação.

A obra de Lisboa servirá como base para todos os outros autores que se voltaram a escrever sobre o motim de 1684. Barbosa de Godóis, já na República, escreveu uma história do Maranhão, na qual dedica um capítulo para falar do levante de Manoel Beckman; a obra, editada em 1904, traz em sua essência o personagem criado por Lisboa, o qual seria considerado o primeiro a lutar pela liberdade do Brasil, devido a sua "altivez de espírito".

Mário Martins Meireles, em sua obra geral de história do Maranhão, editada em 1960, enveredará a construir um personagem percebido como um "altivo chefe revolucionário" que teria se dedicado a lutar pela causa pública. Percebemos também que o trabalho de Meireles, em vários pontos, se aproxima da narrativa de Godóis: os elementos e acontecimentos para enaltecer o caráter de Beckman são os mesmos, a exemplo, da oposição a Vital Maciel Parente, para o cargo de Capitão-mor do Maranhão. Meireles se aproximará de Godóis até mesmo nas considerações sobre sua obra; assim como o primeiro, o segundo, utilizando-se de certa modéstia, diz que não se considera um historiador e que seu objetivo seria apenas reunir documentos sobre o Maranhão para servir às futuras gerações, já que as existentes eram muito raras.

Dos autores analisados, Maria Liberman é a única historiadora de formação; escreve uma obra datada de 1983 sobre o levante do Maranhão, destacando a suposta ascendência judaica de Manoel Beckman, feita inicialmente como dissertação de mestrado. Liberman irá discutir a questão dos cristãos novos no Maranhão através da visitação do Santo Ofício, que arrola a família Beckman nos processos inquisitoriais. Liberman cria uma imagem de Beckman bastante positiva, na qual é percebido como um autêntico "revolucionário" que lutava para livrar o Maranhão de sua situação miserável. Para

Liberman, João Lisboa é o melhor cronista do levante de Beckman e o primeiro a entender o movimento a partir de leituras dos documentos de época. Em contrapartida, critica o trabalho de Domingos Teixeira, alegando que ele teria distorcido a realidade.

Milson Coutinho escreveu uma obra denominada *A Revolta de Bequimão*, editada em 1984, em comemoração ao tricentenário do motim de 1684; a obra foi encomendada pelo governo do estado. Diferentemente dos outros autores que falam de Beckman só no Maranhão, Coutinho narra a trajetória do personagem desde sua infância em Portugal até sua morte em São Luís. Assim, de uma infância turbulenta, devido aos conflitos na metrópole, Beckman tornou-se a "sentinela da liberdade", homem de "formação cristã" e "princípios nobres".

Coutinho critica Robert Southey e por tabela Domingos Teixeira, pelo suposto envolvimento de Beckman com piratas, chama de acusação infundada, uma vez que, em confronto com a documentação examinada, não teria qualquer sustentação ou fundamento. Coutinho segue a mesma linha de Lisboa quanto ao caráter de Beckman, estando seu trabalho repleto de citações dele. Diferentemente dos outros autores, que colocam o dia 2 de novembro de 1685, para a execução do personagem, Coutinho diz que tal fato ocorreu no dia 10 do mesmo mês e do mesmo ano.

Os autores de Berredo até Coutinho, de forma quase unânime, falam do Maranhão com uma capitania marcadamente pobre, sinalizando para avareza e corrupção dos dirigentes e o agravamento da situação com a implantação do estanco. Parecem corroborar, também, a ideia do caráter elevado de Beckman, quanto ao momento da sua prisão, por Lázaro de Melo de Freitas, quando o personagem teria pedido para lhes soltar as amarras, que não esboçaria nenhuma reação, e assim foi feito.

Outro ponto comum entre os oito trabalhos é o desprezo com que Lázaro de Melo é retratado nas narrativas, sendo chamado por Milson Coutinho de "Judas redivivo," e por Meireles de "mancha da

história maranhense". A morte do traidor de forma parecida com a de Beckman, enforcado em seu engenho por acidente, é percebido em alguns autores como um castigo dos céus. Essa questão do castigo divino sobre Lázaro de Melo é criada por João Filipe Bettendorf e depois foi apropriada pelos autores analisados.

Por outro lado, percebe-se como um mesmo fato ou personagem toma conotações diferentes de um autor para outro: se em Berredo, Thomas Beckman é percebido como um homem de melhores intenções que Manoel Beckman, em Lisboa ele nem de longe se aproxima da altivez do irmão, apesar de ser considerado um sujeito muito culto pelo autor. O estabelecimento do estanco segundo Berredo e Southey ocorreu com a aprovação de toda a população, já para João Lisboa e os autores que escrevem depois, o monopólio foi posto em prática sem o consentimento do povo e debaixo de muitas ameaças feitas pelo então governador Francisco de Sá Menezes.

Segundo Bernardo de Berredo e Robert Southey, durante o levante do Maranhão, ocorrem muitos insultos e alguns assassinatos, porém, de João Lisboa a Coutinho, não vemos menção de crimes contra a vida; Milson Coutinho diz que houve alguns insultos típicos daquele movimento, mas nunca desonras a senhoras e donzelas. O mesmo ocorre com a suposta recusa do suborno, de quatro mil réis e perdão geral para a população: Berredo e Southey veem com desconfiança tal gesto de Beckman, por outro lado, Lisboa e companhia têm esse ato como o maior exemplo de bravura e nobreza de caráter.

Com exceção de Maria Liberman, todos os autores são funcionários públicos, seja da colônia, do império ou da república, e tal característica pode ter influenciado as construções históricas sobre Beckman, vendo-o sempre em uma relação de positividade ou negatividade em relação ao governo e à "nação".

Se, na colônia, Beckman é representado como um infame desordeiro com a obra de Berredo, já no império e na república, ele passa a ser um herói, com as obras de Varnhagen e João Lisboa;

percebemos essas mudanças nas representações de Beckman, como uma metamorfose da negatividade do personagem em Berredo para uma positividade em Lisboa. Sendo o Brasil um país independente, os autores buscam construir um herói nacional e irão encontrá-lo na colônia na pessoa de Manoel Beckman. Autores como Barbosa de Godóis, que tem a colônia como um período de grande vulto do Maranhão, além de ser representante da ideologia decadentista, a revolta de Beckman lhe servirá de terreno fértil para forjar um herói.

Mílson Coutinho busca construir mais uma singularidade para o Maranhão, ao falar que "Manuel Beckman se antecipou a Jefferson, Tiradentes e Bolívar". Assim, o primeiro libertador seria maranhense.

Depois de analisarmos os autores propostos e dispensadas as singularidades de cada trabalho, percebemos, de forma geral, duas formas distintas de representações sobre Manoel Beckman. Na visão dos autores que escrevem antes da independência, o personagem é descrito como desordeiro, criminoso, pirata e dissimulado; já para aqueles do pós-independência, Beckman é apontado como revolucionário e herói. Essas mudanças são passíveis de explicação, uma vez que cada autor representa os interesses de sua época, ou como afirma João Batista Bitencourt, "a história é filha de seu tempo" (BITENCOURT, 2008).

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, Frank. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia* São Paulo: Contexto, 2008.
- BANDECCHI, Brasil. Introdução. In: SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 3. ed. Tomo IV. São Paulo: Obelisco, 1965.
- BEREZIN, Rifka. Apresentação. In: LIBERMAN, Maria. *O levante do Maranhão "judeu cabeça do motim": Manoel Beckman*. São Paulo: FFLCH/USP-Centro de Estudos Judaicos, 1983.

- BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1998.
- BETTENDORF, João Filipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1909.
- BITENCOURT, João Batista. *Cem anos de história: reflexões acerca de uma cartografia da historiografia maranhense no século XX*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: memória, cultura e identidade. *Anais...* Teresina, 2010.
- _____. Entre o rosto e o retrato: o movimento dos Farrapos em Santa Catarina sob o olhar republicano. *Revista História Catarina*, 2008.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. O significado de Mário Meireles. *Jornal O Estado do Maranhão*, São Luís, 21 maio 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COUTINHO, Mílson. *A Revolta de Bequimão*. 2. ed. São Luís: GEIA, 2004.
- FREIXO, Andre de Lemos. José Honório Rodrigues: os clássicos e uma possível identidade historiográfica brasileira (décadas de 1940-80). In: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, Rio de Janeiro, 2008. *Anais...*, 2008.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLENISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.
- GODÓIS, Barbosa de. *História do Maranhão*. 2. ed. São Luís: AML; EDUEMA, 2008.
- GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *História Unisinos*, 2009.

- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.
- LIBERMAN, Maria. *O Levante do Maranhão "Judeu Cabeça do Motim:"* Manoel Beckman. São Paulo: FFLCH/USP-Centro de Estudos Judaicos, 1983.
- LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a História do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Jornal de Timon*. Tomo II: apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão. Brasília: Alhambra, 1990.
- KOTHE, Flávio René. *O herói*. São Paulo: Ática, 1985. v. 2.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008.
- MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 4. ed. Imperatriz: Editora Ética, 2008.
- MORAES, Francisco Teixeira. Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luis do Maranhão com os sucessos mais notáveis que nele aconteceram. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877 [1692].
- ODÁLIA, Nilo. Introdução. In: ____ (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, s/d.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Obelisco, 1965. v. 4.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo III. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 3. ed. Brasília: UnB, 1995.

A experiência do passado: a escrita da história como discurso da civilização

Rodrigo Machado da Silva

O presente texto como proposta central a análise dos aspectos políticos e historiográficos de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927). Entre a crise do Império e a consolidação da República, no Brasil, Vasconcellos foi um grande defensor das tradições conservadoras mineiras e da Monarquia. Essa marca do tradicionalismo pode ser percebida tanto em sua prática política quanto na historiográfica. Nesse contexto, nosso trabalho traz uma explanação acerca de alguns pontos relacionados às discussões políticas envolvendo Diogo de Vasconcellos, e as possíveis influências que isso trouxe pra a escrita da história desse intelectual.

Vasconcellos fora escolhido como referência para este trabalho por identificarmos uma lacuna nos estudos sobre a escrita da história mineira, na qual ele se mostra uma peça fundamental. Ao longo de nossa pesquisa percebemos que o arcabouço retórico de Vasconcellos foi constituído pelo constante diálogo entre as várias instâncias em que atuou: na *jurisprudência*, na *política*, no *jornalismo* e na *escrita da história*. Um indivíduo que estava inserido nos debates políticos de sua época e com grande notabilidade, mas que ainda possui uma carência de estudos dedicados a ele.

Autor das clássicas *História Antiga das Minas Gerais* (1904) e *História Média de Minas Gerais* (1918), consideradas duas obras primordiais para o estudo da história colonial mineira, os trabalhos sobre Diogo de Vasconcellos ainda se limitam muito ao cotejamento desses dois livros. Sua atuação como historiador é sempre mais salientada por seus comentaristas. No entanto, identificamos que

a visão de história vasconcelliana respondia diretamente a uma tradição política fortemente compartilhada por ele até os primeiros anos do século XX.

O que cabe ser inicialmente destacado neste trabalho, ponto chave de em nossa análise, é a marcante característica tradicional-conservadora de Diogo de Vasconcellos. A tradição defendida por ele pode ser entendida como uma resposta a um tempo de significativas transformações causadas, principalmente, com o advento da República e a transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, que expunha a ruína de um projeto monárquico que perdia a estabilidade desde pelo menos a década de 1870, considerada pela historiografia como marco inicial de tais mudanças. Para Ângela Alonso,

a conjuntura em que o movimento intelectual da geração de 1870 surge é a hora de processamento político de uma mudança estrutural: os fundamentos coloniais da formação social brasileira, a forma patrimonial do Estado e o regime de trabalho davam sinais de desagregação (ALONSO, 2002: 41).

Membro de uma das mais tradicionais famílias mineiras dos séculos XVIII e XIX, Diogo de Vasconcellos nasceu na cidade de Mariana, a 8 de maio de 1843. Filho do Major Diogo Antônio de Vasconcellos e D. Luísa Rocha de Almeida. Seus avós paternos eram D. Ana Rosa Barradas e Coronel-de-Cavalaria Joaquim da Cunha e Castro. Era bisneto do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos (autor da célebre *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*) e de D. Maria do Carmo Barradas. Seus avós maternos eram D. Henriqueta Firmina da Rocha e do Coronel-de-Caçadores Joaquim José de Almeida. Bisneto do conselheiro José Joaquim da Rocha e de D. Maria Joaquina de Souza. Ainda, Diogo de Vasconcellos foi sobrinho-neto de Jerônimo Pereira de Vasconcellos, o visconde da Ponta da Barca, em Portugal e dos notáveis conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos e Bernardo Pereira de Vasconcellos, um dos maiores estadistas do Império.

Diogo de Vasconcellos teve ao longo de sua formação uma educação fervorosamente católica, marca que também foi fundamental para o desenvolvimento de seus projetos intelectuais e políticos. Fez seus estudos iniciais em Humanidades no Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, passando também uma temporada no Santuário Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo. De Minas para o Rio de Janeiro, onde estudou por três anos no Mosteiro de São Bento, antes de se graduar em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

É extremamente difícil definir a origem da postura conservadora de Vasconcellos. Muito provavelmente advém de sua formação tanto dentro de casa, uma vez que sua tradicional família sempre foi fervorosamente católica, quanto sua formação no Seminário. Não obstante, seus biógrafos fazem questão de enfatizar que essas eram suas características mais latentes. No depoimento de José Luís de Almeida Nogueira, Vasconcellos era possuidor de uma "inteligência superior, lúcida e profunda; alma rígida, de atleta, atraída pela resistência e ávida de lutas e sacrifícios. Cedendo talvez a uma solicitação psicológica, ele exagerava, no turbilhão liberal da Academia, ideias e sentimentos reacionária" (MAGALHÃES, 1974: 32). Nesta citação podemos perceber que o discurso vasconcelliano ia de encontro a uma época de liberalização política que se instaurava no Brasil nos finais da década de 1860 e início da de 1870, marcando historiograficamente aquilo que conhecemos como a Crise do Império.

O jornalista mineiro Mário Mattos, outro biógrafo de Vasconcellos, afirma que autor das Histórias de Minas Gerais era em tempos de estudante um tanto espirituoso. Segundo Mattos, mesmo Vasconcellos não sendo exatamente muito "ordeiro", possuía uma capacidade de assimilação que deixava seus colegas impressionados. No discurso do jornalista, por ocasião de sua posse da cadeira – antes pertencente a Vasconcellos – na Academia Mineira de Letras, a 9 de julho de 1928, destacou o lado "boêmio" de seu patrono. A impressão inicial que se

tem em seu discurso é que Diogo de Vasconcellos era muito mais liberal do que conservador, mas logo o orador tira a ambiguidade afirmando que "Já por aquela quadra se confessava ultracatólico e conservador". Mattos completava dizendo que "a boemia de Diogo é o espetáculo de sua bondade cristã" (MATTOS, 1928: 184).

Ainda na faculdade de Direito houve uma passagem curiosa, que tanto Mário Mattos quanto Basílio de Magalhães, no prefácio da edição de 1948 da *História Antiga das Minas Gerais* registram: o fato de Diogo de Vasconcellos ter ingressado para a Maçonaria. Vasconcellos não negava a sua participação na confraria, mas sempre se justificou afirmando que foi um erro de jovem, ficando pouco tempo na instituição. Segundo ele, logo viu a inutilidade da irmandade, associando as recomendações da Igreja contra a Maçonaria, abandonando rapidamente a loja que frequentava. Em um discurso na Câmara dos Deputados Império, Vasconcellos argumentava:

Entrei para uma loja em S. Paulo nos meus tempos de estudante, quando a idade ainda pode atenuar os nossos erros. Frequentei a augusta oficina algumas vezes; mas mostrei tão pouca aptidão para pedreiro livre, que nunca passei de servente. Depois que me desenganei e vi que de todo não tinha mesmo vocação para o ofício, deixei de frequentar a loja e abandonei os companheiros dos passos perdidos (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20/06/1874: 331).

Outro elemento importantíssimo de nosso estudo, e que ganhará uma atenção muito especial neste trabalho é a escrita da história de Diogo de Vasconcellos. Com a passagem do regime monárquico para o republicano, Minas iniciou um período de renovação política e cultural. Nasce com o novo regime um anseio por modernização, a fim de deixar o Estado nos moldes de civilizações mais avançadas do final do oitocentos. Houve naquele momento a inauguração de um novo regime de historicidade no estado. Antes de 1889 a percepção de tempo histórico nas Minas estava muito atrelada à imagem do Império,

o que para os republicanos constituía uma noção de atraso, devido à crise que se instalara na monarquia, e o novo regime procuraria romper com a antiga e consolidar uma moderna ideia de tempo histórico (MEDEIROS; ARAUJO, 2007: 29). Mais do que a constituição de um saber, a história tinha uma função política.

Minas, assim como em outros estados, sofreu algumas significativas mudanças com a proclamação da República. Ouro Preto, símbolo do regime monárquico, perde a sede do governo para uma cidade completamente nova; as bases do antigo regime são substituídas gradualmente pelas do novo recém-implantado, e o discurso liberal rompe com todo um idioma conservador que durante o século XIX teve grande força na região. No entanto, é ingenuidade afirmar que devido a essas mudanças estruturais na política brasileira Diogo de Vasconcellos fosse alheio a isso. Após 1889, Vasconcellos se afasta do cenário político, mas esteve integrado ao intelectual. Polígrafo atua como jornalista e historiador, sendo considerado por muitos como o primeiro historiador de ofício do estado de Minas Gerais.

A escrita da história nesse momento foi uma importante aliada na construção de projetos de ordem política. O conhecimento do passado histórico do estado permitia uma autovalorização e legitimação dos poderes políticos e econômicos de Minas. Agremiações dedicadas à constituição da memória mineira foram criadas. O programa de construção arquivística de sua história teve início em 1895 com a fundação do Arquivo Público Mineiro (APM), e posteriormente, em 1907, foi ratificado com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

Houve na passagem do século um movimento de reconstruir o passado glorioso do estado para impulsionar o futuro da região. A partir desse movimento identificamos duas possibilidades de recuperação desse passado. Um defendido por um grupo mais conservador, que podemos exemplificar na figura de Diogo de Vasconcellos. Ela trabalha com a ideia de que a história colonial mineira é o momento inicial da

constituição da civilização brasileira, fazendo parte de um processo evolutivo que culminou na modernidade republicana. Não há etapas da história que são melhores ou piores, mas a história colonial era vista como uma fase opulenta e que merecia um maior destaque, e servia de exemplo para o presente mineiro.

A história colonial mineira é também considerada, para o segundo grupo, como idade do ouro. Para ele, esse é o momento em que o Brasil começou a ter maior contato com a cultura europeia. Minas era o principal elo da Colônia com a civilização ocidental. No entanto, não viam a história como um processo de evolução positiva. O momento colonial, principalmente no que se diz sobre os movimentos sediciosos, foi marcado por uma oposição a uma ordem monárquica de caráter negativo, constituindo os germens do republicanismo brasileiro. O Império é a idade das trevas, momento de declínio de Minas, de uma ruralização que impediu o avanço da região. A República surgia para reverter esse quadro.

O Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais surgiram para dar condições à construção do passado histórico mineiro. Duas instituições com características semelhantes, mas que ocupavam espaços diferentes dentro do contexto político-social mineiro no início da República. Enquanto o APM era um órgão oficial do Estado, ligado diretamente com os interesses do governo, o IHGMG surgiu de um movimento civil, vinculado com a política estadual, mas não como uma repartição pública. No entanto, seus membros e projetos eram comuns, sendo que o IHGMG claramente era apontado como uma instituição que surgia para ser complementar ao APM.

Não apenas essas instituições como plataforma conjunta e institucional serviram como os principais veículos de construção da memória histórica de Minas, mas as próprias obras de Diogo de Vasconcellos, ao menos as Histórias de Minas Gerais, contribuíram fundamentalmente para se delimitar os primeiros estudos sistematizados de uma historiografia muito recente, que é a das Minas

Gerais republicana, marcada por uma disputa de cânones, envoltos a uma tensão entre liberais e conservadores, e que até hoje não é possível apontar um grande vencedor.

Aspectos da tradição

Reinhart Koselleck utiliza-se de duas categorias que possibilitam a compreensão do tempo histórico, que dá conta do entrelaçamento entre passado e futuro. São elas: "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" (KOSELLECK, 2006). A experiência, segundo o autor, é o passado atual, aquele em que os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Aqui, fundem-se tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão ou não precisam mais estar presentes no conhecimento. A experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, está sempre contida e é conservada por uma experiência alheia. Quanto à expectativa, Koselleck diz que pode se esperar o mesmo. Ela ao mesmo tempo é ligada à pessoa e ao interpessoal. A expectativa se realiza no hoje, é uma espécie de futuro presente, que se volta para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (KOSELLECK, 2006: 309-310).

A experiência não pode ser cronologicamente mensurável, mas pode ser datada conforme aquilo que lhe deu origem, pois é composta a cada momento de tudo que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. De acordo com Koselleck, não se pode deduzir expectativas apenas da experiência. Quando as coisas acontecem de modo diferente do que se espera, o autor diz que se recebe uma lição. No entanto, é também um equívoco não basear as expectativas na experiência. As coisas podem acontecer diferentemente do que se espera. O futuro histórico, para Koselleck, nunca é o resultado puro e simples do passado histórico. As experiências adquiridas podem

ser corrigidas, modificadas com o tempo, pois é possível que novas experiências abram perspectivas diferentes. Nós aprendemos com o tempo e reunimos novas experiências (KOSELLECK, 2006: 311-312).

O tempo histórico surge, na concepção do autor, com a tensão entre experiência e expectativa, que de formas diferentes suscitam novas soluções. Não há a possibilidade de se conceber uma relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Eles constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual (KOSELLECK, 2006: 313-314).

O Brasil do século XIX organizava-se em um espaço marcado pela descontinuidade de um sistema em ruínas. Na medida em que os traços de alteridade de um país independente se firmavam, o trato com o tempo se modificava. Se em um momento anterior a experiência com o tempo se dava de uma forma mais larga, ou seja, o presente se relacionava de uma forma mais íntima e concomitante com o passado e o futuro, no oitocentos, principalmente a partir de 1830, houve uma aceleração do tempo e o passado afastou-se do presente, e este começou a projetar o futuro mais distante (ARAUJO, 2003: 124). As três formas convencionais de dividir o tempo já não se encontravam no mesmo patamar.

Novas formas de socialização propiciavam a circulação de ideias, valores e hábitos associados ao progresso e à democracia. A imprensa impunha-se como um significativo instrumento para a difusão das ideias que circulavam no país. Aos poucos, afirma Ilmar de Mattos, foram crescendo no Brasil o prestígio do elemento militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência vinculados às representações positivistas. O sentimento aristocrático aos poucos era substituído por um sentimento democrático. O primeiro era símbolo da sociedade monárquica, enquanto o segundo era a representação do novo modelo republicano (MATTOS, 1989: 165-166).

Frente ao alargamento do tempo histórico, que se intensificava com o avançar da segunda metade do século XIX, trazendo em seu

bojo inovações de todas as ordens, sejam elas políticas, sociais, artísticas ou intelectuais, Diogo de Vasconcellos produzia um discurso de manutenção de uma tradição advinda das bases conservadoras de sua formação. Da crise da Monarquia, que se instaurou no país a partir do início da década de 1870 à consolidação da República nos primeiros anos do século XX, Vasconcellos representava o Partido Conservador, a família mineira e o cristianismo católico, pilares da moral.

Pedro Noleto, em artigo publicado no Jornal da Câmara dos Deputados em 18 de outubro de 1999, diz que a Questão Religiosa foi um dos principais problemas vividos pela décima quinta Legislatura, de 1872 a 1875, que Diogo de Vasconcellos integrava. Essa "questão", segundo Noleto, se processou no âmbito do Executivo, do Judiciário e do Conselho de Estado. No entanto, tal problema também interessava à Câmara dos Deputados, pois se travava de uma luta entre, de um lado, o liberalismo radical e o republicanismo e, de outro lado, os poderes imperiais assegurados pela Constituição (NOLETO, 18/10/1999). Diogo de Vasconcellos, representando Minas Gerais, e Leandro Bezerra, por Ceará foram os principais defensores dos bispos na Assembleia.

Antes de expor a atuação de Vasconcellos na Câmara dos Deputados acerca dessa "questão", devemos, em linhas gerais, contextualizar o ocorrido. De acordo com Emilia Viotti da Costa, o papel da Questão Religiosa, considerada como um dos pilares da crise monárquica teve o seu lugar subestimado na proclamação da República, embora não possa ser considerada como uma das mais influentes. Segundo a autora, esquece-se que essa questão dividiu a nação em dois grupos: os que eram favoráveis aos bispos e os que se manifestavam de acordo com o governo. A própria Igreja estava dividida, o que desencadeou a crise (COSTA, 1979: 298).

Dentre os principais incidentes envolvendo o conflito entre o Estado e a Igreja, o primeiro ocorreu em março de 1872, quando o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda suspendeu o uso de ordens sacras do padre Almeida Martins, para lembrá-lo dos cânones

católicos contra a Maçonaria, quando este proferiu um discurso em homenagem ao Visconde de Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros, em contentamento pela Lei do Ventre Livre.

Posteriormente a este ocorrido, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, determinaram que as Ordens Terceiras e Irmandades, que lhes cabiam, excluíssem seus membros que também integrassem a Maçonaria. Tais Ordens desobedeceram às determinações dos respectivos bispos, que lançaram interditos canônicos sobre as capelas ligadas as entidades desobedientes. Inconformados com as atitudes dos bispos apelaram para o imperador, alegando abuso de poder por aqueles. O imperador, por sua vez, acolheu o recurso das Irmandades.

Os bispos receberam um aviso oficial do ministério do Império, no qual os eclesiásticos deveriam declarar sem efeito os seus atos, uma vez que a constituição das Ordens Terceiras e Irmandades do Brasil era de exclusiva competência do poder civil, e as atitudes de Dom Vital e Dom Macedo iam de encontro a tal poder. Negando-se a retratação, os bispos foram presos. Dom Vital em janeiro e Dom Macedo em abril de 1874.

Viotti da Costa diz que a sociedade brasileira não se destacava por um espírito clerical. Ao contrário, propõe a autora, o que se verificava nos meios mais ilustrados era uma afetação de indiferença e certo anticlericalismo, vigente até mesmo nos próprios meios católicos (COSTA, 1979: 298). Tanto Dom Vital quanto Dom Macedo foram condenados a quatro anos de prisão. O primeiro condenado a trabalhos e comuta com prisão simples. Fora recolhido à fortaleza São João, onde permaneceu até 7 de setembro de 1875, quando anistiado por Duque de Caxias, presidente do Ministério na ocasião. O segundo foi encarcerado em boa parte de sua condenação na fortaleza da Ilha das Cobras, e também recebeu anistia junto com Dom Vital.

Diogo de Vasconcellos atuava na Câmara dos deputados defendendo a bandeira do Partido Conservador e da religiosidade católica. Sua postura frente ao gabinete do Visconde do Rio Branco

era de forte oposição. Acusava o presidente do Conselho de Ministros de agir contra a Igreja em favor da Maçonaria, confraria na qual Rio Branco era grão-mestre, com a intenção de instaurar no país um Estado laico e republicano. As práticas políticas que se exerciam no Brasil naquele momento, dizia Vasconcellos, iam de encontro à “*pedra angular*” do edifício social, ou seja, a religião do Cristo, a arca santa que depositava os mais elevados princípios da ordem social e política, segundo ele (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20/06/1874: 327).

Dentro das inúmeras novas ideias que surgiam no Brasil advindas da Europa, sobretudo a partir do início da década de 1870, há uma facilmente identificável em Diogo de Vasconcellos, e que ele mesmo afirmava fazer parte: o *ultramontanismo*. Esse termo teve origem na França na primeira metade do século XIX, e tinha como característica a classificação de pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal e sua infalibilidade (COELHO, 2008: 1). Vasconcellos ancorado nessa ideia defendia na Câmara dos Deputados uma das principais lutas do ultramontanismo contra o liberalismo político do oitocentos, o *non placet*,¹ principal causa do encarceramento dos bispos de Olinda e do Pará. Ainda postulava que estava naquela Casa para defender os interesses políticos do povo mineiro, mas antes disso era católico, e quando a sua política fosse obrigada a ir contra os seus dogmas, a sua função perderia sentido. Nas palavras de Vasconcellos:

Conheço minha província; tenho visitado parte dela, e declaro que se provarem-me que estou enganado, não me apresentarei mais nesta casa. Desde que vir provado que minhas ideias não são as de Minas, declaro que não poderei continuar mais como seu

¹ *Placet* é o termo designado para tratar do direito do Estado/Coroa de vetar ou restringir, na jurisdição de sua competência, a aplicação de bulas, cartas e outros documentos da Igreja. O gabinete do Visconde do Rio Branco era acusado pelos conservadores católicos de aplicar o *placet* contra os bispos Dom Vital e Dom Macedo, assim como em toda a religião católica do país na época. Diogo de Vasconcellos era o principal defensor do combate a tal “direito”.

representante um momento. Não sirvo para o papel de procurador sem procuração, ou que abusa dos poderes concedidos (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10/07/1874).

Como mostra Gabriela Pereira Martins, na Questão Religiosa, em uma perspectiva da Igreja romanizada, o embate entre Igreja e Estado deveria ser resolvido pelo reconhecimento da universabilidade e infalibilidade da Igreja, com uma eventual redução do poder do Estado de interferir na vida espiritual da população. A "Questão" se mostrava menos religiosa e espiritual, e mais política e temporal (MARTINS, 2008: 64). Na perspectiva de Vasconcellos, a perfídia que o catolicismo enfrentava com Rio Branco era devido ao avanço das ideias republicanas e da maçonaria no governo, que cada vez mais se tornava o quinto poder do Estado. Ele duvidava da lealdade do ministro do império, alegando que o Visconde havia aceitado o poder somente para servir a causa republicana, para destruir pela desmoralização da Monarquia a quem servia de conselheiro (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/1875: 43).

Em seu discurso do dia 20 de junho de 1874, Vasconcellos narrava o que seria o julgamento de Dom Vital, em Pernambuco. O deputado, então, revelava o seu conhecimento sobre alguns detalhes acerca das práticas maçônicas. Gustavo Lobo ironizou Vasconcellos quanto ao conhecimento deste sobre tais práticas. O deputado mineiro responde afirmando que ele mesmo já havia declarado na Câmara que em outra época havia sido iniciado nos mistérios da franco-maçonaria. Ironizado novamente, perguntaram-lhe se ele havia abjurado. Vasconcellos defende-se dizendo que cumprira com seu dever de católico, e que havia obedecido com humildade aos pastores da Igreja.

Entrei para uma loja em S. Paulo nos meus tempos de estudante, quando a idade ainda pode atenuar os nossos erros. Frequentei a augusta oficina algumas vezes; mas mostrei tão pouca aptidão para pedreiro livre, que nunca passei de servente. Depois que me desenganei e vi que de todo não tinha mesmo vocação para o ofício,

deixei de frequentar a loja e abandonei os companheiros dos passos perdidos (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20/06/1874: 331).

Afirmava que saíra da maçonaria por princípios religiosos, após ler várias instruções da Igreja condenando as práticas da dita confraria. A maçonaria, segundo Vasconcellos, era uma escola de racionalismo organizada, e suas noções teológicas consistiam na profissão do naturalismo panteístico, filosofia que devastou os costumes da antiguidade pagã, e que nascera pela deturpação dos mais belos costumes cristãos. A maçonaria abalava os fundamentos do cristianismo, e a Igreja era justa em combater tal heresia (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20/06/1874: 331).

Outro assunto na pauta do deputado mineiro na ocasião era a questão da separação entre a Igreja e o Estado, muito caro aos debates políticos da época. Ele defendia que a separação entre Estado e Igreja traria prejuízos para o governo, por isso repeliu a ideia de fazê-lo. Não era por princípios católicos ou por respeito ao reino de Jesus Cristo; era porque o catolicismo se mostrava ainda muito perigoso. Separado da Igreja, o elemento católico se manteria com muita influência política, e asoberbaria o governo, que não conseguiria mais se locomover rumo ao progresso moderno, o da civilização do século (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20/06/1874: 332). A religião católica era a religião do Estado, elemento orgânico e essencial da sociedade civil. Os bispos e os católicos, para Vasconcellos, não eram contra o *placet* relativo, mas o que era inadmissível era o *placet* absoluto; e ele e os católicos desobedeceriam as ordens do governo tanto quanto fosse necessário para manter a ordem cristã intacta.

Diogo de Vasconcellos ratificava em seu embate contra gabinete do Visconde do Rio Branco os valores conservadores católicos do qual havia sido formado. É notável que o elemento religioso era fundamental para ele na construção da moral do indivíduo. Os ensinamentos cristãos deveriam ser dados no início da formação escolar das crianças, para que desde cedo pudessem ter contato com a palavra de Deus.

Diogo de Vasconcellos como um homem de letras utilizava-se da imprensa para defender seus dogmas políticos e sociais, ancorado a um discurso que propunha estreitar os laços com a tradição. Ele contribuiu em diversos jornais em Minas a partir da década de 1870, e em sua grande maioria periódicos vinculados ao Partido Conservador. Amanda Martins propõe que os jornais de expressões partidárias eram mais comuns até os finais da década de 1870, quando os periódicos passam a ter um caráter mais imparcial. Solidificava-se naquele momento certa ética que estava acima dos interesses particulares e partidários (MARTINS, 2010: 12). No entanto, é possível perceber que os principais jornais em que Vasconcellos contribuía ainda eram parciais, até ao menos 1889.

Um dos jornais em que Vasconcellos era mais atuante foi *A Província de Minas*, que se denominava um órgão do Partido Conservador, cujo proprietário era José Pedro Xavier da Veiga. O periódico era utilizado como plataforma de defesa do partido, da fé cristã em combate às teorias modernas que se propagavam no país na segunda metade do oitocentos e de campanhas eleitorais.

No ano de 1881, Diogo de Vasconcellos havia se candidatado mais uma vez para o cargo de deputado geral. O periódico de Xavier da Veiga era uma das plataformas utilizadas por Vasconcellos para a efetuação de sua campanha. Naquele ano, ele enfrentava um novo cenário político. A 9 de janeiro de 1881 era promulgada no Brasil o Decreto nº 3029, conhecido como *Lei Saraiva*. Tal lei instaurou as eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império. Vasconcellos chamava atenção para o fato de que a partir daquele momento os candidatos saíam vitoriosos nas urnas de acordo com as aspirações políticas de seus partidos, e também pelos seus nomes vinculados a eles. Questões pessoais influenciavam na escolha de um candidato, por isso seu nome levantaria a bandeira do partido e não somente a dele (A PROVÍNCIA DE MINAS, 28/08/1881). Na ocasião, Vasconcellos não conseguiu se eleger.

Aproximadamente um ano depois, o político volta a fazer um comunicado no periódico a respeito de eleições disputadas por ele. Comentava mais uma derrota nas urnas, agora nas eleições de agosto de 1882. Utilizava-se do espaço do jornal para tentar explicar o motivo de mais um fracasso. Em 1881 fora derrotado no 2º escrutínio por cinco votos de diferença, naquele ano havia sido por cento e dezessete. Algo para ele havia saído errado, então recorreu à matemática para saber qual teria sido o erro. Atenuava a questão dizendo que seus adversários liberais eram igualmente merecedores da eleição, e não poderia menosprezar a vitória deles, pois "se venço, não exagero alegrias; se vencido, não me deploro. Classifico-me na linha daquele candidato ateniense, também derrotado, que se congratulava com a pátria para ter filhos mais capazes de sua gloria" (A PROVÍNCIA DE MINAS, 19/09/1882).

Diogo de Vasconcellos afirmava que estava a caminho das eleições daquele ano consciente de sua iminente derrota. Não podia mais contar com os votos liberais que havia conseguido no escrutínio de dezembro de 1881, nem crescer o bastante entre os conservadores para obter a vitória. Seu grande desejo, assim como se expressava, era unificar e arregimentar o partido; e ele se dizia satisfeito com o resultado. Perdera votos dos liberais, mas estava contente com os votos conservadores que havia recebido, mesmo sendo muito inferiores aos quais precisava. Vasconcellos era otimista quanto à retomada conservadora no poder, para o bem da ordem política, uma vez que:

É pelas ideais conservadoras que a Providencia vive e caminha dentro da sociedade: às vezes são vencidas para mais facilmente assimilarem os corações resistentes e conquistarem as inteligências contrárias. A humanidade perpetua-se deste modo e progride no tempo segundo a graça (A PROVÍNCIA DE MINAS, 19/09/1882).

A tônica da união partidária se repetia em 1883. Diogo de Vasconcellos havia sido indicado pelo Partido Conservador à

candidatura ao senado. Através d'*A Província de Minas*, edição de 20 de setembro (A PROVÍNCIA DE MINAS, 20/09/1883) do corrente ano, Vasconcellos manifestava-se propondo qual deveria ser a postura de seus correligionários conservadores frente às urnas. Nessa edição, o político reivindicava maior apoio à candidatura de Evaristo Ferreira da Veiga, companheiro de chapa, do que a ele mesmo. Argumentava que aquele era um momento em que o eleitorado deveria voltar forças a um melhor nome para o exercício do mandato, e tal nome não era o dele.

Nesse texto, datado de 1º de setembro de 1883, Vasconcellos afirmava que não havia um só conservador que não sabia pregar conscientemente seu voto, mas que há muito já não se sabia como antigamente se ganhavam vitórias. A união era o primeiro e mais indispensável elemento de força. A maior desgraça de um partido, além da divergência interna dos candidatos, era a concessão aos adversários, pois tal ato destruía o regime de ideias e significação das maiorias.

É ainda muito comum ouvirmos dizer: – o meu voto não faz falta. É isto igual ao sofisma de Euclides, quando fez o argumento calvo. Um fio de cabelo arrancado não faz falta; outro também... e outro... e assim por diante.

Este sofisma aplicado em eleições é o que tem nos produzidos tantos desgostos, e que têm dilatado tantos infortúnios. Não fora ele, teríamos vencido completamente e debelado a situação em Dezembro de 1881 (A PROVÍNCIA DE MINAS, 20/09/1883).

O Partido Conservador mineiro perdia seguidos escrutínios. Vasconcellos atribuía tais derrotas à falta de empenho de seus correligionários em desenvolver a coesão que ele esperava dentro do partido. Dessa maneira é que surgira o interesse dele em concentrar os votos do partido para Evaristo da Veiga, fortificando as alianças internas e assim obter resultados positivos nas eleições que ocorreriam em 1º de outubro de 1883.

A compreensão do tempo sob as bases da resignificação do passado, das tradições através da possibilidade de certa leitura de

mundo adotando a *historia magistra vitae*, entende-se que há uma possibilidade clara de aplicação progressiva do *continuum*, levando ao que Koselleck estabelece como o aperfeiçoamento moral ou intelectual, tanto dos homens do presente quanto os do futuro, desde que seus pressupostos sejam os mesmos (KOSELLECK, 2006: 43). Dessa maneira, é perceptível o peso que há na revalorização de ordens tradicionais, e a reafirmação do passado como elemento fundamental para a possibilidade de uma evolução do homem e da sociedade. Diogo de Vasconcellos fez da escrita da história outro ato de fala para resignificar o passado e manter os valores que vinham sendo minados com o avançar do século XIX.

A retórica da civilização

Ao longo do século XIX e boa parte do XX, os estudos de história regional foram produzidos fora de um ambiente acadêmico, que por sua vez não estava bem estruturado no país ainda. Os pioneiros nessa prática desenvolveram seus trabalhos sob a influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de instituições congêneres provinciais/estaduais. Marcos Lobato Martins propõe que esse é um momento em que foi marcado pelo auge das corografias, conservando uma estreita ligação com os padrões observados na produção de cronistas coloniais (MARTINS, s/d: 1).

As corografias, segundo Martins, em um amálgama de história, tradição e memória coletiva tomavam como seu fundamento decisivo o espaço, não o tempo. Esse espaço era bem recortado, considerado singular frente ao quadro natural nele presente e dos episódios históricos desdobrados nele. Há nesse tipo de produção uma grande ênfase na demarcação de espaços dentro da vastidão do território nacional, estudado sem relação com esse todo maior. O autor propõe que o relacionamento do "nacional" com o "regional/local" é reduzido

à descrição dos impactos de grandes acontecimentos da história do país nesses espaços.

Marcos Lobato diz que além da afirmação de regionalismos consagradores das elites locais, as corografias ainda possuíam duas outras peculiaridades: certo repúdio às inovações e a ignorância das diferenças entre o passado e presente. O passado dessas regiões era sempre tratado como glorioso e de grande pujança. O presente era uma mera projeção ou realização daquele passado, mesmo que em determinadas áreas pudesse ser notado certa decadência que reduzia o brilho econômico, social e político de outrora (MARTINS, s/d: 3). Há nessa perspectiva de continuidade na história local, que interfere diretamente na composição do presente do autor. A história regional não era considerada como processual, mas algo dado *a priori*.

Lobato aponta que no período que consiste entre 1830 e 1930, no que tange a escrita da história regional, as corografias dividiam espaço com as memórias históricas. As "memórias" combinavam de formas diferentes o exame de aspectos da tradição e dos costumes, por vezes de texto autobiográfico.

O advento da República trouxe uma nova forma de se conceber a história em Minas Gerais. Com a proclamação em 1889, as antigas províncias tiveram a oportunidade de ampliarem sua autonomia diante de um poder centralizado. Bruno Franco Medeiros propõe que, mesmo compondo um sistema meta-histórico denominado "nação", esses estados podiam formular suas histórias recorrendo aos desígnios do passado sob os auspícios de uma modernidade conservadora, construindo, também, uma identidade própria para atender as suas reivindicações políticas. Dessa forma, no final dos oitocentos em Minas Gerais, os políticos do estado se incumbiram da tarefa de construir tal identidade (MEDEIROS, 2006a: 1).

Os Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais são dois espaços de institucionalização da memória histórica de Minas Gerais que captavam, organizavam e divulgavam as

identidades criadas por esses políticos que se empenhavam em escrever a história de Minas. Os objetivos do APM são muito semelhantes aos empreendidos por instituições similares ao longo do século XIX, a de construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar os mitos de fundação, por ordem aos fatos que marcaram a história local, e buscar homogeneidades em personagens até então dispersos, compondo a ideia das delimitações do território (MEDEIROS, 2006a: 2).

O APM, fundado em 1895, detinha um significado que se constituía muito além de apenas um depósito de documentos sobre o estado de Minas Gerais. Ele era a representação de uma autonomia e identidade histórica da capitania, da província e do estado de Minas, como se a aglomeração de documentos em um depósito único representasse a unidade de seu território, assim como sua unidade e síntese histórica (MEDEIROS, 2006b: 5).

Já no século XX, o IHGMG, à sombra do APM, assume um papel semelhante à primeira instituição. A agremiação mineira possuía como seu grande modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os idealizadores do instituto mineiro mesmo adotando uma postura regionalista e pretensamente particular, procuravam manter laços estreitos com a carioca, assim como seus congêneres de outras unidades da federação. Um de seus claros objetivos, com certo atraso, era, segundo Cláudia Callari, legitimar, pela via do passado, o papel desempenhado pelo estado presente (CALLARI, 2001: 79). Embora se intencionasse as definições dos parâmetros para a escrita da história mineira, o que se pode perceber é que o IHGMG não passou, em um primeiro momento, de uma tentativa de se criar uma historiografia.

Diogo Vasconcellos é tido por muitos como o fundador da historiografia mineira. Desde pelo menos a década de 1870, com já destacado em seção anterior, o historiador trabalhava na redação de vários jornais da então capital da província, Ouro Preto, assim como correspondente de outros periódicos de várias cidades mineiras. É principalmente como jornalista que Vasconcellos se destacou nas

letras, interessando-se muito pelo resgate das memórias históricas de seu estado natal.

Francisco Iglesias observa que as *História Antiga* e *História Média* são um livro só. O autor propõe isso, pois, parece bem claro que Vasconcellos tinha certa pretensão de escrever uma História de Minas Gerais construindo um quadro evolutivo bem mais amplo, ou melhor dizendo, tinha ele uma pretensão de escrever uma "História Geral". A periodização abordada nesses dois livros é organizada por Diogo de Vasconcellos da seguinte forma: *História Antiga* é aquela cuja narrativa se inicia pelos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo. A *História Média* se estendia desse período até 1785, momento em que o autor identifica com sendo uma fase preparatória para a *Inconfidência*. Esse episódio deveria ter um tratamento diferenciado, o que muito provavelmente abriria uma *História Moderna* de Minas Gerais. Mas isso fica no plano especulativo, uma vez que essa obra jamais foi escrita.

Não prosseguiu o trabalho, de modo que não fez a história moderna e contemporânea, o que se lamenta pela falta de que terá, aí, possibilidade de usar a tradição oral, de que era fundo conhecedor e cuja importância na historiografia proclamou, ou dar depoimento vivo da fase de que foi participante de relevo (IGLESIAS, 1974: 12-13).

Diogo de Vasconcellos ao mesmo tempo em que é elogiado e revisitado por escrever a então considerada primeira grande obra síntese da historiografia mineira, também recebe inúmeras críticas, que apontam equívocos e insuficiências na obra dele por autores como João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Teófilo Feu de Carvalho, Afonso Taunay, Charles R. Boxer e José Rodrigues Lapa.

De acordo com Adriana Romeiro, o que surpreende no trabalho de Vasconcellos além da qualidade de sua narrativa e erudição, foi ele ter sido o primeiro historiador que "*espanou a poeira*" dos papéis do

APM, e a fazer um trabalho de crítica mais sistematizado da história de Minas. O historiador seguia os cânones de seu tempo. Não costumava citar fontes e arquivos, embora sua obra baseando-se em uma vasta pesquisa documental. Mesmo Francisco Iglesias que o considerava um historiador rigoroso e cuidadoso, admitia que a narrativa feita por Vasconcellos sobre a Guerra dos Emboabas, por exemplo, beira a ficção, pelo tom romanesco e exaltado (ROMEIRO, 2009: 110-111). O historiador britânico Charles R. Boxer tece duras críticas à Vasconcellos por tal questão.

Embora frequentemente citado como trabalho padrão, e reeditado em 1948, este livro não é do toda confiança, visto que o autor era demais influenciado pelo *neoromantismo* da época em que ele escreveu. De outra parte, o autor abeberou-se amplamente nos documentos dos arquivos de Minas Gerais. A utilizar com cautela (BOXER, 2000: 394, grifo nosso).

Boxer estava correto ao afirmar que Vasconcellos partilhava de elementos discursivos comuns à sua época. No entanto, se mostra equivocado ao se valer de uma categoria vazia de sentido, *neoromantismo*, para classificá-lo como não confiável. Francisco Iglesias era um defensor do caráter rigoroso e cuidadoso dos trabalhos de Vasconcellos. O comentarista admite que na obra do autor marianense há momentos de visíveis falta de rigor nas críticas das fontes em um determinado evento ou outro, mas não é toda a obra que isso ocorre. Há em várias passagens em que cita documentos de arquivos de Ouro Preto, de Mariana ou Belo Horizonte. Faz referências a cartas, memórias, testamentos, bandos, e vez ou outra com transcrições. De acordo com Iglesias, Diogo conhecia bem o Arquivo Público Mineiro, assim como transcreve documentos do Arquivo Nacional (AN), do Rio de Janeiro, e do Arquivo Episcopal de Mariana (AEM) (IGLESIAS, 1974: 15-16).

Quanto a *História Média*, João Ribeiro tece elogios a Diogo de Vasconcellos sobre elementos que geralmente ele é criticado. Segundo o autor, Vasconcellos possuía um elevado estilo verdadeiro

de história. "É eloquente sem ênfase, simples sem trivialidades, por vezes magnífico sem exagero" (RIBEIRO, 1961: 56). Diogo, para ele, apresentava muita elegância em sua escrita. A *História Média de Minas Gerais*, para Ribeiro, apresentava-se encantadora como se fosse um romance devido às peculiaridades do colorido, interesse e sentimento da narrativa (RIBEIRO, 1961: 56-57).

A capitania de Minas Gerais é um dos grandes temas para a investigação histórica da nacionalidade brasileira. Foram os metais achados que definiram o destino dos povos da América, e sem Minas, segundo João Ribeiro, nossos destinos seriam diferentes. Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelas penetrações do oeste brasileiro. De acordo com o autor é lícito a afirmação de que se não fosse a cobiça por ouro e diamante, o Brasil hoje ainda teria o seu limite ocidental aquele do meridiano de Tordesilhas. Diogo de Vasconcellos, dessa forma, traçou vigorosos quadros a respeito dos primeiros tumultos da imigração "emboaba". Os paulistas são os heróis primitivos que devassavam o interior. Os crimes e as façanhas dos intrépidos desbravadores que lançavam os fundamentos das cidades de hoje são encontrados descritos nas páginas da *História Média* (RIBEIRO, 1961: 57).

Em trabalho recente acerca da Guerra dos Emboabas, Adriana Romeiro faz uma análise da obra de Vasconcellos sobre o tema. Romeiro diz que, mesmo com a sua aparente falta de rigor e da descontinuidade de sua produção, a descrição que o autor marianense faz da Guerra dos Emboabas é um dos pontos altos de seu livro. Segundo a autora, Vasconcellos se mostra apaixonado pelo tema, dedicando-lhe páginas muito inspiradas. Diogo, e na análise de Romeiro, de forma perspicaz, remonta o processo de formação de Portugal ao estado de isolamento, que resultou na força dos poderes locais. Como aqui era uma colônia, o poder central estava muito longe, assim instaurando um "regime" de particularismos, gerando um nativismo partilhado tanto por paulistas quanto por emboabas (ROMEIRO, 2009: 110).

Vasconcellos compartilhava das ideias de seu tempo acerca dos paulistas. Considerava-os com os "argonautas" de Minas posicionando-se em favor deles. Escrevendo antes de Alcântara Machado, que havia descrito um cenário de pobreza e rusticidade, o autor das Histórias de Minas Gerais descreveu uma vila de São Paulo mítica, herdeira das formulações nobiliárquicas de Pedro Taques (ROMEIRO, 2009: 110). Juntamente com a figura dos portugueses, de acordo com Helena Magela Alberto, os paulistas eram, para Vasconcellos, os responsáveis por preservar os elementos conservadores de Minas Gerais, "pela introdução da honestidade e pela preservação dos bons costumes em meio à desordem dos primeiros anos" (ALBERTO, 2000: 107).

João Ribeiro considerava a *História Média* uma obra sólida, com um grande interesse humano e com um caráter nacionalista sensato e bem entendido. Há uma defesa das raças inferiores, que segundo ele, exalta sem parcialidade. Muitos outros elementos são passíveis de destaque na avaliação de João Ribeiro; "a filosofia dos acontecimentos, a alta cultura jurídica, o amor da liberdade, e enfim, a todas as luzes, a educação do humanista, capaz de entender a história" (RIBEIRO, 1961: 58). O autor ainda diz que não é apenas reunindo materiais e documentos que se faz um pesquisador. Diogo de Vasconcellos era para ele um exemplo de historiador que tinha a capacidade de unir pesquisa e narrativa de modo qualitativo e prazeroso.

Teófilo Feu de Carvalho sem sombra de dúvida não partilhava da mesma leitura de João Ribeiro. Arriscamos a afirmar que Carvalho é até hoje o mais ácido dos críticos a Diogo de Vasconcellos. Em 1933, seis anos após a morte do historiador marianense, Feu de Carvalho, quando dirigia o Arquivo Público Mineiro, publicou um artigo na revista da instituição em que intencionava "corrigir" alguns erros cometidos a respeito da História de Minas Gerais. Selecionava alguns erros, segundo ele, mais difundidos naquela recente historiografia mineira, e apontava os equívocos cometidos por memorialistas, em especial, e em praticamente todo o texto, os de Diogo de Vasconcellos.

O ex-diretor do APM acusava a falta de estudos profundos, ao menos no que tange a uma rigorosa análise documental, acerca da história do estado. As grandes nações do universo possuíam os seus arquivos, e Minas não era diferente. No entanto, o autor aponta uma grande diferença entre aqueles e Minas. Na Europa uma vez que os Arquivos são conhecidos têm autoridade e prestígio, coisa que não acontecia em Minas. Dessa forma, Carvalho teceu profundas críticas aos que escrevem a história não baseada em documentos. Ele duvidava que se pudesse criar certo tipo de sentimento cívico baseado em lendas contadas como verdades históricas, criando uma realidade artificial (CARVALHO, 1933: 5-6).

Eis uma das razões porque insisto, sempre, asseverando que o escrever história sem documentação é fácil, como também não me canso de repetir que não é bastante copiarem-se uns dos outros. Quem não entende da matéria, acha tudo direito, bom e muito racional! Acha tudo documentado, sem que haja documentação alguma (CARVALHO, 1933: 6).

O texto é composto por inúmeros exemplos de erros cometidos com a história mineira. Feu de Carvalho apresenta um fato, transcreve um documento e compara com o erro cometido por outro autor. É possível notar, assim como já exposto, que o seu principal alvo é Diogo de Vasconcellos. O curioso nesse artigo é que em nenhum momento do ex-diretor do APM cita o nome de Vasconcellos. Todas as vezes que ele faz alguma referência ao seu criticado ele apenas se refere como o autor da *História Antiga das Minas Gerais*.

Feu de Carvalho afirmava que as questões históricas não podiam ser resolvidas através de palpites ou por conjecturas que poderiam, de certa maneira, acabar com a veracidade da história. Essas questões deveriam ser resolvidas através de estudos pacientes para que se pudesse encontrar a solução de um problema, assim com ele fazia. Teófilo dizia que ele é quem estava correto em todos os temas que ele expunha em seu texto. Para outro historiador conseguir provar que ele

estava errado, o que para ele era pouco provável, aí sim essa pessoa teria condições de solucionar tais questões.

Afirmações e correções, em meu obscuro pensar, envolvem, alguma responsabilidade moral, e por isso, deve-se antes bem estudar e melhor verificar, pensando o que se diz e se assevera, para não se corrigir o que está certo e evitar uma falsa posição (CARVALHO, 1933: 13).

Outra crítica de Teófilo Feu de Carvalho à obra de Diogo de Vasconcellos, e que pode ser notado também em outros autores, tal como já foi comentado a leitura de Francisco Iglesias, é a questão da periodização das *Histórias de Minas Gerais*. Segundo Feu de Carvalho, a história de Minas deveria ser dividida em períodos Antigo, Médio e Moderno. No entanto, e isso é muito confuso no texto dele, o autor critica Vasconcellos justamente por dividir a História de Minas em Antiga e Média, sendo que a Moderna nem chegou a ser escrita. Sua justificativa era que não é possível perceber, nem entender, o critério adotado por Diogo, pois as crônicas que este insere na *História Média*, por exemplo, são dos mesmos acontecimentos encontrados na *História Antiga*, o que não se consegue achar uma linha para se compreender até quando vai uma *Idade* e começa outra (CARVALHO, 1933: 28).

Embora frequentemente conhecido pelas duas obras supracitadas, a produção historiográfica de Diogo de Vasconcellos, mesmo não sendo vasta, não se limita as *História Antiga* e *História Média*. Entre as outras obras do autor podemos encontrar: *O diário de Vera Cruz* (1908); o prefácio ao livro *O município de Cataguazes: Esboço histórico* (1908), de Arthur Vieira de Resende e Silva; o artigo publicado na Revista do APM *Questões de Limite* (1911); *Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitánias e os Capitães-móres de Ilhas e Cidade* (1914); *Resumo da História da Archidiocese de Marianna* (1919); *A Arte em Ouro Preto* (1934) e

a *História do Bispado de Mariana* (1935), sendo as duas últimas de publicação póstuma.

A memória local é, para Diogo, fundamental para a constituição da identidade dos indivíduos, fonte inesgotável de moral, necessária na infância, desde que fosse verdadeira e sincera (VASCONCELLOS, 1908: 646). Em 1908, Arthur Vieira de Resende e Silva publicou no volume 13 da revista do Arquivo Público Mineiro o livro *O Município de Cataguazes*. Resende e Silva, natural de Cataguazes, era membro do IHGMG. Político republicano convicto atuou como vereador em sua cidade natal. Também trabalhou para o governo do estado nos primeiros anos do novo regime, tratando, principalmente, de assuntos do café. Amigo de Vasconcellos, o chama para prefaciar seu livro.

O texto é bem curto, apenas quatro páginas, mas Vasconcellos trata fundamentalmente sobre o que concebia a respeito do papel da história, a local, sobretudo. Para ele, esse tipo de história não era, de acordo com suas palavras, mesquinha, no sentido de desconsiderar a importância de outras localidades. Todo o movimento de estudo e fundação de uma povoação, seu progresso, suas lutas e declínio possui uma utilidade para educar as novas gerações, muito mais frutífera do que estudar as grandes tragédias da humanidade (VASCONCELLOS, 1908: 646-647).

Álvaro de Araújo Antunes e Marco Antonio Silveira propõem que as preocupações românticas em se resgatar as origens explicativas do passado mineiro, em grande medida, fizeram parte das temáticas preferidas de Diogo de Vasconcellos, mesmo em que seu tempo as perspectivas positivistas e científicas já tivessem presença marcantes (ANTUNES; SILVEIRA, 2007: 2). Isso dá indícios da possibilidade do autor se inserir em uma tradição discursiva que não necessariamente era a dominante em seu tempo. Pelo contrário, ele estava reafirmando uma forma de escrita da história reivindicada pelo século XIX. O Positivismo e a ciência eram vistos por ele como elementos negativos da sociedade. As ideias de Comte, embora fossem inovadoras, se

mostravam muito dogmatargas. Vasconcellos concebia a filosofia do francês com um sistema ateuista, que desenvolvia ilusões e quimeras de uma nova ideologia humanitária (VASCONCELLOS, 1909: 214). Essa aversão às ideias positivistas era fruto de seu ultramontanismo, que o acompanhou por muito tempo.

Assim como será discutido na próxima seção, a história para Diogo de Vasconcellos possuía além de um caráter modernizador e pedagógico, ela possuía também uma carga discursiva pragmática muito forte. A história era um instrumento capaz, na recuperação das marcas do passado, de dar um sentido para o futuro, e a tradição era o caminho para o progresso. O localismo pretendido pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em concomitância a uma nova historiografia que nascia no início do século XX, era o elemento fundamental para a constituição de uma identidade política e moral para o povo mineiro. A escrita da história era um veículo que poderia conduzir o povo para uma pretendida civilização. Com isso, a cultura mineira, única desde os tempos de seus primeiros povoadores, já escrevia nas páginas do passado o valor de seus agentes, rechaçando os fatalismos de raças e influências climáticas:

Se o homem, porquanto é o mesmo em toda parte, se o instinto da perfectibilidade é geral, e provido pela comum natureza, mister será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça somente, concorreram para ao adiantamento da ramificação que se glorifica em particular dos títulos da civilização europeia, tanto mais quanto é certo, que essa civilização não é mais que o desenvolvimento do helenismo regenerado pelo broto semítico do cristianismo; e bem sabemos, também que os Gregos, mandaram às Metrópoles heterogêneas mestres em busca da ciência e das artes, que nelas já eram nascidas (VASCONCELLOS, 1909: 216).

As intenções de Vasconcellos não eram coisas isoladas, tão pouco constituía um pensamento homogêneo. O contexto no qual estava inserido o permitia que desenvolvesse seu pensamento de forma

autônoma, correspondendo a uma série de elementos pertinentes para a confecção de projetos para inserir Minas na civilização. Sua tradição, perpassada por inúmeras ambiguidades, ainda estava presa ao conservadorismo oitocentista imperial, mas corroborava com a projeção do povo mineiro no futuro.

Diogo de Vasconcellos e as histórias de Minas Gerais

A historiografia mineira ainda é um campo que necessita de muita atenção. Há poucos estudos sobre os intelectuais e historiadores mineiros do início do século XX. Homens que dedicavam suas penas para dar sentido ao passado da região e transformar o presente que atuavam. No início do regime republicano, identificamos em Minas a tentativa de consolidação de cânones para a escrita do passado. Diogo de Vasconcellos empenhou-se em compilar em uma grande obra as memórias históricas que ele julgava ser as mais importantes para a construção do passado mineiro.

Francisco Iglesias na introdução que fez à 4. edição das *História Antiga* e *História Média de Minas Gerais*, publicadas em 1974, afirma que a obra de Vasconcellos apresenta certo traço de descontinuidade interna, mesmo que no conjunto ela seja bem coerente e possua uma lógica própria. Vasconcellos justificava-se dizendo que essa característica fragmentada que sua obra apresentava era em função das várias pausas realizadas por ele, quando precisava cuidar nas necessidades da vida, podendo ele, apenas, dedicar-se à redação da *História Antiga* nas horas vagas e férias. A *História Média* foi elaborada devido, segundo o autor, ao grande acolhimento que a primeira obteve, animando-o de continuar a História de Minas Gerais até os fins do período colonial.

Na *História Antiga de Minas Gerais* há a publicação de uma carta escrita por Diogo de Vasconcellos endereçada a Avelino

Fernandes, na qual o autor diz que a sua proposta inicial era escrever apenas um texto a respeito dos Emboabas, a fim de ser publicado em uma revista portuguesa, pois, segundo ele, esse era um tema pouco estudado em Portugal. Quando se propôs a escrever a *História Antiga das Minas Gerais* o fez, gastando boa parte de seu tempo, sem almejar a obtenção de nenhum título. Só o fazia para melhor servir os interesses dos estudantes (VASCONCELOS, 1974b: 265), incluindo seu filho Roberto, que posteriormente organizaria o livro póstumo *História do Bispado de Marianna* (1935).

Seguindo a carta, Vasconcellos relata que ao refletir sobre a possibilidade de escrever sobre o episódio dos Emboabas não convinha destacá-lo do conjunto da história, pois, de certo modo, ele ficaria imperfeito sem as dependências que a história exige para o sentido e a justificação dos fatos. Dessa forma, decidiu publicar todo o seu escrito. No entanto, os livreiros do Rio de Janeiro consideram a sua obra como sendo de “*particularíssimo o interesse*”, que tendia toda a história de Minas, mas só o editariam se conseguisse do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado a sua adoção para o ensino.

Uma vez requerido, o Conselho Superior declarou que seu livro não tinha condições didáticas condizentes ao ensino primário. No entanto, aprovou o parecer feito pelo relator, dr. Nelson de Sena, que recomendava ao governo do estado, como leitura útil, o merecimento de ser publicado. Parecer, este, que foi subscrito por Delfim Moreira, Ministro do Interior na época. O deputado Francisco Valadares apresentou à Câmara dos Deputados de Minas Gerais um projeto autorizando o governo a mandar imprimir o seu livro, sem nenhuma despesa a ele, mas deveria ceder mil exemplares ao estado (VASCONCELOS, 1974b: 266). Concordeu, pois para ele era uma vantagem, poderia difundir o seu texto entre o povo de Minas, seu desejo.

O projeto foi facilmente aprovado no Congresso, com apenas um voto contrário. A sanção foi enviada ao presidente do estado, Francisco Antônio Sales, que imediatamente o converteu em lei. Segundo o que

Diogo relata na carta, que o Ministro das Finanças do estado, Antônio Carlos, de muita boa vontade liberou a verba para a impressão do livro. (VASCONCELOS, 1974b: 266).

A mocidade, para Vasconcellos, precisa saber que “a nossos pais” custou a formação de uma pátria, e que compreendam que serão eles também operários transitórios desta obra. Devem empregar todo o esforço para melhorá-la, pois, muitas sucumbem ao descuido dos moços. A história é, na visão de Vasconcellos, um quadro que permite com que a mocidade evite erros, condene os vícios, fortifique virtudes, e converta a força de suas próprias paixões em “generoso instrumento do progresso” (VASCONCELOS, 1974b: 266-267).

A cronologia que Diogo de Vasconcellos aplica às *Histórias de Minas Gerais* começa com os descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo, estendendo o relato até 1785, não passando daí, pois já apontam os primeiros episódios relacionados à Inconfidência, e esta deveria ganhar um maior tratamento, um livro só pra ela, talvez.

O período colonial, sepultado no maior e mais crasso esquecimento, sendo referido apenas em pontos salteados e odiosos, segundo as paixões, esperava, para ser definitivamente julgado, o processo regular e metódico da crítica.

Sendo, pois, esta a primeira tentativa neste sentido, tenho confiança na benevolência dos leitores para me relevarem as imperfeições, que não pude evitar e que a mais abalizados escritores compete emendar a bem de nossa história (VASCONCELOS, 1974b: 9).

O que pretendemos expor neste capítulo são algumas considerações acerca da obra *História Antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcellos. Escolhemos o tema acerca das origens históricas de Minas Gerais. Devido a questões espaciais limitamos a esse tema, sem que houvesse um grande motivo prévio que me levasse a priorizá-los. Outros tipos de análise acerca da obra de Diogo de Vasconcellos serão trabalhados em outras oportunidades.

Diogo de Vasconcellos inicia sua obra destacando às origens históricas de Minas Gerais, ideia que marca a composição do primeiro volume da *História Antiga das Minas Gerais*. Ao que me parece, a intenção de Vasconcellos em suas primeiras páginas é retratar as primeiras expedições no Brasil e também ao que veria a ser o território de Minas Gerais para marcar o lugar da região no espaço onde se constituiria a Nação. Como me parece latente em sua obra, e que de certa forma remonta até mesmo a tradicional forma de se relatar o passado de Minas até aquele momento é de dar um lugar de destaque ao *espaço* muito mais significativo que o *tempo* para a narrativa da história da capitania. A história de Minas nasce junto com ela mesma, e tratar essas primeiras expedições marca, então, a sua origem.

Além da associação da origem da história de Minas Gerais às delimitações de sua ocupação, o autor vincula, também, a importância de personagens históricos que contribuíram para que isso pudesse ser realizado. Dessa forma, o historiador destaca as expedições de Tomé de Souza, Francisco Braza Spinosa,² Dom Vasco Rodrigues Calda, Martim de Carvalho, Sebastião Fernandes Tourinho e de Antonio Dias Adorno.

No que tange o descobrimento da América, de acordo com Diogo de Vasconcellos, o episódio possuía, evidentemente, uma menor importância em relação à chegada dos portugueses ao Oriente. As Índias, sonho de conquista da Europa desde os tempos de Alexandre, dispunha de nações e impérios opulentos, grandes cidades, povos industriais, civilizações antiquíssimas, entre outros elementos, estava sempre a espera de novos donos. Dessa forma, pautando-se em uma refinada e eloquente narrativa, Diogo apontava para o fato de que não podiam, os lusitanos, acharem nas "águas merencórias do Monte Pascoal a seria, que os encantasse, a eles, que encetavam o mais sublime episódio de sua portentosa epopeia" (VASCONCELOS, 1974a: 47).

² Há várias outras indicações que apontam o nome do sertanista como Francisco Bruza Espinosa ou mesmo Bruza Spinosa.

Portugal, segundo o autor, não possuía cabedal para nutrir o próprio heroísmo, sucumbindo, portanto, em tanta penúria financeira, que Dom João II tendo gasto tudo na aventura às Índias, e sustentar as armadas, foi considerado o soberano mais pobre da Europa. O Brasil, dessa maneira, era visto naquele momento como uma eminente alternativa para figurar o equilíbrio da Metrópole. Vasconcellos não deixa a cargo da *História Antiga* explicar o custeio das primeiras explorações das novas terras além-mar. Mas em seu trabalho apresentado no Primeiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1914, o autor propunha que a Coroa portuguesa não possuía recursos suficientes para bancar expedições para o novo território, mas a Ordem de Cristo tinha. O Infante Dom Henrique, como seu grão-mestre, via que era um momento importante para as aventuras marítimas serem conduzidas pela Ordem a fim de se poder propagar a fé, que era o objetivo principal da instituição (VASCONCELLOS, 1914: 285), ao menos esse valeria como justificativa para as incursões.

A narrativa de Vasconcellos é construída para explicitar as maneiras que o sistema administrativo se estabelecia na Colônia. Tomé de Sousa, o primeiro governador Geral tinha como tarefa de construir a capital da Colônia, assim como a máquina administrativa. Além disso, motivados pela promessa de grandes riquezas minerais, precisava o governador se entender com os negócios dos descobrimentos, recomendado imediatamente pelo Rei, e querendo mesmo levar a glória pelo empreendimento (VASCONCELOS, 1974a: 52).

Tomé de Sousa, conta Diogo de Vasconcellos, teve na figura de Francisco Braza Spinosa, famoso por suas incursões à procura de metais preciosos, a possibilidade de encontrar em toda costa "brasileira" jazidas de esmeraldas, indicadas pelos índios civilizados. O governador viaja, então, a Porto Seguro na companhia de oficiais e funcionários civis, e do padre Manuel da Nóbrega, para inspecionar as missões que já haviam sido distribuídas, e do padre João Aspigueta Navarro, confiado a Porto Seguro.

As dificuldades, entanto, apostas à organização da empresa iludiram a esperança de Tomé de Sousa, deixando ele de ver, quando desejava, a partida de sua expedição: mas as coisas ficaram em tal pé, que ela efetivamente se pôs em marcha nos primeiros dias do governo de Duarte da Costa (13 de junho de 1553) (VASCONCELLOS, 1974a: 53-54).

A importância de Spinosa e Navarro na obra de Vasconcellos se dá pelo caráter pioneiro da atividade desses dois personagens em solo mineiro. O primeiro, sem conseguir angariar grandes frutos foi chefe da primeira expedição que devassou o território de Minas. Sua exploração serviu mais para conhecer o sertão, tomando latitudes, examinando os terrenos e também colhendo informações de indícios geológicos de ouro e de outros metais, e de certificados positivos, também, da região diamantina. Eram esses os primeiros traços do que viria ser a capitania (VASCONCELLOS, 1974a: 54); e marcar a territorialidade desde os primórdios parecem ser os pressupostos primeiros, na obra de Vasconcellos, para se construir as bases da identidade local. Os frutos do segundo, por sua vez, foram mais copiosos. Padre Navarro arrebatou grande número de índios para os aldeamentos da Companhia de Jesus em Porto Seguro. Para Vasconcellos, assim como Spinosa foi o primeiro conquistador de Minas, Navarro foi o primeiro apóstolo³, que nela proclamou "nossa" religião.

Segundo Vasconcellos, Dom Vasco Rodrigues Calda animou-se com as notícias colhidas por Spinosa, que eram sempre confirmadas pelos índios que chegavam. Empenhava-se, portanto, de montar mais uma expedição para dar continuidade àquela de Spinosa. O desbravador, conta Vasconcellos, atrás das riquezas do Sincorá,⁴ subindo pelo

³ A ideia de que os representantes da Companhia de Jesus são os primeiros apóstolos da religião católica e por consequência da civilização retorna no texto de 1914. Para Vasconcellos, através da catequese os jesuítas introduzem a fé cristã na Colônia. Eram benfeitores mal e injustamente julgados (VASCONCELLOS, 1914: 290).

⁴ A Serra do Sincorá fica situada na região central do estado da Bahia, região de vales profundos, de encostas íngremes e amplas chapadas. Em 1818, Spix e Martius examinaram

rio Paraguaçu, buscando encontrar o mesmo "cantão" reconhecido por Spinosa, No entanto, 70 léguas acima, D. Vasco encontrou com os *tupinên*, ferozes e domadores do rio, tendo que retroceder. Mas Vasconcellos apontava D. Vasco Rodrigues ainda acreditava no êxito, partindo para Lisboa com intento de organizar outra expedição, mas nunca retornou de lá (VASCONCELOS, 1974a: 55).

Vasconcellos procura de certa forma aproximar os índios dos primeiros colonizadores. Os primeiros envoltos a um "espírito de aventura" tinham como aliados os índios civilizados. Segundo o trabalho de Helena Magela Alberto, os índios na análise de Diogo de Vasconcellos são fiéis colaboradores da civilização que estava por nascer. Diogo afirma que sem eles nada seria de nossa história, e foi com a ajuda deles que Portugal conseguiu manter a integridade do território brasileiro. No entanto, esses índios não são aqueles que viviam em seu estado natural, mas aqueles *educados e preparados* pelos jesuítas (ALBERTO, 2004: 107).

Com essa importante ajuda indígena, Martim de Carvalho também ganhou destaque na obra de Vasconcellos. O autor expõe que esse sertanista não deixou que frustrações anteriores o impedisse de buscar metais e pedras preciosas no interior da Colônia, principalmente após um incidente, obra do acaso, ocorrido em 1570. Ao descer o Arassuí alguns índios levaram para Porto Seguro algumas pedras que supunham ser esmeraldas, por saberem que os europeus estimavam muito aquelas pedras brilhantes. Tais pedras foram examinadas e constatadas que eram realmente esmeraldas, mas que não possuíam nenhum valor, por terem sido danificadas pela exposição ao sol. Martim de Carvalho adentrou o sertão à procura dessas pedras, mas fora obrigado a retroceder por causa da ameaça de bárbaros naquela região (VASCONCELOS, 1974a: 56).

as rochas dessa localidade comparando com as do Tijuco (Diamantina), em Minas Gerais (PEDREIRA, 2002: 188).

Diferentemente das outras expedições anteriores, Diogo de Vasconcellos indica a sua fonte para contar o episódio da "aventura" de Martim de Carvalho. Sua referência era Pero de Magalhães Gândavo, cronista português do século XVI. Muito provavelmente retira suas informações da famosa obra datada de 1576, *História da Província de Santa Cruz*, considerada a primeira obra publicada por um português dedicada totalmente ao Brasil. No entanto, Diogo como comumente fazia, não indicava de onde havia retirado as informações a respeito daquilo que contava em suas histórias.

Cada expedição relatada por Diogo de Vasconcellos segue tanto uma linearidade temporal quanto geográfica. As inserções sempre partem da Bahia para as terras que viriam a ser o norte de Minas. As notícias sobre possíveis jazidas sempre, também, despertavam o interesse de europeus que já haviam se estabelecido nessas terras. Aos poucos Minas estava sendo descoberta. Sebastião Fernandes Tourinho foi o primeiro, então, descobridor efetivo do território mineiro. De todas as tentativas anteriores, a expedição de Tourinho foi aquela que obteve o maior êxito, finalmente em terras mineiras. Isso se torna bem clara na descrição do autor:

Pelo Rio Doce assomou para a barra do Coaracei (Rio Sol), no qual sulcou 40 léguas; e neste ponto, que as cachoeiras interceptavam, saltou em terra, andou 30 léguas, e colheu belíssimos exemplares de pedras azuis. Mais adiante, 6 léguas, colheu safiras, esmeraldas, e cristais de primeira qualidade, além de boas amostras de minério aurífero, jazidas todas que ficavam junto a uma serra fragosa e coberta por matas espessas [...] (VASCONCELOS, 1974a: 57).

O sucesso provocado pela expedição de Tourinho despertou o interesse mais sólido do Rei em explorar os sertões da Colônia. Luís de Brito, Capitão Governador da Bahia, organizou uma nova expedição a fim de expandir os achados de Tourinho e incumbiu Antônio Dias Adorno que conduzisse a expedição. Essa é a última expedição apontada pelo autor que serviria para avivar a existência de pedras preciosas em solo

mineiro. Todas as seis indicadas por ele são uma espécie de embriões daquilo que viria a ser a exploração tal qual se conhecerá futuramente.

A primeira parte da *História Antiga das Minas Gerais* continua com o mesmo escopo nos próximos cinco capítulos da obra. Cada um conta pequenos relatos de expedições em direção ao interior da colônia, mas que se relacionavam, sobretudo, com a descoberta ou *Origens Históricas* de Minas. Se em um primeiro momento o autor se preocupa em ilustrar os primeiros vestígios, mesmo tímidos, porém significativos, das expedições ao interior "brasileiro", em um segundo ele se atenta para o período historicamente conhecido como *União Ibérica* e o impacto disso na história mineira.

A participação dos jesuítas como observamos anteriormente tem um caráter positivo, na obra de Vasconcellos, nos primeiros movimentos de exploração mineral, ao menos em seus descobrimentos, na Colônia. André Coura Rodrigues em sua dissertação de mestrado (RODRIGUES, 2004) constata algo que fica bem claro na obra do historiador mineiro. Empenhavam-se na empresa da exploração, mas não tinham a intenção de enriquecerem com as pedras preciosas. A justificativa que Diogo de Vasconcellos exhibe em sua obra é a de que as intenções dos servos da Companhia de Jesus tinham como finalidade de realizar benfeitorias e de pagar uma enorme dívida de 150 mil cruzados e juros, que possuíam na Província do Brasil (VASCONCELOS, 1974a: 68).

Segundo Rodrigues, a igreja católica foi tratada com significativa atenção em todo o livro. A maioria dos membros do clero era representante da Companhia de Jesus, que atuavam nas terras do Novo Mundo estimulados por sentimentos de caridade e benevolência (RODRIGUES, 2004: 125). Para exemplificar isso na *História Antiga*, Rodrigues cita um trecho em que o elemento indígena, catequizado e civilizado, aliava-se às investidas da igreja pelos sertões atrás de pedras preciosas e que os membros da igreja tinham vantagem frente a outros aventureiros por manter uma relação amigável com as tribos selvagens, devido as suas benfeitorias:

Dispunham eles, dizia o Conselho, de pessoal idôneo em seus aldeamentos, índios habituados ao sertão; e, de mais, justaposto ao ódio, que os selvagens mostravam aos seculares, prevalecia o respeito que votavam aos padres, havidos como seus amigos e protetores. Eram condições para que pudesse manter no interior do país um estabelecimento durável e proveitoso, sobretudo, a serviço então principal do mesmo Rei (VASCONCELOS, 1974a: 68).⁵

No entanto, Rodrigues omite o trecho situado no parágrafo seguinte da obra de Vasconcellos, que contraria o trecho citado anteriormente:

Os fatos, porém, vieram demonstrar o contrário. Preparado, com efeito, a comitiva e posta em movimento, havia-se internado 50 léguas a dentro do sertão; eis que apareceram sinais e indícios de por ali andar uma horda, que, se reconheceu, era dos *aimorés*, o terror dos *tupiniqui*, companheiros dos padres. Amedrontados ele, começaram então a desertar; e os mais reclamaram a volta, ao que os padres anuíram com a mesma pressa, não querendo entrar em contas com aqueles ferozes antropófagos (VASCONCELOS, 1974a: 68).

A história dos índios, para o autor, era um verdadeiro mistério. Argumentava que a história em alguns momentos alvorecia à custa de incertezas e fábulas, em todas as instâncias de sua formulação, até mesmo as aventuras dos conquistadores das novas terras por vezes passariam por mitos. Quando se tratava do índio há ainda mistérios que a própria imaginação desiste de perscrutar. Vasconcellos exemplifica com dois mitos muito conhecidos, a da possível passagem do Apóstolo Tomé pela região conhecida por São Tomé das Letras e das inserções em pedras na cidade de Lagoa Santa. De acordo como autor essas inscrições, inclusive como outras diversas encontradas no

⁵ A edição da *História Antiga das Minas Gerais* utilizada por André Coura Rodrigues em sua dissertação é a de 1904, portanto ligeiramente diferente da utilizada para a confecção deste trabalho, que é a edição de 1974. A edição utilizada por mim possui inúmeros conectores aditivos que não possui na edição de setenta anos antes.

Jequitinhonha, eram representações de povos bem mais avançados do que aqueles que habitavam as terras brasileiras antes da chegada dos portugueses. Fato inexplicável. Para o autor, esses germes de civilização mais avançadas não conseguiam forçar o meio, sendo apenas lampejos efêmeros de inteligência em meio a uma enorme barbaria primitiva que tomou conta do território americano.

A massa indígena embrutecida pela própria natureza: e esta natureza também, a mais gigante do mundo, que resistiu a toda tentativa, foram obstáculos que só uma civilização aparelhada em ponto conseguiria debelar. Antes, pois, de se ter a Europa preparado, nem se quer deixaria sinais uma iniciação formal e completa (VASCONCELOS, 1974a: 118).⁶

Outro problema para Vasconcellos além do fato das civilizações mais inteligentes terem sido suprimidas pelas mais selvagens era o da época em que se começou a povoar o território. O autor afirma em sua obra que o fenômeno humano remonta a Minas aos primeiros tempos da era quaternária, associando o povoamento das terras americanas ao aparecimento do Homem juntamente ao restante do mundo. Há, portanto, uma íntima ligação entre antepassados indígenas com outras civilizações do planeta.

O historiador mineiro reconhecia os esforços da teoria poligenista em explicar as várias origens da humanidade. No entanto, aceitar que hipoteticamente os primeiros habitantes de nossas terras pudessem ser classificados possivelmente como raças inferiores poderia parecer um problema para justificar o valor de nosso povo. Por isso, Vasconcellos argumenta em sua obra que as características naturais mais aceitáveis eram aquelas que remetiam à idade terciária, antes do cataclismo que deu origem ao dilúvio relatado por Moisés. O homem

⁶ Neste trecho citado fica claro, mais uma vez, que a superioridade do europeu se constituía como algo benéfico para os seres indígenas. O homem branco estava levando a civilização para os aborígenes.

de *Péringord* afastava-se mais do europeu atual e aproximava-se mais dos nossos índios, fazendo-se crer, a partir daí, na primogênese do homem americano.

Esta defesa da não-inferioridade dos povos primitivos da América, por Diogo de Vasconcellos, pode ser verificado em outro momento. Em seu discurso inaugural no IHGMG, em 15 de agosto de 1907, o historiador discorria sobre a natureza do homem. Para ele Renan e Montesquieu estavam errados ao elaborarem suas proposições sobre o Homem. Ao menos o estado atual em que o mineiro vivia não comprova o que os dois filósofos diziam. O primeiro trabalhava com a ideia de raças que adotam formas graduais e que abordam os povos naquilo que Diogo chama de "aspiral da civilização"; o segundo trabalhava com a ideia de que o clima influencia na constituição dos costumes e classificações sociais (VASCONCELLOS, 1909: 216). Para o historiador mineiro não é apenas a raça que constitui a formação de um povo. Há muitos outros elementos que são fundamentais para que isso ocorra.

Se o homem, porquanto é o mesmo em toda a parte, se o instinto da perfectibilidade é geral, e provido pela comum natureza, mister será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça somente, concorreram para o adiantamento da ramificação que se glorifica em particular dos títulos da civilização europeia, tanto mais quanto é certo, que essa civilização não é mais que o desenvolvimento do helenismo regenerado pelo broto semítico do cristianismo; e bem sabemos, também que os Gregos, mandaram às Metrópoles heterogêneas mestres em busca da ciência e das artes, que nelas já eram nascidas (VASCONCELLOS, 1909: 216).

O autor acreditava que pudesse haver sociedades mais civilizadas do que outras, e que impulsionavam os povos para o progresso, mas rechaçava a possibilidade do clima, por exemplo, ter alguma influência nisso. Essa postura me parece ser bem lógica, uma vez que a intenção de Diogo era colocar o Brasil e Minas, principalmente, em um lugar de destaque na civilização ocidental, e seguindo os pressupostos de

Montesquieu as regiões tropicais tendem a ser inferiores em relação às zonas temperadas, o que de acordo com esse argumento desqualificaria o Brasil como um lugar com alto grau de civilização.

Retomando a questão do índio como contribuinte para a formação da civilização brasileira, na perspectiva de Vasconcellos, a escravidão deveria ser encarada de modo positivo. Comparando as formas de dominação ocorridas no Brasil e nos Estados Unidos, a da América do Norte preferiu o extermínio, enquanto na América do Sul essa dominação já foi relativamente humana. A escravidão indígena, dessa forma, foi o primeiro passo da ordem civil, instrumento necessário, segundo o autor, da grandeza expansiva do mundo antigo.

François Hartog observa em seus estudos que no início da modernidade a descoberta do Novo Mundo e dos selvagens inaugurava-se um novo espaço de tensão entre antigos e modernos com a inserção de um elemento novo e desconhecido: o indígena. Nos primeiros relatos de europeus no Brasil há posturas descritivas desses seres que se aproximavam muito dos antigos. De acordo com o autor, essa era uma estratégia que se operava na "domesticação" do selvagem, e para isso deveriam ser inscritos em uma teia de referências cômodas e conhecidas (HARTOG, 2003: 130). O paralelismo que se criava com isso, propõe Hartog, contribuía para a construção da importante e até então nova ideia de que o afastamento no espaço equivale à distância no tempo.

Com efeito, "ver" os selvagens, descrevê-los mediante referências antigas, conduziu, sem que se desse conta disso, a pôr a distância os antigos: a distância que nos separa deles seria medida quase fisicamente, e tornar-se-ia cada vez mais viva a ideia moderna de diferença entre os tempos. Daí em diante, entre os antigos e nós, havia ou acabaria por haver um oceano! (HARTOG, 2003: 131).

Dessa forma, Vasconcellos utilizava-se desse tipo de artifício, o paralelismo, para aproximar as civilizações antigas da América das civilizações antigas da Europa. A organização primitiva de todos os

povos da História eram, para ele, a mesma. As tribos de Roma, os *clã* da Escócia, as *keza* helênicas, os *gael* germânicos, as federações antigas, todas essas possuíam elementos comuns aos indígenas daqui. Vasconcellos ainda diz que não é raro de se encontrar em museus da Europa testemunhos materiais da antropologia entre os ancestrais dos atuais civilizadores. Assim não se deveriam acusar tanto os aborígenes brasileiros (VASCONCELOS, 1974a: 131), pois seguindo o seu argumento quanto a isso, nenhuma ou pouca diferença se encontraria entre tais civilizações. A distância espacial, como propõe Hartog, contribuiria para a distância temporal e, por sua vez, de desenvolvimento das civilizações.

Os paulistas são outros elementos que possuem lugar destacado na obra de Diogo de Vasconcellos. De acordo com o relato do autor, os paulistas tinham como grande paixão entre os séculos XVII e XVIII, as grandes jornadas pelo interior do continente. Fernão Dias aparece como o primeiro grande sertanista paulista que adentra o interior da Colônia. Ficara famoso pela conquista dos *goianá*, que na leitura de Vasconcellos eram os índios que mostravam melhor índole no convívio em sociedade, mas foram aterrados pela deslealdade e cobiça dos brancos. Os *goianá* eram organizados em três "reinos", que exterminavam-se uns aos outros. Fernão Dias aproveitando-se dessa fragilidade provocada pelo conflito interno entre essas tribos dominou essa nação. O autor propunha que a intenção de Fernão Dias não era nem de matar e nem escravizar os indígenas, apenas apresentá-los ao "grêmio da Igreja" (VASCONCELOS, 1974a: 76).

Helena Alberto, em sua análise acerca dos paulistas na obra de Vasconcellos, aponta que o autor adotara como sinônimos "paulistas" e "bandeirantes". Desejavam, esses homens, reunir o sertão à sua pátria organizando expedições para descobrir novos territórios em busca de jazidas. De acordo com a autora, os paulistas foram responsáveis pelo triunfo em Minas dos elementos conservadores e transmitiram, também, ao povo mineiro a honestidade (ALBERTO, 2000: 52-53).

Vasconcellos possui um olhar positivo em relação aos paulistas. Minas era descendente desse “generoso sangue”. A relação desses homens com os mineiros ao longo da história é sempre de grande afinidade. Minas Gerais, de forma geral, foi construída na história da Nação como o berço da civilização nascente, principalmente quando a exploração aurífera toma um grande peso na economia da região. No entanto, isso só é possível graças ao espírito aventureiro dos paulistas. Esses homens eram os “argonautas”⁷ de Minas, utilizando-se mais uma vez de elementos da Antiguidade para nomear e vincular a história antiga de Minas à uma história dos paulistas e a uma história da civilização ocidental.

Os bandeirantes eram conquistadores e jamais poderiam ser confundidos como simples aventureiros caçadores de índios. Esses homens eram defensores da civilização contra os bárbaros, e ainda acudiam aos governadores com o seu disciplinado corpo de armas. O autor descrevia que as fazendas, que muito se passavam por vilas, eram vastas, que os paulistas viviam em um ambiente de luxo. O ambiente descrito por Vasconcellos era bem diferente do narrado por Alcântara Machado, que identificava entre os paulistas uma situação bem mais inóspita e degradante (ROMEIRO, 2009: 110).

Considerações finais

Neste texto, procuramos explicar, mesmo que de forma menos abrangente, os principais aspectos que formaram o conservadorismo e tradicionalismo no historiador mineiro Diogo de Vasconcellos, e como isso de certa forma impactou em sua produção historiográfica nos primeiros anos do século XX, momento de uma disputa por

⁷ Na mitologia grega, os Argonautas foram os tripulantes da nau Argo, que foi até a região de Cólquida em busca do Velo de Ouro, que na mitologia consistia na lã de ouro do carneiro alado Crísomalo, peça importante para que Jasão pudesse assumir o trono de Ialco na Tessália.

posições canônicas que dariam condições de traçar os parâmetros para a escrita da história de Minas Gerais de acordo com as necessidades do regime republicano.

Estudar Diogo de Vasconcellos sempre se mostrou um grande desafio ao longo da pesquisa. A escassez de estudos inicialmente parecia ser um grande fator limitante para o desenvolvimento de nosso trabalho. As fontes também se mostraram um significativo problema. Eram raros os documentos que poderiam permitir um amplo diálogo entre a história política e história da historiografia tendo Vasconcellos o principal objeto de análise. No entanto, os problemas logísticos, de possibilidade de cruzamento de dados, surgimento de outras formas de consulta e talvez um pouco de sorte possibilitaram a ampliação da capacidade de análise das inúmeras fontes encontradas.

Ao passo que o estudo acerca de Diogo de Vasconcellos seja muito dificultoso devido a esses problemas, no momento em que a documentação dá as condições para uma análise mais profunda, o objeto se revela de forma interessantíssima. O que foi feito neste texto foi a utilização de parte da documentação selecionada para reconstituir alguns traços mais notórios na trajetória política e intelectual de Diogo de Vasconcellos. Embora o recorte desenvolvido dentro do texto seja relativamente muito grande, a vida de Vasconcellos não foi marcada por grandes rupturas, mostrando uma peculiaridade no objeto e evita a constituição de alguns erros.

Desse modo, com a proclamação da República em 1889 é notável no discurso historiográfico uma mudança no regime de historicidade vigente. Anteriormente à *revolução* de 15 de novembro havia uma grande tendência a tomar o Estado Imperial como o principal agente histórico. Instituições como o IHGB e o Arquivo Nacional propunham a constituição de acervos de documentos que pudessem, em grande medida, constituir os mecanismos básicos para a escrita de uma história geral do Brasil. Para os republicanos, essa visão de história caracterizava um atraso no discurso historiográfico e da construção da

nacionalidade. Com isso, propunham uma ruptura com esse modelo, embasada principalmente na organização federalista do Estado, propondo autonomia regional valorizando as unidades federativas como células possuidoras de alteridade na história da Nação.

Nesse momento há uma mudança também na forma de se construir a nacionalidade. Enquanto no século XIX tinha como paradigma o passado colonial desvinculado da tradição portuguesa, sobretudo com o grito de independência, e a contemporaneidade imperial tendo D. Pedro II o grande mecenas das letras e da ciência, a Primeira República imersa em um turbilhão de transformações, tentava criar a nacionalidade através de ideias modernizantes abruptas.

Diogo de Vasconcellos encontrava-se dentro desse debate. Ainda estava marcado por um tradicionalismo historiográfico romântico. Empenhava-se em coligir as memórias de Minas Gerais a fim de se construir a sua história e lançar o estado a um patamar privilegiado frente à civilização. Acompanhava o movimento em que a história de Minas cada vez mais conseguia sua autonomia em relação à história geral do Brasil. O Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais surgem, no afã republicano, para resgatar essas memórias e dar condições aos pesquisadores construir a história local.

Esse localismo, segundo Diogo de Vasconcellos, é marca fundamental na constituição de uma identidade política e moral para a mocidade. A história tem um caráter pedagógico, e sua escrita conduz o povo para a pretendida civilização. Com isso a cultura mineira única desde os tempos de seus primeiros povoadores já escrevia nas páginas do passado o valor do mineiro, rechaçando fatalismos de raças e de influências climáticas.

As intenções de Vasconcellos não eram coisas isoladas, tão pouco constituía um pensamento homogêneo. O contexto no qual estava inserido o permitia que desenvolvesse seu pensamento de forma autônoma, correspondendo a uma série de elementos pertinentes para a confecção de projetos para inserir Minas na civilização. Sua tradição, perpassada por inúmeras ambiguidades, ainda estava presa

ao conservadorismo oitocentista imperial, mas corroborava a projeção do povo mineiro no futuro.

Neste presente trabalho, analisamos alguns pontos que permitiram identificar as marcas do tradicionalismo em seus projetos. No Congresso Imperial, representando a província de Minas Gerais, Diogo de Vasconcellos revelou-se um típico representante do ultramontanismo no Brasil. Adota uma postura favorável ao clero brasileiro durante os debates acerca da *Questão Religiosa*, deixando claro sua opinião com relação à necessidade da permanência da união entre Igreja e Estado em nosso país.

A defesa do Partido Conservador e o próprio conservadorismo também é uma característica que acompanhou o político marianense da Monarquia à República. Os periódicos de legenda conservadora foram os mais importantes meios de divulgação de suas ideias. O jornal "A Província de Minas", cujo proprietário era José Pedro Xavier da Veiga, foi o principal documento analisado neste trabalho para então pontuar algumas atividades de Diogo de Vasconcellos acerca da manutenção da ordem do partido e da política mineiro e nacional.

Em grande medida, no contexto estudado, a principal intencionalidade que pudemos identificar em Diogo de Vasconcellos é a construção da identidade mineira. O principal meio de se construir uma identidade em um estado que se encontrava dividido econômica, política e culturalmente era constituir uma história unitária, que não abrangesse apenas as microrregiões de Minas Gerais, mas o estado inteiro. A partir daí surge a necessidade e ideia de se escrever uma espécie de história geral de Minas. As *História Antiga e Média de Minas Gerais* foram as principais contribuições de Vasconcellos para a jovem historiografia mineira do início do século XX.

O projeto de Vasconcellos não foi completado. Há quem afirme que ele pretendia escrever toda a história de Minas, desde seus primeiros indícios até os dias atuais, mas o que podemos perceber é que talvez a intenção de Vasconcellos fosse apenas escrever a história

colonial do estado. Essa é uma investigação que necessita de uma pesquisa muito mais aprofundada, e que não pode ser desenvolvida neste trabalho. Com isso, selecionamos alguns pontos da obra de Vasconcellos para análise, revelando, em grande medida, uma das mais importantes características da funcionalidade de sua obra, a justificação do poderio histórico de Minas Gerais, e a atribuição à capitania como o berço da civilização brasileira.

Ainda há muito poucos trabalhos acerca das ações políticas e historiográficas de Diogo de Vasconcellos. Este texto trouxe algumas contribuições para o estudo deste objeto pouco estudado por nossa historiografia. Há muito ainda o que ser analisado, o que estende a pesquisa para além deste trabalho. Portanto, a breve explanação apresentada aqui abre inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de mais investigações sobre este que é considerado o fundador da historiografia de Minas Gerais.

Referências bibliográficas

- A PROVÍNCIA DE MINAS*, Ouro Preto, 28 de agosto de 1881. Sistema Integrado de Acesso – Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243097 – Filme: 066
- A PROVÍNCIA DE MINAS*. Ouro Preto, 19 de setembro de 1882. Sistema Integrado de Acesso – Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243150 – Filme: 066
- A PROVÍNCIA DE MINAS*. Ouro Preto, 20 de setembro de 1883. Ano IV, nº171. Sistema Integrado de Acesso – Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243205 – Filme: 066
- ALBERTO, Helena Magela. *Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais: uma construção do conceito de nação na Primeira República*. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2000.

- _____. Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a Nação. In: GONÇALVES, Andrea Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Termo de Mariana*. História e Documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004. v. 2.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 20 de junho de 1874. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1874.
- ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 10 de julho de 1874. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1874.
- ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 02 de junho de 1875. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1875.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, a. 2, n. 1, 2007.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese (Doutorado em História) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.
- BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.
- CARVALHO, Teófilo Feu de. Questões históricas e velhos enganos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, a. 24, n. 1, p. 3-42, 1933.
- COELHO, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. *Anais...* São Paulo: ANPUH/SP, 2008.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e presente*. Brasília: UnB, 2003.

- IGLESIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. 1.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.UERJ, 2006.
- LIVRO DE OFÍCIOS E PORTARIAS. Câmara Municipal de Ouro Preto (1892-1893). 12 de agosto de 1892. Caixa: 22. Livro: 01. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.
- MAGALHÃES, Basílio de. Introdução. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974. v. 1.
- MARTINS, Amanda Silva. *Um passado para Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto e a construção do Tempo (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.
- MARTINS, Gabriela Pereira. Ultramontanos, positivistas e liberais: reflexões a partir da separação Igreja-Estado. *Sacrilégens*, v. 5, n. 1, p. 53-73, 2008.
- MARTINS, Marco Lobato. *Os estudos regionais na historiografia brasileira*. Disponível em: www.minasdehistoria.blog.br/wp-content/arquivos//2008/03/historia-e-estudos-regionais.pdf. Acesso em: 29 nov. 2010.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.
- MATTOS, Mario. Academia Mineira de Letras: discurso de recepção do novo acadêmico, Sr. Mario Mattos: elogio do Senador Diogo de Vasconcellos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, a. 22, 1928.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdeí Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 43, 2007.
- MEDEIROS, Bruno Franco. História, Memória e Identidade no Arquivo Público Mineiro. In: I ENCONTRO MEMORIAL DO ICHS. *Anais...*, 2006

- _____. José Pedro Xavier da Veiga e o Projeto de uma Identidade Histórica no Arquivo Público Mineiro. Atas do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano. *Intellèctus*, a. 5, v. 2, 2006.
- NOLETO, Pedro. Reforma eleitoral desagradada defensores do voto direto. *Jornal da Câmara*. Brasília, 18 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc19991018.pdf>. Acesso em: 30 set. 2010.
- RIBEIRO, João. *Crítica – Historiadores*. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961. v. VI.
- RODRIGUES, André Coura. *Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro*. Minas Gerais, 1906-1911. Dissertação (Mestrado em Educação) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.
- ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, a. 45, n. 1, p. 106-117, 2009.
- VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de Inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, a. 14, p. 211-220, 1909.
- _____. Linhas geraes da administração colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os Capitães-generaes, os Governadores, os Capitães-móres de Capitâneas e os Capitães-móres de Ilhas e Cidades. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional. (7-16 de setembro de 1914). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 281-298, 1916.
- _____. In: RESENDE E SILVA, Arthur Vieira de. O município de Cataguazes: Esboço Histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, a. 13, p. 645-648, 1908.
- _____. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974a. v. 1.
- _____. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974b. v. 2.
- _____. *História Média de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974c.

